



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

VISÕES DE PORTUGAL

Em Raízes do Brasil

de Sérgio Buarque de Holanda

TIAGO SERRAS RODRIGUES

BRASÍLIA

2022

TIAGO SERRAS RODRIGUES

VISÕES DE PORTUGAL

Em Raízes do Brasil

de Sérgio Buarque de Holanda

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília como requisito à obtenção do grau de Mestre

Linha de Pesquisa: Ideias, historiografia e teoria

Orientador: Prof. Dr. Arthur Alfaix Assis

Co-orientador: Prof. Dr. Pedro Cardim

Comissão Examinadora:

Prof. Dr. Thiago Lima Nicodemo

Prof. Dr. Frederico Martins dos Reis Ágoas

BRASÍLIA

2022

Para Filipa,

minha raíz, minha visão do paraíso, meu novo mundo,

que, quando enfim descobri, amei "já muito antes".

AGRADECIMENTOS

Agradeço, antes de mais, a Arthur Alfaix Assis, meu orientador, que acreditou, desde o início, no interesse e mais-valia deste trabalho. O seu ‘olhar clínico’, quer quanto à forma, quer quanto ao conteúdo, e o seu questionamento, sempre agudo, sempre construtivo, foram cruciais nesta investigação. Durante a revisão do texto, cada um dos seus comentários, curtos e incisivos, encapsulavam, em poucas linhas, vários tomos de saber historiográfico e filosófico, dos quais espero ter tomado o melhor proveito. Sou – e serei sempre – profundamente grato. Gratidão que estendo a sua mulher, Vânia Carvalho Pinto, leitora primeira do frágil pré-projeto, em dezembro de 2018, e depois fatora duma sólida ponte entre nós.

Agradeço, logo em seguida, a Pedro Cardim, meu co-orientador, que pronta e demoradamente me recebeu no seu gabinete, em junho de 2019, lançando, desde esse primeiro momento e, depois, ao longo de várias conversas e muitos emails, tantas pistas decisivas para o rumo desta investigação que seria impossível enumerá-las.

Agradeço ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, pelo privilégio da agradabilíssima hora de conversa que me proporcionou na sede da Fundação com o seu nome, em S. Paulo. À Embaixadora Paula Alves Souza e a Roberto Doring, que foram decisivos para que esse momento-chave desta investigação se concretizasse.

Agradeço as reflexões críticas de vários especialistas brasileiros na obra de Sérgio Buarque de Holanda (SBH), com destaque para Rafael Pereira da Silva e Sérgio da Mata, que compuseram a banca de qualificação do projeto, e Thiago Lima Nicodemo, que integrou a comissão examinadora da dissertação. Também André Jobim Martins e Thiago Mio Salla, com quem contactei ao longo da investigação e que sempre receberam as minhas diligências – devo sublinhá-lo – com singular abertura. Uma menção especial para Luiz Feldman, também diplomata de profissão, que respondeu ao meu primeiro email (sem qualquer contacto prévio) logo no dia seguinte, começando por declarar ser *“um prazer falar desse assunto, sobretudo com um colega neste - outro - ofício que é SBH.”*

Agradeço a Francisco Doratioto, Pablo Duarte Cardoso, Francisco Palomanes Martinho, Paulo Augusto Franco, Ibsen Noronha, Laurentino Gomes e aos Embaixadores André

Heráclio do Rêgo e Paulo Roberto de Almeida, pelos contributos de cada um, pelo interesse e incentivo recebido de todos.

Na outra margem do Atlântico, agradeço a Francisco Roque de Oliveira, Diogo Ramada Curto, Luís Trindade, Isabel Corrêa da Silva e, com particular apreço, a Augusto Santos Silva, que dispensou um pouco da sua preciosa quinzena algarvia de agosto para ler e comentar o projeto de dissertação, apontando para o paralelismo entre os exercícios identitários psicológico-culturalistas de cá e de lá.

Agradeço a Frederico Ágoas e Nuno Miguel Medeiros pelo seu interesse neste tema e, sobretudo, pelo reatar duma amizade iniciada, casualmente, há 20 anos, num domingo nova-iorquino, cada um tomando depois o seu rumo, por percursos que os caminhos do Brasil e das respetivas pesquisas historiográficas fariam, novamente e pelo mesmo acaso, convergir.

Num lugar especial – *in mezzo all’oceano* – agradeço a Alexandra Pinho

Agradeço, por fim mas, em boa verdade, em primeiro lugar, à minha família.

Aos meus avós – Piedade, Natividade, Francisco e José – beirões e ribatejanos, todos há muito falecidos, mas com quem convivi o bastante para recusar a sentença de que, entre eles, “*a moral do trabalho*” tenha representado “*fruto exótico*”.

Aos meus pais – Manuela e João Maria – pelas mesmas razões e por tanto mais, que não cabe nestas páginas e que não caberia, em bom rigor, sequer em palavras, pois estas não são do reino que haveis construído para vossos filhos.

Aos meus irmãos – Sara e João – pela nossa infância. E por tudo.

À minha tia e madrinha – Fernanda.

Aos meus filhos – Benjamim e Xavier – que já viveram tanto ou mais das suas vidas no Brasil que em Portugal – e Matias – em Brasília nascido.

A minha mulher, meu amor supremo.

“Eu digo frequentemente que não se compreende Portugal senão no Brasil”.

Fernand Braudel

In CARVALHO, Joaquim Barradas, *A la recherche de la spécificité de la Renaissance portugaise - L'Esmeraldo de Situ Orbis, de Duarte Pacheco Pereira, et la littérature portugaise de voyage à l'époque des grandes découvertes. Contribution à l'étude des origines de la pensée moderne*, Tese de Estado, Escola de Altos Estudos da Universidade de Paris, 1975 (prefácio)

“(…) outra série de besteiras intensamente veiculada, segundo a qual, senão houvéssemos sido colonizados pelos portugueses, estaríamos em melhor situação, assim como estão em melhor situação a antiga Guiana Inglesa, o Suriname, a Indonésia, a Nigéria, a Somália, o Sudão e um rosário interminável de ex-colónias europeias.”

João Ubaldo Ribeiro

In RIBEIRO, João Ubaldo, “O Besteiro dos 500 Anos”, Revista Convergência Lusíada, n.º 18, Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, 2001 (publicado originalmente n'º O Globo, 23/04/2000)

“(…) amar e servir o Brasil é uma das melhores formas de ser português.”

Jaime Cortesão

In CORTESÃO, Jaime, *A fundação de S. Paulo, capital geográfica do Brasil*, Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1955, p. 17

“O Brasil emergiu do barroco e encontrou o seu número”

Sophia de Mello Breyner Andresen, *“Brasília”*

In ANDRESEN, Sophia de Mello Breyner, *Geografia*, Lisboa: Ática, 1967

RESUMO

Exegese de *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda (SBH), no que concerne especificamente às razões por que, ao longo de quatro reedições (1948, 1956, 1963, 1967) incansavelmente trabalhadas pelo autor, o livro evoluiu em certa direção no que respeita à avaliação da herança ibérica. Resultando da pesquisa e da literatura secundária - pela primeira vez sistematizada quanto a este tema específico – identificam-se as seguintes teses explicativas individualizáveis embora interligadas, por ordem de importância, não cronológica: i) a centralidade do organicismo na primeira edição, que implica uma perspectiva valorativa do legado português, logo abandonada, em 1948, no contexto político-ideológico do pós-guerra e da redemocratização no Brasil; ii) a apropriação da matriz interpretativa de *Casa Grande & Senzala*, seguindo-se, a partir da segunda edição, um processo de “desfreyrização” da obra, com repercussão na perspectiva sobre a tradição ibérica; iii) a distanciação em relação ao varguismo, cujos intelectuais sentiram afinidades no substrato autoritário da edição de 1936; e iv) a importância de Antônio Candido na trajetória do livro e na sua aproximação a leituras materialistas da História. Conclui-se que, para SBH, a avaliação da herança portuguesa em *Raízes do Brasil* oscila entre pólos positivo e negativo, não como orientação para a ação, por si mesma, mas em função da evolução da interpretação transformativa da realidade brasileira avançada por aquele autor. Assim, carece de sentido inseri-lo numa linearidade de anti-lusitanismo brasileiro, que é, em si mesma, posta em causa. A metamorfose operada por SBH no seu livro de estreia não deixa, contudo, de contribuir para a prevalência hodierna de explicações deterministas e raciocínios unidimensionais a respeito de problemas estruturais na sociedade brasileira, sendo problematizada a (in)utilidade de investigações genealógicas – e de base racial – de supostos ‘males de origem’. Após investigar as interações de SBH com intelectuais lusos, analisar a continuidade das ideias daquele na obra do antropólogo português Jorge Dias, e demorar-se no emaranhado identitário luso-brasileiro, este trabalho advoga o abandono do essencialismo na construção tanto de heteroimagens, como de autoimagens, sustentadas, no caso brasileiro, numa difusa noção de *cordialidade* e, no caso português, num sentimento dilatado de orgulho histórico.

ABSTRACT

Exegesis of *Roots of Brazil* (1936), by Sérgio Buarque de Holanda (SBH), with regard specifically to the reasons why, over four editions (1948, 1956, 1963, 1967) tirelessly reworked by the author, the book evolved in a certain direction with regard to the assessment of the Iberian heritage. From the research and secondary literature – for the first time systematized regarding this specific theme - the following individual, although interconnected, explanatory theses are identified, in order not of time but of importance: i) the centrality of organicism in the first edition, which implies valorization of the Portuguese legacy, soon abandoned in 1948, in the post-war and Brazilian redemocratization political-ideological context; ii) the appropriation of the interpretative matrix of *The Masters and the Slaves*, followed, from the second edition onwards, by a process of “defreyrization” of the work, with repercussions on the perspective over Iberian tradition; iii) the distancing from the Vargas regime, whose intellectuals felt attuned to the authoritarian substrate of the 1936 edition; and iv) the importance of Antônio Candido in the trajectory of the book and in its approach to materialist views of History. Findings show that, for SBH, the assessment of the Portuguese heritage in *Roots of Brazil* swings between positive and negative poles, not directed to action in itself, but according to the evolution of the transformative interpretation of Brazil supported by the author. Thus, it makes no sense to insert him in a linearity of Brazilian anti-Lusitanism, which is, in itself, called into question. As the metamorphosis operated by SBH in his debut work still contributes, nonetheless, to present prevalence of deterministic explanations and one-dimensional reasoning regarding structural problems in Brazilian society, the (in)utility of genealogical – and race based – investigations of supposed 'evils of origin' is accordingly problematized. After investigating SBH's interactions with Portuguese intellectuals, analyzing the continuity of the former's ideas in the work of the Portuguese anthropologist Jorge Dias, and lingering over Portuguese-Brazilian identity intertwistings, this study advocates for the abandonment of essentialism in the construction of both hetero-images and self-images, based, in the Brazilian case, on an ambiguous notion of cordiality and, in the Portuguese case, on a dilated feeling of historic pride.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I – REFLEXÕES (PRÉVIAS)	16
1. Da presunção da coerência	16
2. História afirmativa e história negativa	19
CAPÍTULO II – (RE)VISÕES	21
1. Raiz em mutação, radical livre	21
2. Do essencialismo ao ‘orientalismo’	26
3. Transformações exógenas: o caso de António Candido (1967)	29
CAPÍTULO III - RELAÇÕES	32
1. 1922 e o modernismo	32
2. O período alemão e as raízes vitalistas	34
3. Mestres franceses nos trópicos	36
4. Ventos do norte	38
5. Portugal, fraca mostra de si mesmo	40
CAPÍTULO IV - RAZÕES	51
1. Vargas e a redemocratização: o homem ibérico não pode ser liberal?	51
2. O organicismo perdido e os males do coração	56
3. A desfreyrização de Sérgio Buarque	64
4. O nexu materialista: o português como anti-proletário	69
CAPÍTULO V – RECEÇÕES E REAÇÕES	73
1. Receção da primeira edição de Raízes do Brasil em Portugal (1936 – 1943)	73
2. Jorge Dias e os “Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa” (1950)	78
3. O embate com Jaime Cortesão, de 1952 até hoje	84
4. A penumbra lusotropical	89
CAPÍTULO VI - RAMIFICAÇÕES E REGRESSOS	93
1. Galho torto, caso feio ou a tranquilidade de se ser o que se é	93
2. Torna-viagem no emaranhado da (super)identidade luso-brasileira	101
CONCLUSÕES	108
BIBLIOGRAFIA	119
ANEXOS	138
1. Anexo I – Entrevista a Fernando Henrique Cardoso	138

INTRODUÇÃO

Este trabalho nasce do desconcerto. Do desconcerto de ler *Raízes do Brasil* a partir de uma perspectiva portuguesa e não reconhecer as minhas origens nas cores utilizadas por Sérgio Buarque de Holanda (SBH) para as retratar. Se, para este, os brasileiros são “*ainda hoje uns desterrados em [sua] terra*”¹, também eu, como leitor, como português, fui sendo invadido, a cada página daquela obra, por uma sensação crescente de inquietante desterro. Como se, a cada linha, cada capítulo deste seu primeiro e tão marcante livro, SBH me fosse expulsando da minha ideia de pátria, da minha ideia de Portugal, da terra dos meus pais e avós e dos pais e avós deles. Terra – talvez mítica ou mitificada – cujo esboço ali desenhado não identifiquei. E, notem bem, nunca fui dado a assomos patrióticos. Bem pelo contrário.

Seria erro de paralaxe? A diferença aparente de localização no espaço histórico do objeto (Portugal e os portugueses) a partir de diferentes pontos de observação – o de SBH e o meu – era inegável. Seria de esperar, naturalmente, que as nossas visões de Portugal não fossem sobreponíveis, mas, ainda assim, não se esperaria um tão nítido contraste. Quase gritante. Demasiado gritante para ser ignorado.

Esta pesquisa teria, então, como propósito inicial corrigir, na medida possível, a margem desse erro de paralaxe. Mitigar esse contraste. Esse aparente defeito ótico, essa anomalia da visão que seria partilhada por ambos os observadores, sendo a via justa, como sói ocorrer e sem modéstia, algures no meio.

Mais objetivo será dizer, que me propus então compreender melhor o ponto de vista de SBH para, eventualmente, poder aproximá-lo do meu, porventura refutando, das suas asserções, aquelas que mais nos distanciavam. E não digo vice-versa porque ocorre que eu não tenho obra, nem asserções prévias, nem coisa nenhuma a refutar. Apenas uma ideia de um povo, uma “*margem de certa maneira*” (como na canção de José de Mário Branco), uma percepção – até agora – não historiográfica. A qual, para o caso, apenas serviu, à laia de antítese, como móbil, estímulo à ação, quase-ingénua aspiração dialética, mas tenaz o suficiente para vencer a inércia, os receios, as hesitações de um neófito nestas andanças.

¹ HOLANDA, S. B. de, *Raízes do Brasil*, Edição Crítica, São Paulo, Companhia das Letras, 2016, p. 39

Essa minha ideia não ficou parada. O que era a minha percepção alterou-se. Sobretudo e felizmente, aprofundou-se. Não descobri uma terceira margem do rio – nem do Amazonas, nem do São Francisco, nem do Tejo, nem do Sado, que “*é o rio que corre pela minha aldeia*” – mas o meu retrato íntimo do meu país ganhou certamente novos matizes. Invocando a epígrafe de Braudel, sou grato a SBH por ter-me levado, pelo caminho do Brasil, a compreender melhor Portugal.

Almejando aproximar a minha visão à de SBH, não escondo, também, um genuíno desejo de contribuir para aproximar – ainda que modesta, infimamente – os dois países. Uma fração de milímetro a menos nesse outro erro de paralaxe, talvez maior, que divide os dois povos na sua percepção mútua, seria sempre um enorme ganho.

Ao longo das averiguações que se seguiram, fui-me dando conta que o *Raízes do Brasil* que havia lido – a 27.^a edição², com base na última edição revista por SBH, de 1969 – era, na verdade, um objeto plural, híbrido, uma rocha metamórfica mas com múltiplas camadas sedimentares, sobre a qual, apesar de diversas contradições internas, assentavam tantos e tão importantes pilares, supostamente inabaláveis, do moderno pensamento social brasileiro.

Das constantes ambivalências com que me havia deparado na leitura inicial, e que tanto contribuíram para o meu já referido desconcerto, muito se veio a explicar pelo cotejo das cinco edições (1936, 1948, 1956, 1963, 1969) que SBH foi obstinadamente retrabalhando. Cotejo esse empreendido, de forma tão oportuna, quanto conveniente, na edição crítica organizada, em 2016, por Pedro Meira Monteiro e Lilia Moritz Schwarcz. Com propriedade, creio, aí se salientam as “*ambiguidades, que se mostram mais fortes com as alterações e cortes realizados a partir de 1948*” e se assinala como elas “*tornam o texto de ‘Raízes do Brasil’ dúbio*”³, o qual será “*a partir da segunda edição (...) um livro ‘indeciso’*”⁴. Indecisão essa que desponta de alterações profundas que tiveram curso na mente de SBH entre 1936 e 1956, ou seja, os vinte anos que separam a primeira da terceira edição, intervalo em que ocorrem as mudanças de maior monta, ao que não será alheio o período pós-guerra, essa charneira entre as duas metades do séc. XX, dados os

² HOLANDA, S. B. de, *Raízes do Brasil*, 27.^a Edição, São Paulo, Companhia das Letras, 2017.

³ WAIZBORT, Leopoldo, “Raízes do Brasil: Inércia e transformação lenta”, in HOLANDA, *Raízes do Brasil*, Edição Crítica, p. 465.

⁴ WEGNER, Robert, “Doze anos que abalaram as raízes do Brasil”. in HOLANDA, *Raízes do Brasil*, Edição Crítica, p. 471.

impactos radicais do conflito mundial em todos os aspetos da vivência humana e também no campo das ideias.

Não sem espanto, apercebo-me, nesse ponto da investigação, que certas aceções *buarqueanas* a respeito das raízes ibéricas – que contribuirão sobremaneira para a prevalência futura de explicações deterministas de problemas estruturais na sociedade brasileira – não estavam sequer presentes na primeira edição de *Raízes do Brasil*. O que explicará, pelo menos em parte, a receção relativamente calorosa, sem demais controvérsia, do livro em Portugal no final dos anos 30, início de 40,⁵ uma vez que o seu matiz mais marcadamente anti-luso será superveniente, fruto dos diversos cortes, remendos e enxertos que SBH opera nas edições seguintes. Também no Brasil, são relativamente poucos os resenhistas dessa edição *princeps* que avaliam ter SBH ali identificado o legado colonial como problemático.⁶

Constato, logo depois, que outros já percorreram igual caminho e, como seria de esperar, com mais e melhor arcabouço do que o meu. Com destaque para Ronaldo Vainfas, Pedro Meira Monteiro, Sérgio da Mata, Rafael Pereira da Silva, Robert Wegner, João Kennedy Eugênio, Leopoldo Waizbort e Luiz Feldman, entre outros. Este último enuncia as quatro vertentes da metamorfose no pensamento de SBH que identifica no texto revisto de *Raízes do Brasil*: i) “*a inversão do juízo positivo sobre a tradição ibérica*”; ii) “*a atribuição de um sentido predominantemente negativo à cordialidade*”; iii) “*a substituição do personalismo pela democracia como saída política para o país*”; e iv) a noção de ‘desterro’ que deixa de conotar o desacerto “*entre a cultura ibérica e a circunstância geográfica do Novo Mundo*”, passando “*a referir-se a uma irresolução na passagem da cordialidade à civilidade*”.⁷

Os restantes autores citados concordam com a rotação nalguns desses elementos pivotantes, não tanto noutros. Não iremos esmiuçar esse debate pois este trabalho centrar-se-á somente na primeira dessas vertentes ou eixos, em que parece haver consenso: a questão da tradição ibérica, dos “males de origem”, para usar a expressão de Manuel

⁵ Ver CASTRO, Conrado Pires de, “Raízes do Brasil e o debate sobre a modernização da sociedade brasileira na década de 30”, TCC/UNICAMP, C279r, IE/717, julho de 1996, p. 30-33.

⁶ Ver FELDMAN, Luiz, *Clássico por Amadurecimento: Estudos sobre Raízes do Brasil*, Rio de Janeiro: Topbooks, 2016, p. 204. Também CASTRO, *Raízes do Brasil e o debate sobre a modernização da sociedade brasileira* e MORAES, Mónica Isabel, *Dois raízes: o ensaísmo de Sérgio Buarque de Holanda*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. 2016.

⁷ FELDMAN, *Clássico por Amadurecimento*, p. 110, 115 e 119. Sem enumeração no original.

Bonfim,⁸ procurando escarpelizar-la o mais possível, partindo das pesquisas já empreendidas, mas indo mais fundo na questão e sobretudo na análise, para além da obra em si, das razões porque aquela evoluiu numa certa direção no que respeita à avaliação das raízes ibéricas.

Com efeito, se a literatura secundária recente – aquela produzida, em específico, pelos nomes acima referidos – já veio perturbar certa conformidade geral de opiniões em torno da obra e da figura de SBH, será escassa ou pouco sistematizada a produção que se centra nas referências a Portugal em *Raízes do Brasil*, que são abundantes, por sinal, e que constituem o ponto de partida, a premissa-base do encadeamento lógico da obra. Por exemplo, não será de nos questionarmos o que SBH efetivamente sabia sobre a história e a cultura portuguesa à época em que se pôs a escrever aquele livro? Que ligações tinha com Portugal e com historiadores, pensadores lusitanos? Estariam as suas ‘visões de Portugal’ inquinadas por certas afinidades intelectuais ou por determinados hábitos de leitura e de pesquisa? São também estas algumas das questões a que pretendo responder mais adiante. Farei, naturalmente, uso de argumentos e teses explicativas já adiantadas por terceiros quanto às revisões impostas por SBH na sua obra de estreia para, por minha vez, extrair conclusões específicas relativamente ao ‘pivot’ anti-lusitano que ocorre ao longo das reedições do livro, entre 1948 e 1969.

Ao longo desta investigação, muitos foram os que aconselharam a direcionar o meu esforço para uma fase mais tardia, mais madura da obra de SBH. Para além da necessária economia de meios (tempo, sobretudo), optei por manter o foco em *Raízes do Brasil* e nas transformações operadas nesse livro em específico, as quais espelham, naturalmente, as transformações por que passa o seu autor, por duas razões:

- i) porque, como refere Arthur Alfaix Assis, a “*fundamental importância [de SBH] para a cultura histórica e para o pensamento social brasileiros (...) é, em imensa medida, tributária da relevância que se atribui a uma publicação em particular, Raízes do Brasil*”⁹, uma criatura mal-amada pelo seu criador, uma criação poliédrica que SBH quase renegava, segundo testemunhos do

⁸ BONFIM, Manuel, *América Latina: males de origem*, in *Intérpretes do Brasil*, Volume I, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000.

⁹ ASSIS, Arthur Alfaix. “A teoria da história como hermenêutica da historiografia: uma interpretação de ‘Do Império à República’, de Sérgio Buarque de Holanda”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 30, n° 59, 2010, p. 93.

autor¹⁰, sentindo-se como um refém do seu próprio livro, procurando, ao longo de cinco edições incansavelmente retrabalhadas, libertar-se de algum desse peso; e

- ii) porque, como se destaca no prefácio à edição crítica de *Raízes do Brasil* já referida, a influência desta obra (a sua versão final, entenda-se) extravasa o plano académico, chegando a "*estudantes do ensino médio, professores de todos os níveis, jornalistas, políticos, atores, presidentes e jogadores de futebol. Raízes do Brasil se tornou o livro necessário para se falar do Brasil. Um livro essencial.*" Um livro "*arrasadoramente influente*", tendo criado a "*interpretação dominante da sociedade brasileira para si mesma até hoje*", segundo Monteiro e Schwarcz.¹¹

É, sobretudo, essa influência na autoimagem brasileira que me desperta interesse. E, em particular, no quinhão referente à herança portuguesa. Influência essa que, com exceções, tem sido algo negligenciada na margem europeia de um diálogo historiográfico luso-brasileiro demasiado centrado na figura de Gilberto Freyre e na apropriação pelo Estado Novo português das ideias luso-tropicalistas. Sendo que SBH mantém, creio, maior preponderância no seio do atual pensamento político, social e historiográfico brasileiro.

Do que seria a delimitação inicial das coordenadas de pesquisa – um estudo diacrónico do livro de estreia de SBH concentrado unicamente nesta vertente (a raiz ibérica) do problema – parto, então, para uma análise das leituras, reações, adaptações e apropriações portuguesas de *Raízes do Brasil* e como certas correntes de pensamento em Portugal fizeram uso velado das valorizações de SBH a respeito da matriz ibérica no âmbito das suas narrativas sobre uma identidade nacional portuguesa, sendo elencadas – de forma não exaustiva – um conjunto de interações entre as conceções expressas naquela obra seminal do pensamento *buarqueano* e os meios intelectuais portugueses.

¹⁰ No documentário *Raízes do Brasil – uma cinebiografia de Sérgio Buarque de Holanda*, dirigido por Nelson Pereira dos Santos, é referido que SBH presenteava netos e netas com exemplares de *Raízes do Brasil* com dedicatórias escritas por si. Ao mesmo tempo, era frequente desaconselhar a sua leitura, designando o ensaio como "*livro velho*" ou "*livro de quatrocentos anos*". Chico Buarque contou que, quando informou seu pai que ia lê-lo, recebeu como resposta: "*leia Visão do Paraíso*". Esses são indícios da relação conflituosa que o autor mantinha com o livro, embora se deva constatar, também, que era essa a obra escolhida para oferecer aos seus descendentes, porventura por considerá-la de mais fácil leitura ou assimilação.

¹¹ SCHWARCZ, L. M. e MONTEIRO, P. M., "Uma edição crítica de *Raízes do Brasil*: o historiador lê a si mesmo". In HOLANDA, *Raízes do Brasil*, Edição Crítica p. 23.

Por fim, aventuro-me por caminhos que designo como “ramificações” do problema. Caminhos que se bifurcam e inter cruzam: por um lado, a forma como a conturbada evolução no pensamento de SBH e as ambivalências de *Raízes do Brasil* sobre o legado ibérico contribuem para a prevalência de raciocínios deterministas a respeito de complexos problemas estruturais na sociedade brasileira; por outro lado, a inserção desse livro seminal e metamórfico no emaranhado identitário luso-brasileiro, novo que se pretende ajudar a desenredar.

Ganha evidência a circularidade do problema: são “visões de Portugal” que cruzam o oceano na segunda metade de novecentos e fazem o percurso de *torna-viagem* no século seguinte. O pensamento social brasileiro estará indelevelmente marcado pelas questões superidentitárias e autodepreciativas da intelectualidade lusa, em particular da Geração de 70. De modo reverso, a construção de uma autoimagem portuguesa, sobretudo no terceiro quartel do Século XX, terá como importante referência a heteroimagem brasileira a respeito de Portugal formulada, da década de trinta em diante, por Gilberto Freyre e também – de modo menos evidente, mas adiante detalhado – por SBH.

CAPÍTULO I – REFLEXÕES (PRÉVIAS)

O desconcerto a que aludimos na introdução também poderia ser expressado por meio do conceito de ‘dissonância cognitiva’. Não na perspectiva do comportamento do consumidor (campo de estudos em que o termo se popularizou) mas na ótica do leitor. Para reduzir o conflito interno gerado pela leitura de *Raízes do Brasil*, procuremos adquirir novas informações que aumentem a consonância, evitando a tendência de confirmação, a negação de evidências e outros mecanismos de defesa do ego epistemológico. Não deixemos de fazer as perguntas certas, incluindo aquelas que nos levem a refletir sobre a nossa posição de partida, expondo, eventualmente, as nossas próprias ideias conflitantes e guiando-nos para conclusões mais sãs. Começemos com algumas pistas metodológicas que nos dêem prumo e nos ajudem a compreender a ambivalência e as ambiguidades do livro em questão e a conciliar as suas inconsistências em acordes porventura dissonantes mas que, uma vez dispostos na correta progressão harmónica, se prestem a uma boa audição e cognição.

1. Da presunção da coerência

Em “*Mind and Method in the History of Ideas*”, Mark Bevir fala-nos da coerência que é esperada – enquanto norma – entre as convicções e opiniões de um autor, tanto num dado momento, como ao longo do tempo. Ou seja, o leitor parte de uma “*presunção de coerência*”, critério primaz de racionalidade nas posições de outrem. Textos que se apresentam à margem dessa coerência esperada são inerentemente desconcertantes, por fugirem à norma. Temos assim que ao desconcerto inicial já referido na nota prévia (do leitor português perante as “visões de Portugal” que lhe são apresentadas) soma-se, em *Raízes do Brasil*, um segundo nível de desconcerto, do leitor que espera coerência nos argumentos e posições de SBH e vem a encontrar, numa mesma obra, não só alterações, sem razão evidente, na posição matricial do autor em relação ao legado ibérico, mas também contradições e incoerências que resultam das transformações operadas ao longo das cinco edições do livro.

Mark Bevir recusa a radicalização do discurso contra o “mito da coerência” na história das ideias, apontando as falácias inerentes a certas formas de construcionismo social, protagonizadas por algumas referências da história do pensamento político, integrantes

da chamada “escola de Cambridge”, tais como John G. A. Pocock e Quetin Skinner. Sendo o processo de interpretação do discurso alheio governado por uma norma de estabilidade, de coerência, segundo Bevir, “*we presume people’s beliefs will remain stable unless they have a reason to change them*”. Por outras palavras, “*beliefs cannot change over time for no apparent reason without their being irrational*”.¹²

Alinhamos com Bevir quando considera que os historiadores deverão adotar uma presunção de coerência, preocupar-se com essa mesma coerência, e procurar reconstruir conjuntos de argumentos e avaliações historiográficas enquanto conjuntos coerentes. Em boa medida é esse o prumo metodológico que nos guiará na senda de investigação por que nos propomos enveredar: procuraremos a coerência no pensamento de SBH a respeito do legado ibérico; mesmo que ele não a tenha procurado na sua obra primeira, ou a tenha perdido no ir-e-vir das edições, revisões e reconstruções de *Raízes do Brasil*.

Assumimos que a presunção de coerência não deva ser abandonada pelo historiador do pensamento político-historiográfico mesmo que uma conformidade ou articulação plena entre as várias ideias expressas por um dado autor não tenha caráter axiomático ao longo da sua obra ou, no caso em apreço, nas várias reencarnações de um mesmo livro. Já falámos aqui, a esse respeito, da escrita poliédrica – e pseudo-poli-heteronímica – de SBH. Citando Bevir, “*justification for reconstructing sets of beliefs as coherent wholes does not lie in the expressed intentions of [the author], but rather in the way the grammar of our concepts compels us to treat all beliefs as operating under certain coherence constraints.*”¹³

Em lugar de nos rendermos à desarticulação – progressiva, no caso – entre as partes de um corpo que é *Raízes do Brasil* ou entre os argumentos expressos nesse texto sedimentar e metamórfico, batalharemos por encontrar as motivações que assim fizeram que acontecesse. Assim, este trabalho visará interpretar e entender o percurso editorial de *Raízes do Brasil*; partirá à procura das razões para as perturbações na linearidade argumentativa que resultam das incoerências de um autor que se banha, por cinco vezes, nas águas do seu primeiro livro; demorará e deixar-se-á enredar – como nas tramas de

¹² BEVIR, Mark, “Mind and Method in the History of Ideas”, *History and Theory*, vol. 36, N.º 2, Maio 1997, p. 183 e 184.

¹³ BEVIR, “Mind and Method”, p. 189.

ficção científica – nos paradoxos narrativo-temporais provocados por viagens no tempo dos textos das várias edições; buscará a racionalidade possível para aquietar o desassossego de um leitor duplamente desconcertado.¹⁴

Sobre a coerência ou falta dela e das razões das alterações levadas a cabo por SBH em *Raízes do Brasil*, várias linhas argumentativas podem ser apresentadas:

- i) Aquele autor não procura a coerência – o princípio da não-contradição seria de pouco apreço para SBH¹⁵;
- ii) “*Atos de lembrança e esquecimento*” de SBH, fruto da sua “*dinâmica de trabalho*”, como nos dá conta Rafael Pereira da Silva;¹⁶
- iii) Opções racionais endógenas – i.e. individuais – no quadro mais amplo da sua obra e da sua vida académica, buscando justamente a coerência e o melhor “encaixe” – ou o “encaixe” possível – de uma obra de inauguração, na medida de seu amadurecimento como intelectual;
- iv) Opções racionais exógenas – i.e. conjunturais – fruto da mudança do contexto geopolítico, quer no quadro internacional, quer no âmbito interno brasileiro (como o mal-estar com o aproveitamento político de que ideias associadas ao livro foram objecto);
- v) Motivações não inteiramente racionais, nomeadamente relacionadas com a competição intelectual e institucional com Gilberto Freyre.

¹⁴ Este sentimento de desconcerto é bem expresso por Bevir através da locução verbal “*to be puzzled*”, quando refere: “*If historians of ideas presume coherence, if they ascribe beliefs in accord with a norm of coherence, they will be puzzled whenever they uncover apparently incoherent beliefs. Whenever they uncover apparently contrary beliefs in a single text, they will want to know if the beliefs really are incoherent, and if so, why the author nonetheless held them to be true.*” In BEVIR, “Mind and Method”, p. 185.

¹⁵ Alceu Amoroso Lima acusou a “*disponibilidade gidiana*” de SBH logo em 1929: “*A admiração de Sérgio pela obra de Gide não era novidade. Aversão à ‘fixidez’, à ‘comodidade’ e à ‘necessidade de opção’ seriam os elementos centrais da moral dos seus heróis (...). De fato, tanto nas Nourritures terrestres quanto em Os subterrâneos do Vaticano se encontram sentenças peremptórias, não de todo estranhas ao gosto da época, como “a necessidade de opção sempre me foi intolerável”, “cada novidade deve nos encontrar sempre totalmente disponíveis”, “deixar-me-ia morrer de fome diante do guisado da lógica” ou “sou um ser inconsequente” (...). As semelhanças entre Gide e Nietzsche, que Sérgio sublinhara já em 1924, parecem mesmo aproximar o elogio gidiano do indecisonismo e da inconsequência à afirmação feita por Nietzsche em Ecce homo de que seria ele “o último alemão antipolítico” (...).*” citado por MATA, Sérgio da. Tentativas de desmitologia: a revolução conservadora em *Raízes do Brasil*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 2016, p. 65.

¹⁶ Apenas em parte colmatados pelo olhar atento e mão diligente de sua mulher e viúva, Maria Amélia, apud SILVA, Rafael Pereira da Silva. *A morte do homem cordial: trajetória e memória na invenção de um personagem*. Jundiaí, Paco Editorial, 2016, p. 262.

Estes argumentos não são mutuamente excludentes, estando pelo contrário, umbilicalmente interligados por conexões várias entre si, como veremos nos capítulos seguintes. Apenas se pretendeu esboçar aqui uma primeira reflexão metodológica sobre como lidaremos com as mudanças de opinião, a respeito do passado, da tradição e da herança portuguesas ao longo da trajetória pessoal de SBH e dos seus reflexos nas muitas vidas da sua primeira obra.

Suplantada a questão da coerência comparativa entre as várias edições de *Raízes do Brasil*, que, como veremos, a literatura secundária em análise já demonstrou ser deficitária, o foco incidirá neste trabalho sobre o esforço de SBH na procura de uma coerência interna em cada uma daquelas edições e como isso terá sido determinante nas escolhas editoriais iniciais e nas posteriores revisões de texto que aquele autor empreendeu. Por exemplo e como esmiuçaremos adiante, quando ao desligar-se do organicismo matricial na edição de 1936, SBH opera nas edições subsequentes, por (des)obrigação de coerência, alterações valorativas no que concerne ao personalismo, à cordialidade e às raízes ibéricas.

2. História afirmativa e história negativa

Uma segunda reflexão, também de cunho metodológico, prende-se com as categorias “história afirmativa” e “história negativa” que Arthur Alfaix Assis vai beber em Allan Megill e Reinhart Koselleck e aplica a Alexandre Herculano, assumindo que a “*tensão entre a imparcialidade e a parcialidade (...) se configura de pelo menos dois modos distintos, ligados à significação positiva ou negativa do passado estudado para a pessoa que o estuda*”.¹⁷ A indiferença quanto ao tema estudado será, como tal, quase uma impossibilidade para o autor que escreve sobre temas que lhe dizem respeito, sobre realidades em que – mesmo a contragosto – não pode deixar de se inserir. É o caso de SBH, cuja relação valorativa com o passado do Brasil, não pode deixar de influir na sua análise do presente e as perspectivas de futuro do seu país.

¹⁷ ASSIS, Arthur Alfaix, “Alexandre Herculano entre a imparcialidade e a parcialidade”, *História da Historiografia*, v. 13, n. 32, jan.-abr, 2020, p. 289.

Assis refere que “na obra histórica de Herculano ambas as orientações se fazem presentes de uma maneira bastante proporcional”, sendo a sua *História de Portugal* exemplo de uma significação positiva e *História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal* exemplo do inverso.¹⁸ Ocorre que *Raízes do Brasil* pode ser avaliado, na sua primeira edição, como uma “história afirmativa”, enquanto, a partir de 1948, se converte numa “história negativa”. Metamorfose que, operando-se num mesmo texto, será talvez única na história da historiografia.

Se, com Assis, considerarmos que:

- i) “o significado previamente atribuído ao passado por um historiador influencia decisivamente certos atributos ligados à forma e ao conteúdo do seu trabalho”; e
- ii) “a situação de quem rememora um passado para afirmá-lo como algo a ser cultivado ou restabelecido no presente é naturalmente muito distinta da de quem fala criticamente de um passado de que se pretende distanciar”;¹⁹

Veremos que o “mistério” de *Raízes do Brasil* radica precisamente na resignificação valorativa do passado – do pólo positivo para o negativo – operada por SBH nas primeiras reedições de um livro, cuja ambivalência, ambiguidades e hibridismo são gerados pela transição (penosa, talvez inédita, naturalmente tensa, quiçá impossível...) de uma história em tom afirmativo para uma história decisivamente crítica, no âmbito da reescrita de um só trabalho.

¹⁸ ASSIS, op. cit., p. 292. Apesar duma *nota brevis* a respeito da origem apócrifa das Cortes de Lamego, conforme analisado por Herculano na sua *História de Portugal* (HOLANDA, *Raízes do Brasil* – edição crítica, p. 154), SBH não faz qualquer menção das avaliações positivas do historiador português a respeito das instituições municipais no Portugal pré-Expansão veiculadas naquela mesma obra, onde se “apresentava o municipalismo medieval como exemplo histórico a ser seguido” (ASSIS, op. cit., p. 320 e 321). Ao invés de qualquer alusão à vitalidade das administrações concelhias na Alta Idade Média portuguesa, SBH prefere fazer referência a uma miríade de outras fontes portuguesas, algumas bem mais obscuras, para fazer valer o ponto de vista de que “o contraste entre a pujança das terras da lavoura e a mesquinhez das cidades na era colonial” (HOLANDA, op. cit., p. 117) teria sido o produto de uma transposição para a vastidão brasileira dos esquemas de organização socioeconómica da Metrópole.

¹⁹ ASSIS, op. cit., p. 292.

CAPÍTULO II – (RE)VISÕES

Na abertura do seu *Clássico por Amadurecimento*, Luiz Feldman adverte que não abordará “os motivos da mudança da visão política de Sérgio Buarque”, deixando em suspenso “as cogitações sobre os porquês das mudanças do livro e de seu autor”.²⁰ Ora, é justamente a tais cogitações que este trabalho se propõe, na medida em que investiga as forças motrizes que levam a uma nítida rotação no primeiro eixo das mudanças, identificadas na introdução, que se operaram em *Raízes do Brasil*: “a inversão do juízo positivo sobre a tradição ibérica”. Rotação essa que, se não foi de cento e oitenta graus (como a palavra “inversão” indicaria), terá sido, pelo menos, de noventa.²¹ Este capítulo será dedicado a identificar e a enunciar tais alterações.

1. Raiz em mutação, radical livre

radical livre

[Química] Molécula ou átomo com número ímpar de electrões e que, no organismo, são produzidos no processo de combustão do oxigénio nas células, podendo provocar danos em células sãs.²²

Se a primeira edição do livro valorizava – não sem apontamentos críticos, é certo – a raiz portuguesa, daí em diante, as mutações na reinterpretação da herança lusa tiveram o seu quê de radical e, por isso, mais despertam interesse as suas causas. A literatura secundária não é consensual a respeito de qual o momento decisivo nessa transição, tendo em apreço análises diferentes das revisões empreendidas por SBH na segunda e terceira edições de

²⁰ FELDMAN, *Clássico por amadurecimento*, p. 30.

²¹ Poderá esta ‘medição’ do ângulo de rotação eventualmente pecar por defeito. Bem sabemos que a história das ideias e a historiografia, em geral, têm pouco ou nada de exatidão geométrica. Mas podemos traçar paralelismos entre conceitos e aferi-los à escala do mesmo ‘transferidor’. Como veremos, personalismo e tradição ibérica andam lado-a-lado em SBH e Rogerio Schlegel afere que terá havido efetivamente um “giro de 180 graus na avaliação do personalismo”, de uma positividade, em 1936, para uma quase completa negatividade, de 48 em diante. Cf. SCHLEGEL, Rogerio, “Raízes do Brasil, 1936. O estatismo orgânico como contribuição original”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 32, núm. 93, fevereiro, 2017, p. 14.

²² “radical livre”, in *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/radical%20livre> [consultado em 08-04-2022]. Sublinhado nosso.

Raízes do Brasil, o que só revela da complexidade do objeto de estudo. No seu livro já citado, Feldman advoga que a grande mudança editorial se dá logo em 1948, elaborando, em particular, sobre as alterações no último capítulo (“Nossa revolução”), onde, segundo ele, é a própria mensagem do livro que muda: de uma defesa da tradição lusitana como única disponível, numa lógica organicista, apesar de todos os seus defeitos, para a busca de algo novo, tendo em vista a superação do iberismo. Em artigo mais recente ainda não publicado, o mesmo autor dedica-se, desta feita, aos capítulos iniciais e destaca as alterações significativas, na segunda edição, nos capítulos II e III e, sobretudo, no capítulo IV, a respeito do bandeirismo, a par dos câmbios na perspectiva sobre a cordialidade, no capítulo V, que têm claro sentido anti-tradicional.

Noutra linha, Ronaldo Vainfas considera que *"as duas primeiras edições de Raízes celebravam a colonização portuguesa"*²³, e aponta para João César de Castro Rocha, que, por sua vez, sentencia: *"no texto de 1948, o parágrafo de abertura era o mesmo de 1936: a experiência histórica brasileira, portanto, continuava 'bem-sucedida' e 'sem símile'"*.²⁴ Também Conrado Pires de Castro chega a conclusões semelhantes, salientando que, *"procurando a evitar mal entendidos (...), a 3.ª edição de Raízes do Brasil significativamente não apresenta aquele 'orgulho' de nossa herança ibérica"*.²⁵

Com efeito, em 1948, o ensaio de SBH mantinha um parágrafo de abertura nada menos que congratulatório do esforço de colonização português e com um otimismo que alguns leitores hoje considerarão talvez surpreendente, que emanava das seguintes palavras:

Todo estudo compreensivo da sociedade brasileira há de destacar o fato verdadeiramente fundamental de constituirmos o único esforço bem-sucedido, em larga escala, de transplantação da cultura europeia para uma zona de clima tropical e subtropical. Sobre território que, povoado com a mesma densidade da Bélgica, chegaria

²³ VAINFAS, Ronaldo, "O imbróglio de Raízes: notas sobre a fortuna crítica da obra de Sérgio Buarque de Holanda, Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 36, no 73, 2016, p. 9.

²⁴ ROCHA, João César de Castro, "O exílio como eixo: bem sucedidos e desterrados ou por uma edição crítica de Raízes do Brasil", in P.M. Monteiro e J.K.Eugênio (orgs.) *Sérgio Buarque de Holanda – Perspetivas*. Campinas: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008, p. 250.

²⁵ CASTRO, *Raízes do Brasil e o debate sobre a modernização da sociedade brasileira na década de 30*, p. 35 (nota 92). Na mesma linha, VILLELA, André Augusto Abreu. "Do IHGB a universidade: um diálogo entre os interpretes da geração de 30 do Brasil", in Anais do 8º Seminário Brasileiro de História da Historiografia - Variedades do discurso histórico: possibilidades para além do texto. Ouro Preto: EDUFOP, 2014.

*a comportar um número de habitantes igual ao da população atual do globo, vivemos uma experiência sem símile.*²⁶

Ora, temos que, em 1956, esse *incipit* conhece uma mudança radical e passa a ler-se:

*A tentativa de implantação da cultura europeia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em consequências.*²⁷

Esvanecem-se todas as conotações positivas do anterior trecho introdutório – singularidade, bom sucesso, magnitude territorial, excepcionalidade - e logo surgem imagens negativas no horizonte do leitor - adversidade, estranheza – que já prometem derivar em ominosas “consequências”.

Também o segundo parágrafo da primeira página sofre, em 1956, mutação não menos significativa. Originalmente:

*Assim, antes de investigar até que ponto poderemos alimentar no nosso ambiente um tipo próprio de cultura, cumpriria averiguar até onde representamos nele as formas de vida, as instituições e a visão do mundo de que somos herdeiros e de que nos orgulhamos.*²⁸;

passou a ter, na 3.^a edição, a seguinte redação (alteradas as passagens sublinhadas, com destaque para a supressão do último trecho):

*Assim, antes de perguntar até que ponto poderá alcançar bom êxito a tentativa, caberia averiguar até onde temos podido representar aquelas formas de convívio, instituições e ideias de que somos herdeiros.*²⁹

Feldman minimiza a centralidade destas mudanças operadas em 1956. Ainda que importantes, vê-as como residuais, mais de fachada, que de corpo, como que a colocar os parágrafos iniciais em linha com a nova narrativa do livro, já definitivamente transformada em 1948. Incliamo-nos a concordar com este último. E este é um diferendo de ordem cronológica de não somenos importância: o quando é, de facto, essencial, para perceber o porquê de SBH ter perdido o orgulho que nutria sobre “*as formas de vida, as*

²⁶ HOLANDA, *Raízes do Brasil* – edição crítica, p. 39.

²⁷ *Idem, ibidem.*

²⁸ HOLANDA, *Raízes do Brasil* – edição crítica, pp. 39 e 40.

²⁹ *Idem, ibidem.*

instituições e a visão do mundo” de que, segundo o próprio, o Brasil é herdeiro. O grosso da mudança dá-se, com efeito, até 1948.

Mas há uma evolução metamórfica até 1956 e, tenha-se em conta que, dois anos depois, em 1958, Buarque defendia a sua dissertação de mestrado na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, intitulada “Elementos formadores da sociedade portuguesa à época dos descobrimentos”, havendo, segundo Edgar de Decca “*uma linha de continuidade fantástica entre Raízes do Brasil*” e essa tese, que vem esmiuçar “*aquilo que está esboçado*” no livro primeiro de SBH.³⁰

Também André Jobim Martins considera que, nessa tese, “*as linhas que orientam os dois primeiros capítulos de Raízes do Brasil (Fronteiras da Europa e Trabalho & Aventura) são retomadas e desenvolvidas, enfatizando os traços culturais que formavam a cultura portuguesa na época da expansão marítima e a ética econômica gestada naquele contexto*”.³¹

O conceito weberiano de “ética económica” (*Wirtschaftsethik*) é aqui relevante. SBH fala-nos da “*aversão às virtudes económicas*” dos portugueses e da sua “*infidelidade e falta de exatidão no negócios*”.³² Contrapondo as alterações empreendidas em *Raízes do Brasil*, nas edições de 1948 e 1956, e o que SBH escreve neste estudo de 1958, parece haver um posicionamento crescentemente crítico a respeito das formas de racionalização (inerentes à estrutura religiosa e social) que determinam as regras de conduta dos portugueses no campo económico ao tempo da Expansão marítima e nos séculos imediatamente subsequentes. Em função disso, dá-se uma seleção criteriosa de palavras que saem e entram no livro, alterando-se a sua índole, num minucioso trabalho de filigrana do autor. Tais revisões levadas a cabo em *Raízes do Brasil* vão dando à obra um

³⁰ KASSAB, Álvaro. “Edgar de Decca leva a Lisboa o Brasil que descobriu Portugal.” *Jornal da UNICAMP*. Edição 232 - 5 a 12 de out. 2003. Disponível em https://www.unicamp.br/unicamp_hoje/ju/outubro2003/ju232pag05.html. Acesso em: 1 de junho de 2020. Esta tese de mestrado de SBH é pouco conhecida e apenas de forma fragmentária, na medida em que não pode ser reproduzida, nem distribuída, a pedido da família do autor, sendo apenas passível de consulta presencial no arquivo da UNICAMP. Em 2003, Decca indicava, nesta entrevista, que estaria a negociar com a família a publicação do texto. Negociação essa que, tudo indica, não terá chegado a bom porto.

³¹ MARTINS, André Jobim, “Como o 'homem cordial' de Sérgio Buarque de Holanda explica o Brasil atual”. *Estado de S. Paulo*, 30 maio 2020. Disponível em <https://alias.estadao.com.br/noticias/geral,como-o-homem-cordial-de-sergio-buarque-de-holanda-explica-o-brasil-atual,70003318050>. Acesso em: 6 junho 2020.

³² HOLANDA, *Raízes do Brasil* – Edição crítica, pp. 225-227

caráter ambivalente; incoerências nascendo da inserção de elementos estranhos à redação inicial.

Tal mudança de opinião não é, em última análise, consumada, gerando tensão e ambiguidade, que será, aliás, a tônica da visão de SBH sobre a ação dos portugueses no Brasil. Ou das suas muitas “visões” sobre o tema, que não se circunscreve a *Raízes do Brasil*, naturalmente. Por um lado, o criticismo de SBH em relação ao legado colonial atingirá, porventura, o seu zénite, em 1970, com a publicação do capítulo “A herança colonial, sua desagregação”, que aquele assina, inserido no tomo dedicado ao Império na coleção *História Geral da Civilização Brasileira*³³, que SBH também dirige. Em paralelo, ocorre, noutras obras de SBH, talvez até de maior fulgor, uma clara valorização da expansão territorial empreendida pelos portugueses, em particular, da conquista da parte ocidental do atual território brasileiro a partir do Planalto Paulista (por ação de bandeiras, monções e de tropeiros), que Robert Wegner identificou em *Monções* (1945) e *Visão do Paraíso* (1958), e que virá a ter expressão póstuma em *O Extremo Oeste* (1986)³⁴. Wegner vem, por conseguinte, a concluir:

*(...) enquanto em Raízes do Brasil há um quase absoluto desencontro entre nossa tradição ibérica e os valores vinculados ao mundo moderno, nos textos de Sérgio Buarque que abordam a conquista do Oeste detecta-se uma nova configuração da relação, que agora aponta para uma possível via de continuidade. (...) Assim, pode-se dizer que, agora, o iberismo não aparece como inapelavelmente incompatível com o moderno e, que neste momento da sua obra, Sérgio Buarque explicita, na história do Brasil, um caso de americanismo do iberismo – num processo no qual este último elemento não é aniquilado.*³⁵

É de supôr haver uma conexão entre a exacerbação do bandeirismo na historiografia de SBH e a direção do Museu Paulista, cargo que exerceu entre 1946 e 1956, com um interregno entre 52 e 54, quando viveu em Roma. Nessas funções, SBH sucedeu a Afonso de Taunay, seu professor e, também, membro do Instituto Histórico e Geográfico de São

³³ HOLANDA, Sérgio Buarque de, “A herança colonial.....”, in: HOLANDA, S.B (Org.) *História Geral da Civilização Brasileira* (t. II). “O processo de emancipação” (v.1). São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970, p.1-39.

³⁴ Ocorre-nos, por analogia com formas de expressão mais literárias e, muito em especial, com o ideário pessoano, que SBH quase se utiliza de uma escrita historiográfica heteronímica, tais as perspectivas contrastantes em presença na sua obra, nunca abdicando contudo do seu ortónimo, por mais poliédrico que este possa vir a ser.

³⁵ WEGNER, Robert, *A conquista do Oeste: A fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000, p. 18.

Paulo (IHGSP). Essas instituições, fundadas em 1894 e 1895, serviram como divulgadoras do “modelo bandeirante”, operador da identidade paulista e do protagonismo de São Paulo na história nacional brasileira, como descrito por Schwarcz em *O espetáculo das raças*³⁶. Além disso, costumavam reverberar a ideologia do branqueamento e a imigração europeia como solução a ser perseguida. Essa aparente ‘reconciliação’ com o iberismo é apenas isso mesmo: aparente. Não há uma verdadeira valorização da matriz lusa mas, sim, do expansionismo paulista, esse “caso de sucesso”, esse momento isolado de fulgor americanista no Brasil e, mais uma vez, SBH vê-se forçado a valorizar o que é incontornavelmente ibérico nessa epopeia, matizando com a exaltação da figura indígena, como veremos adiante.

2. Do essencialismo ao ‘orientalismo’

Regressemos a *Raízes do Brasil* para analisar, seguidamente, a utilização por SBH, naquele ensaio, duma chave de interpretação composta por conceitos e tipos históricos rigidamente essencialistas (eg. homem cordial, aventureiro, ladrilhador, em inapelável oposição com suas némesis modernas de atributos positivos: homem liberal-racional, trabalhador, sementeiro). Somos de opinião que este recurso se acentua ao longo das várias edições, sendo os argumentos crescentemente alicerçados em dicotomias simplificadas e na extremização ou polarização de características definidoras, que resvalam para a caricatura. Segundo Pedro Meira Monteiro, “*Raízes do Brasil* balança as bases do pensamento que se constrói sobre a plácida diferença entre “nós” e “eles”.”³⁷

A esse respeito, o historiador português José Manuel Sobral considera que SBH fica aquém do racionalismo, o qual:

(...) é substituído nas suas páginas por um certo essencialismo cultural, que aponta para um carácter psicológico dos portugueses definido em poucos traços – os que convêm a um tipo ideal – generalizador, inimigo da variedade e desprovido de carácter histórico.

³⁶ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

³⁷ MONTEIRO, Pedro Meira. *Signo e Desterro - Sérgio Buarque de Holanda e a imaginação do Brasil*. São Paulo: Huitec, 2015, p. 10.

*Tal é detectável no modo como reduz a história a dois tipos, dotados de uma psicologia atemporal: o aventureiro e o trabalhador.*³⁸

Em depoimento recolhido, no âmbito desta investigação, a 4 de fevereiro de 2020, Fernando Henrique Cardoso atestou, sem hesitações, o uso abusivo por SBH dos tipos ideais de Max Weber.³⁹ Mas outros haverá que consideram a chave interpretativa utilizada por SBH mais próxima dos tipos sociais de Georg Simmel.⁴⁰ Esta ambivalência metodológica ou conceptual poderá também ser fruto da interrupção, por meio das revisões impostas de 1948 em diante, da lógica organicista antes presente no livro, cristalizando-se gradualmente, por meio de pares dicotómicos, um carácter puramente essencialista.

Independentemente da dificuldade em tomar como certo que SBH fez uso deste ou daquele modelo interpretativo, é razoável assumir que a sua propensão para conceitos algo rígidos provenha da sua receção precoce da sociologia alemã, com a qual travou contacto *in loco*, em 1929 e 1930. Conceitos esse que o próprio viria mais tarde a ajuizar configurarem uma esquadria analítica ainda tosca, que, de forma historiograficamente pouco sofisticada, fora usada como *fórceps*, para extrair conclusões ensaísticas a partir duma realidade complexa, múltipla, dificilmente subsumível.

Num sobejamente conhecido momento de autocrítica, em palestra proferida, em 1967, na Escola Superior de Guerra, o próprio SBH apontou as “*simplificações ilusórias e traiçoeiras*” a que se dedicou em *Raízes do Brasil* por forma a atingir “*um esquema suficientemente unitário*”, relevando que escrevia, no seu primeiro livro, como ensaísta e que “*mais tarde iria melhor definir[-se] como historiador*”.⁴¹ Robert Wegner já apontou, com sagacidade e rasgo, para este dilema do autor enquanto leitor tardio de si mesmo, dilacerado pela dicotomia entre a sua persona ensaística dos anos 30 e o mister

³⁸ SOBRAL, José Manuel. “Representações portuguesas e brasileiras da identidade nacional portuguesa no século XX”, In: Revista de Ciências Sociais, Fortaleza, 41-2, 125-139, jul/dez2 010 <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/463/445>. p. 133.

³⁹ Cf. Anexo 1, p. 145.

⁴⁰ MONTEIRO, *Signo e Desterro*. Também WAIZBORT, Leopoldo. “Simmel no Brasil”. *Dados*, v. 50, n. 1, Rio de Janeiro, 2007, p. 19.

⁴¹ João Kennedy Eugénio chega a considerar que SBH exagerou nessa crítica a *Raízes do Brasil*, questionando-se sobre as razões desse exagero. Cf. EUGÉNIO, João Kennedy, *Ritmo espontâneo: Organicismo em Raízes do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda*. Teresina: EDUFPI, 2011. p. 325. Sobre a mesma palestra na ESG, FELDMAN, *Clássico por amadurecimento*. p. 43.

historiográfico que viria a aperfeiçoar trinta anos depois.⁴² José Manuel Sobral também observa que, em *Raízes do Brasil*, a análise sobre o colonizador português é feita tendo como "*contraponto diferenciador (e modelar) os povos da Europa protestante do Norte*".⁴³ Estes seriam os "eles" de que fala Monteiro, os outros, os trabalhadores, os prósperos empreendedores, que tiveram a sua continuidade transatlântica na experiência colonial norte-americana. Neste gnosticismo dualista, do lado do "nós" estariam os melancólicos descendentes do aventureirismo dos portugueses que aportaram ao Brasil em busca de vãs e fáceis glórias.⁴⁴ Contraponto, aliás, continuado por Viana Moog, em *Bandeirantes e Pioneiros: paralelo entre duas culturas*, publicado em 1954.⁴⁵

O sociólogo Jessé Souza considera que o tropismo da constante comparação com os Estados Unidos fez com que, desde o início do século XIX, o cidadão norte-americano se tornasse o "*émulo de todo brasileiro à procura de um modelo*"⁴⁶. Para ele, há evidente idealização da justiça social e igualdade de oportunidades nos Estados Unidos, onde o austero protestante é visto como a antítese do homem cordial. Souza constata que essas ideias se fazem presentes, em maior ou menor grau, em amplos espectros políticos.⁴⁷

Mais curioso é notar como SBH se coloca, perante essa representação dicotômica⁴⁸, num ponto de vista exterior ao nós, "exotizando" o Brasil, como algo que lhe fosse estranho. Sérgio Costa traça um interessante e fértil paralelismo com as teses de Edward Said sobre o orientalismo, e as construções ocidentais a esse respeito⁴⁹; ou, ainda, a oposição entre *The west and the Rest*, de Stuart Hall. Estes autores, segundo Costa, "*explicitam de*

⁴² WEGNER, Robert, "Análises recentes da obra de Sérgio Buarque", in CALDEIRA, J. R. de Castro (org.). *Perfis buarqueanos – Ensaios sobre Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2005.

⁴³ SOBRAL, "Representações portuguesas e brasileiras", p. 133.

⁴⁴ HOLANDA, *Raízes do Brasil*, Edição Crítica, "Cap. II – Trabalho e Aventura", p. 59 – 116.

⁴⁵ MOOG, Viana, *Bandeirantes e Pioneiros: paralelo entre duas culturas*. 18.^a edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

⁴⁶ SOUZA, Jessé, *A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite*. São Paulo: LeYa, 2015, pp. 43 e 44.

⁴⁷ Poderíamos também observar o anacronismo implícito em muitas dessas comparações ao ser aplicada à Primeira Expansão Europeia a distinção entre 'colônias de povoamento' e 'colônias de exploração', elaborada por Leroy-Beaulieu, em 1874, para caracterizar a Segunda Expansão Europeia.

⁴⁸ Sem remontar ao séc XIX e a Varnhagen e quejandos, são raros os autores que, no séc. XX, questionam a linearidade histórica desse dualismo. Veja-se, entre as exceções, Darcy Ribeiro que enaltece "*o que aqui se fez. E se fez muito, como a construção de uma civilização urbana nos séculos de vida colonial, incomparavelmente mais pujante e mais brilhante do que aquilo que se verificou na América do Norte, por exemplo. A questão que se põe é entender por que eles, tão pobres e atrasados, rezando em suas igrejas de tábuas, sem destaque em qualquer área de criatividade cultural, ascenderam plenamente à civilização industrial, enquanto nós mergulhámos no atraso.*" In RIBEIRO, Darcy, *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*, 3.^a edição, São Paulo: Global Editora, 2015, p. 330.

⁴⁹ SAID, Edward, *Orientalismo: Representações ocidentais do Oriente*, Lisboa: Cotovia, 2004.

maneiras distintas e complementares como as ciências humanas e sociais modernas se serviram de diários de viagem, mitologias e narrativas religiosas para estabelecer uma distinção radical entre a Europa ‘civilizada’ e ‘moderna’ e o resto do mundo ‘não civilizado’ e ‘arcaico’”.⁵⁰

Por sinal, quando apresenta o “homem cordial” que o Brasil dará ao mundo, SBH invoca justamente as “*virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam*”, tais como “*a lhanza no trato, a hospitalidade, a generosidade*”.⁵¹ Mas essa exacerbação do pitoresco, esse olhar que se foca no caricatural não se fica, na verdade, pelo Brasil. Esse modo de ver que “orientaliza” o seu próprio país, estende-se, retrospectivamente, a Portugal, o qual é observado – não só mas em boa medida – pelo olhar sobranceiro de um James Murphy e seus *Travels in Portugal*, de um Filipo Sassetii e suas cartas de expatriado, de Joseph-Barthélemy-François Carrère e sua *Voyage en Portugal*, ou pelas trocas epistolares de um Nicolau Clenardo de Brabante. Trata-se de uma enumeração não exaustiva de algumas das fontes utilizadas em *Raízes do Brasil* que parecem desequilibrar SBH para os aspetos pré-modernos da sociedade portuguesa entre os séculos XVI e XVIII, em razão, pelo menos em parte, do que têm de caricatural para o observador estrangeiro.

É desta perspectiva exteriorizante sobre as suas próprias origens sociais que nasce o protagonista principal de um enredo determinista: um sujeito unidimensional, dominado pelos genótipos culturais do seu passado, dominador anquilosante do presente e futuro da sua descendência; essa invenção de SBH, essa ficção interpretativa, “*essa personagem fantástica da imaginação buarquiiana – o homem ibérico*”.⁵²

3. Transformações exógenas: o caso de António Candido (1967)

A metamorfose operada em *Raízes do Brasil* é endógena, operada pelo próprio SBH, como já vimos, mas também tem fatores e fautores exógenos. O futuro crítico da obra é, em boa medida definido, em 1967, pelo prefácio de Antonio Candido, publicado junto

⁵⁰ COSTA, Sérgio, “O Brasil de Sérgio Buarque de Holanda”, *Revista Sociedade e Estado*, Volume 29, Número 3, Setembro/Dezembro 2014, pp. 823-839 (p. 838).

⁵¹ HOLANDA, *Raízes do Brasil*, p. 176.

⁵² MONTEIRO, Pedro Meira, “As Raízes do Brasil no espelho de Próspero”, *Novos Estudos*, 83, Março 2009, p. 173.

com a quinta edição. Esse prolegómeno alheio cristaliza certa perspectiva a respeito das origens ibéricas e, em particular, portuguesas, como causa original e *prima inter pares* da “*falta de coesão social*” e da “*frouxidão das instituições*” brasileiras⁵³, como se essa sempre tivesse sido a premissa-base inequívoca de SBH desde a génese do livro, o que não foi o caso.

Conforme já constatámos e como aponta João Kennedy Eugénio, “*embora já houvesse crítica a aspetos da colonização portuguesa na edição de 1936*”, é a partir de 1948 que ela se torna mais radical e, com o prefácio de Cândido, é dado assinalável destaque a essa “*crítica ao legado ibérico*”, enformando e enviesando o prisma interpretativo de leitores vindouros, de então para diante.⁵⁴ Neste contexto, não deveremos menosprezar o eclodir da Guerra Fria, o surgimento de campos políticos opostos, a clivagem ideológica que se deu, globalmente, nos meios intelectuais, a que o Brasil não foi alheio; nem SBH e, muito menos, António Candido.

Na edição de 1948, SBH inicia uma reavaliação da colonização portuguesa, a par de uma preocupação, já por muitos notada, em suprimir opções políticas antiliberais que subjaziam à edição *princeps* da obra. De acordo com Schwarcz e Monteiro, “*a sombra da Segunda Guerra Mundial fez com que o livro pendesse decididamente para o lado da democracia, fechando-se a uma solução autoritária*”.⁵⁵

Na edição seguinte, em 1956, a viragem a respeito do legado ibérico é completada, num movimento que o prefácio de António Candido virá, uma década depois, acentuar. O próprio Candido salienta, nesse texto, que o livro é construído sobre uma “*admirável metodologia dos contrários*”, num “*jogo dialético*” que nos remete para interpretações materialistas da realidade. João Kennedy Eugénio viria, mais tarde, por meio de sua pesquisa já citada, evidenciar a polaridade estrutural da obra.

⁵³ CANDIDO, António, O Significado de Raízes do Brasil (prefácio), in HOLANDA, *Raízes do Brasil – Edição Crítica*, p. 15. A este respeito, cf. BERGER, Stefan, CONRAD, Christoph, *The past as history: national identity and historical consciousness in modern Europe*, Basingstoke: Palgrave MacMillan, 2015, p. 225. O historiador alemão aponta o alinhamento frequente entre a escrita historiográfica e as agendas políticas ou os interesses nacionais, nomeadamente ao serviço de estratégias para suplantar as causas identificadas como estando na base da situação de subdesenvolvimento das nações.

⁵⁴ EUGÊNIO, *Ritmo espontâneo*, p. 292-294.

⁵⁵ SCHWARCZ e MONTEIRO, “Uma edição crítica de Raízes do Brasil”, p. 13. Vd. também MATA, Sérgio da, “Tentativas de desmitologia: a revolução conservadora em Raízes do Brasil”. *Revista Brasileira de História*, 2016, vol.36, n.73, pp.63-87.

Candido avança com os seguintes pares dicotômicos: “*trabalho e aventura; método e capricho; rural e urbano; burocracia e caudilhismo; norma impessoal e impulso afetivo*”⁵⁶. Já Fernando Novais reelabora os conceitos e propõe outros tantos “*tipos contrapostos: o ibérico e o saxônico, o espanhol e o português, (...) o semeador e o ladrilhador.*”⁵⁷ Sejam quais forem as categorias em presença, o leitor é levado através de uma cadeia de círculos concêntricos, rumo a um núcleo de lusitanidade essencialmente descarnada de quaisquer atributos positivos.

Na verdade, o prefácio é apenas o pináculo de todo um criterioso trabalho de memorialismo de Candido em torno de SBH, procurando assegurar a melhor posteridade para o historiador paulista, seu amigo. Mas Candido não age sozinho, nem de moto próprio. Candido relê nas linhas de SBH as entrelinhas que SBH agora deseja evidenciar. Diz-nos João Kennedy Eugênio:

*Aspetos do prefácio foram antecipados por Sérgio Buarque, que também iniciara a repressão à memória de Raízes do Brasil, na sua versão de 1936. Nesse sentido a leitura de Candido pode ser vista como uma espécie de invenção de Sérgio Buarque.*⁵⁸

Com base na “*proximidade e [n]a amizade*” entre os dois, Schwarcz e Monteiro chegam a conjecturar que “*o autor e o crítico estivessem juntos inventando um novo livro*”⁵⁹. Pela forma como a herança ibérica é retratada nesse ‘novo livro’ e exacerbada pelo seu novo prefácio, justifica-se plenaente que isso seja aqui devidamente evidenciado.

⁵⁶ CANDIDO, António, “O Significado de Raízes do Brasil” (prefácio), in HOLANDA, *Raízes do Brasil*, p. 14.

⁵⁷ NOVAIS, Fernando, “De volta ao homem cordial”, *Folha de S. Paulo*, 1 de maio de 1995. Disponível em https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/5/01/caderno_especial/1.html. Acesso em: 7 de julho de 2020.

⁵⁸ EUGÊNIO, “Entre Totem e Tabu”, p. 435.

⁵⁹ SCHWARCZ e MONTEIRO, “Uma edição crítica de Raízes do Brasil”, p. 22.

CAPÍTULO III - RELAÇÕES

Este capítulo será dedicado às “relações” (influências, trocas e diálogos) do autor, tendo por objetivo a análise de uma hipótese explicativa inicial, que passaria por certo distanciamento de SBH em relação a Portugal e à intelectualidade portuguesa, por comparação às influências germânica, francesa e, também, norte-americana.

1. 1922 e o modernismo

Eduardo Lourenço faz remontar à Semana de Arte Moderna de 1922, cuja importância para a cultura e pensamento brasileiros do século XX ninguém menospreza, um distanciamento voluntário “*não apenas da cultura matriz, objeto de ocultação e denegação inconsciente, mas também da cultura arquetípica ocidental*” (Lourenço, 2004, p. 140).⁶⁰

No que concerne à cultura matriz, a portuguesa, embora o anti-lusitanismo seja uma ‘aparição’ antiga em diferentes momentos da formação da identidade brasileira⁶¹, o modernismo terá constituído – na opinião da maioria dos observadores mas não todos⁶² – um marco de radicalização, sublimação e intelectualização, com forte cunho paulista, desse sentimento. Já quanto ao afastamento do arquetipo ocidental, será ainda mais discutível que isso tenha sido concretizado ou fosse mesmo inteira e genuinamente

⁶⁰ LOURENÇO, Eduardo, *Nós e o Brasil: ressentimento e delírio*, in *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*, 3ª edição, Lisboa: Gradiva, 2004, p. 140. Citado por FINO, Carlos, *Raízes do estranhamento: a (in)comunicação Portugal-Brasil*, Tese de Doutorado em cotutela pela Universidade do Minho (Portugal) e pela Universidade de Brasília (Brasil), 2018, p. 52.

⁶¹ As primeiras malquerenças datam, pelo menos, de 1710, da Guerra dos Mascates, passando pelas conjurações separatistas, pela consolidação da Independência e os receios (infundados?) de “recolonização” (cf. ROCHA, António Penalves, *A recolonização do Brasil pelas Cortes – História de uma invenção historiográfica*, São Paulo: Editora UNESP, 2009), até ao corte de relações durante o Florianismo, na sequência do movimento anti-republicano da Revolta da Armada. Francisco Seixas da Costa, Embaixador de Portugal no Brasil entre 2005 e 2008, menorizou o “*anti-portuguesismo*” como uma “*doença infantil da brasilidade*”, mas as suas mazelas ainda são visíveis no fâcies psico-sociológico brasileiro. Cf. COSTA, Francisco Seixas da, *Tanto Mar? – Portugal, o Brasil e a Europa*. Thesaurus: Brasília, 2008, p. 86.

⁶² Marcia Arruda Franco colocou recentemente “*em questão a visão propagada pelos manuais de história literária e nos currículos escolares de que durante o modernismo brasileiro houve um rompimento radical com a cultura portuguesa e com os intelectuais portugueses*”, apontando “*a continuidade da interlocução poética e intelectual de portugueses e modernistas brasileiros nos anos heróicos do modernismo paulista, na década de 1930, e em decorrência do Acordo Cultural, de 1941, enfocando a figura controversa de António Ferro, excluído de Orpheu, mas “klaxista”, e alguma correspondência portuguesa de Mário de Andrade, em especial a de Osório de Oliveira.*” In FRANCO, Maria Arruda, “De portugueses nos modernismos do Brasil – histórias por narrar”, *Intellectus*, Ano XVIII, n. 1, 2019, Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intellectus/article/download/40745/30676>.

desejado pelos modernistas, para além da espuma de uma contra-cultura que talvez não o fosse.

A rede de sociabilização modernista foi sem dúvida determinante na formação do jovem Sérgio, na sua maturação científica, na sua evolução enquanto crítico literário e esteta..

Como lembra Rafael Pereira da Silva:

(...) Integrou a lista dos nomes sempre lembrados da Semana de Arte Moderna de 1922, embora na época estivesse residindo no Rio de Janeiro, de onde representou a pouco duradoura, mas impactante Klaxon. Com o amigo Prudente de Moraes, neto, fundou a também inovadora Estética, mais uma experiência efêmera, porém, bastante significativa para os rumos que o modernismo pós-22 tomava, com as celeumas entre os modernistas e os academicistas, embates que resultaram nos conhecidos artigos “Perspectivas” e “O lado oposto e outros lados.”⁶³

Mas, entre muitos elogios que podem ser feitos a SBH, talvez o mais certo é que este sempre pensou pela própria cabeça. Desde muito cedo. E no que respeita, em específico, à avaliação da herança colonial, não somos partidários de uma sobrevalorização do modernismo na conformação de *Raízes do Brasil*, sobretudo da sua primeira edição. Sabemos que, em 1926, SBH viria a insurgir-se contra as tentações refundadoras dos modernistas mais radicais; contra o que Maria Odila Leite da Silva Dias considerou (num texto que recebeu inicialmente o sugestivo título de “Negação das negações”) o “*excesso de intencionalidade construtiva de intelectuais, que se dispunham a inventar um novo Brasil*”; e contra Mário de Andrade e o seu “*excessivo intelectualismo*”, pois “*uma identidade nacional nunca poderia ser implementada como política cultural*”. Para aquela autora, *Raízes do Brasil* é “*obra de sinalização de tendências, mais do que afirmações peremptórias*”, um livro que “*começou a ser pensado como um acerto de contas com seus companheiros*”, iconoclastas, que à sua maneira também eram “*fiéis preservadores do legado colonial*”⁶⁴. Em virtude disso, *Raízes do Brasil* é um exercício

⁶³ DA SILVA, Rafael Pereira. “Conversas com Sérgio Buarque de Holanda”. In MARTINS, Renato (org.). *Sérgio Buarque de Holanda: encontros*. Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2009, p. 216.

⁶⁴ Entre outras ilações que daqui se podem tirar, esta será, porventura, uma referência à centralidade de figuras como Paulo Prado na organização, tanto no plano financeiro, como intelectual, da Semana de Arte Moderna, sendo Prado magno representante da cultura cafeeira e das oligarquias agrárias que transpuseram o arco entre o período colonial e a Primeira República brasileira. Cf. BERRIEL, Carlos Eduardo, “Modernismo foi expressão de domínio político da oligarquia do café”, *Folha de S. Paulo*, 31 mar. 2020. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2020/03/modernismo-foi-expressao-de-dominio-politico-da-oligarquia-do-caffe-diz-pesquisador.shtml>. Acesso em: 13 jun. 2020.

de “*negação das negações, pois, em vez de chegar à síntese, os antagonismos redundam em impasse*”.⁶⁵

Apesar deste impasse, Diogo de Godoy Santos considera que, desde a primeira edição, *Raízes do Brasil*, é motivado “*por certa postura crítica à cultura metropolitana portuguesa – efeito decorrente de suas raízes modernistas*”, parecendo “*constantemente se posicionar contra o passado colonial, fosse pelos critérios políticos, psicológicos ou culturais.*”⁶⁶ Apesar desta avaliação ser feita com base na primeira edição de *Raízes do Brasil* – julgando pelas referências bibliográficas da tese de mestrado supracitada – não concordamos inteiramente com a mesma, parecendo melhor encaixar nas edições subsequentes do livro. Em 1936, apesar da sua costela modernista, SBH ainda não se posicionava totalmente contra a tradição ibérica, por não acreditar, como já vimos, na criação artificial e artificiosa de um ‘homem novo’ brasileiro, separado do seu passado d’além-atlântico. Esmiúçaremos, mais à frente, o vínculo conceptual e ideológico dessa posição e o que faria o historiador paulista mudar para uma visão mais radical quanto às heranças coloniais na segunda metade da década de 40.

2. O período alemão e as raízes vitalistas

Segue-se o período alemão. Os influxos teutónicos foram decisivos, sem dúvida, como veremos adiante, tanto que Sérgio trouxe consigo, de Berlim, em 1930, o embrião – ou já um feto com 2 capítulos de gestação – do que viria a ser *Raízes de Brasil*.

Na Alemanha, onde trabalhou como correspondente dos Diários Associados, SBH tomou contacto com a obra de Max Weber, Georg Simmel, Ludwig Klages, Carl Schimdt, *inter alia*, e terá assistido – segundo o próprio, António Candido e a “hagiografia” posterior – aos seminários de Friedrich Meinecke. De acordo com João Kennedy Eugênio, o organicismo de Klages faz-se muito na presente na primeira edição do livro, SBH tudo

⁶⁵ DIAS, Maria Odila Leite da Silva - Texto introdutório a *Raízes do Brasil*, Coleção Intérpretes do Brasil, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000, Vol. III, p. 902 e 903,

⁶⁶ SANTOS, Diogo Godoy, *Os índios em Raízes do Brasil (1936-1948), de Sérgio Buarque de Holanda: entre o “moderno” e o “nacional*, Tese de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2019, p. 18. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-17052019-121341/publico/2019_DiogoDeGodoySantos_VCorr.pdf

fazendo, de 1948 em diante, para se distanciar dele.⁶⁷ É notório também, em 1936, um pendor para o vitalismo, com certos laivos de autoritarismo que perpassam a edição *príncipeps*, conforme amplamente diagnosticado e já antes referido, elementos esses revistos na segunda edição, na medida do possível. Ainda assim, de Carl Schimdt restarão referências, intocadas, até à edição definitiva.

Quanto a Meinecke, Sérgio da Mata nutre desconfianças sérias sobre a plausibilidade de SBH ter privado, enquanto aluno, com o mestre alemão:

Provavelmente por não estar muito longe da aposentadoria (ocorrida em 1932), Meinecke ministrou todos esses cursos na modalidade privatim, isto é, em sua própria casa e abertos a um número muito limitado de participantes. É difícil acreditar que Sérgio, sem ser aluno regular da Universidade, tenha tido acesso a qualquer uma das sessões destes cursos. Nada impede que ele possa ter assistido a alguma conferência de Meinecke naqueles dias. Mas frequentar preleções ou seminários do grande historiador das ideias, ainda que “sem regularidade”, parece ser praticamente impossível.⁶⁸

Nesses anos ainda de *Bildung* – SBH tem 26 anos quando parte para a Europa – também impera o contacto com a etnologia alemã de orientação histórico-cultural: Theodor Koch-Grunberg, Karl Friedrich Phillip von Martius, Karl von den Stein, Max Schimdt, Wilhelm Schimdt, Georg Friederici,⁶⁹ este último muito citado em *Raízes do Brasil*, conforme esmiuçaremos mais adiante.

Em Berlim, entre junho de 1929 e janeiro de 1931, SBH trava contacto, portanto, não apenas com a sociologia alemã nascente mas também com os nacionalismos europeus em ascensão e os substratos mentais sobre os quais se erguem cultos do espírito nacional de pendor crescentemente ofensivo. A viagem de um egresso da Semana de 22, da ‘pauliceia desvairada’, cujo manifesto passa pela deglutição da matriz cultural europeia, para um

⁶⁷ EUGÊNIO, João Kennedy, Um ritmo espontâneo: O organicismo em Raízes do Brasil e Caminhos e Fronteiras de Sérgio Buarque de Holanda, Tese de doutorado, Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, 2010, Cap. 3. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1276.pdf>.

⁶⁸ MATA, Tentativas de desmitologia, 2016, p. 74.

⁶⁹ Cf. FRANÇOZO, Mariana. “Os outros alemães de Sérgio: etnografia e povos indígenas em Caminhos e fronteiras”. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.22, n.63, p.137-152, 2007.

embate *in loco*, numa Prússia revanchista pós-Versailles, com essa mesma matriz, não deixará de marcar o jovem intelectual por muitos e bons anos.

3. Mestres franceses nos trópicos

A influência acadêmica francesa no Brasil dá-se no âmbito de uma vigorosa política cultural e científica empreendida pela França, que se intensifica, a partir de 1908, por via da atuação de Georges Dumas, porta-voz do *Groupement des Universités et Grandes Écoles de France pour les relations avec l'Amérique Latine*. É nesse contexto que professores franceses participam na gênese da Universidade do Distrito Federal (UDF), idealizada por Anísio Teixeira e criada em 1935, no Rio de Janeiro. SBH ingressa na UDF em 1936, onde fica até 1939 e onde convive diretamente com a intelectualidade gaulesa, nomeadamente, com Henri Hauser e Henri Tronchon, de quem foi assistente nas cadeiras de História Moderna e Literatura Comparada, respetivamente.

Segundo João Kennedy Eugênio, SBH terá sentido que “*o convívio mantido com Hauser o forçou a ampliar seus conhecimentos*” e, citando o próprio, “*a tentar aplicar os critérios aprendidos ao campo dos estudos brasileiros*”⁷⁰. Presume-se que SBH se refira a critérios historiográficos e a uma maior erudição histórica, até então em falta na sua formação.

Mas um sopro parisiense na academia brasileira já se fazia sentir, sobretudo em S. Paulo, desde 1934, com a chamada missão francesa incumbida da montagem da então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras na USP. Numa primeira fase dessa missão temos nomes como: Émile Coornaert (história), Pierre Deffontaines (geografia), Robert Garric (literatura francesa), Paul-Arbousse Bastide (sociologia), Étienne Borne (filosofia e psicologia) e Michel Berveiller (literatura greco-latina). Em 1935, chega Fernand Braudel, que ficará até 1937, para além de Pierre Hourcade (literatura francesa), Pierre Monbeig (geografia), Claude Lévi-Strauss (sociologia) e Jean Maugué (filosofia). E numa última leva, temos professores como: Roger Bastide (substituto de Lévi-Strauss),

⁷⁰ EUGÊNIO, “Entre Totem e Tabu”, 2016, p. 432.

Jean Gagé (no lugar de Braudel), Alfred Bonzon (literatura francesa) e Paul Hugon (economia).⁷¹

Fernando Henrique Cardoso indica-nos que Braudel terá sido determinante na formação de Caio Prado Júnior⁷² ou Alice Canabrava, ambos alunos do mestre francês na USP, nos anos 30. Já o mesmo não se poderá dizer de SBH, que estava, então, no Rio de Janeiro: “o Sérgio não era ligado ao Braudel”.⁷³ Também Lévi-Strauss terá influenciado Caio Prado mas não SBH, segundo Fernando Henrique Cardoso.

Mas a influência gaulesa na USP faz-se notar, com intensidade, até final dos anos 50. Comparando com a posição, na época, de intelectuais portugueses, Fernando Henrique Cardoso, dir-nos-á, que estes detinham bastante ascendência, “*mas não tanto quanto os franceses, que eram os donos do pedaço.*”⁷⁴ Esse ascendente francês fazia-se notar também nos hábitos de sociabilização no ambiente académico paulista de então. Ainda segundo Fernando Henrique Cardoso: “*São Paulo era pequenininho, eles tomavam chá aqui. Tomavam chá numa confeitaria que tinha aí. Os franceses gostavam muito dessa história de tomar chá com os alunos.*”⁷⁵

SBH, tendo-se fixado em São Paulo em 1946 e enquanto diretor do Museu Paulista, não poderá ter ficado intelectualmente imune a estes influxos. Apesar de só ter ingressado na USP em 1956, como professor-substituto na Cadeira de História da Civilização Brasileira (vindo a conquistar a posição de catedrático, em 1958, com a defesa da tese *Visão do Paraíso*), “*seu contato com a USP vem desde 1949, quando participava de bancas de arguição de teses de doutorado, livre-docência e cátedra, nas áreas de História, Política e Economia*”.⁷⁶

⁷¹ Curiosamente, há um português que integra uma das últimas fases desta “missão francesa”: é Vitorino Magalhães Godinho, que em 1954 vivia em França e nesse ano foi convidado “*quase como um francês*” para leccionar na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, tal como contou o próprio na sua última entrevista, em 2010, em Lisboa, a Alberto da Costa e Silva. *Apud* SILVA, Alberto da Costa e, MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis, “Trabalhar a história: o tempo de um mestre. Entrevista de Vitorino Magalhães Godinho (1918-2011)”, *História da Historiografia*, Ouro Preto, n.º 10, dezembro 2012, p. 27.

⁷² Monbeig e Deffontaines terão sido igualmente preponderantes no aperfeiçoamento de Caio Prado enquanto geógrafo. Cf. Anexo 1, p. 152.

⁷³ Cf. Anexo 1, p. 147.

⁷⁴ Cf. Anexo 1, p. 140.

⁷⁵ Cf. Anexo 1, p. 152.

⁷⁶ SANCHES, Rodrigo Ruiz, “Sérgio Buarque de Holanda na USP”, *Revista Sociedade e Estado - Volume 26, Número 1, Janeiro/Abril 2011, p. 241.* Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/QLsMYdg7cRGVLJLfQQJLXrn/?format=pdf&lang=pt>.

4. Ventos do norte

Em 1941, ano que marca a entrada dos Estados Unidos da América na II Guerra Mundial, SBH viaja àquele país por três meses. Fá-lo a convite da Divisão Cultural do Departamento de Estado, quando a política externa emanada da Casa Branca apostava, segundo Robert Wegner, em “*promover os ‘valores pan-americanos’*”⁷⁷. Estes esforços farão parte duma dinâmica mais vasta, delineada a partir de Washington, durante a fase final do conflito mundial (quando se impunha afastar Getúlio Vargas das potências do Eixo), com continuidade no pós-guerra, que António Pedro Tota designou como “*imperialismo sedutor*”⁷⁸ e de que Nelson Rockefeller será o grande instrumentista no Brasil.

Nesse ano, SBH realiza um périplo por Nova Iorque, Chicago, Washington e Wyoming, participa em debates e conferências, numa digressão relevante para o seu amadurecimento intelectual e que poderá ter a sua quota-parte de influência nas modificações na perspetiva de SBH sobre o passado colonial português na sua contraposição ao modelo colonial anglo-saxónico, a dicotomia entre o “nós” e o “eles” que já há pouco aflorámos.

Wegner mostra-nos que foi nos EUA que SBH elaborou a nota sobre a “*Persistência da lavoura de tipo predatório*”⁷⁹, que seria apensa ao capítulo II de *Raízes do Brasil*, na segunda edição, em 1948⁸⁰. Fala-nos também da importância do convívio com o académico norte-americano Lewis Hanke, que SBH conhecera no Rio de Janeiro, em

⁷⁷ WEGNER, *A conquista do Oeste*, p. 76-78.

⁷⁸ Sobre os ventos que sopravam do norte da América, a sua influência a sul e como tal contexto poderá ter contribuído para certas mudanças na percepção de SBH, cf. TOTA, António Pedro, *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*, São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

⁷⁹ HOLANDA, *Raízes do Brasil* – edição crítica, pp. 100-106. A respeito das afirmações e valorações de SBH sobre a agricultura praticada pelos colonos portugueses no Brasil, nesse trecho e noutras passagens de *Raízes do Brasil*, valerá a pena lembrar, com Fátima Bonifácio, os ensinamentos de Marc Bloch em *Les caractères originaux de l'histoire rurale française*: “(...) o Rio Loire atravessa a França de Leste a Oeste (...) era um separador entre duas civilizações agrárias. Esta separação residia numa diferença decisiva do tipo de solo agrícola: a Norte do Loire, a terra era úbere, pesada e húmida; a Sul, e até ao Mediterrâneo, era seca, leve, arenosa e cheia de pedregulhos. Este facto geológico determinou destinos diferentes. (...) Esta imensa brecha geológica (...) determinou opções técnicas que ditaram formas de organização social diversas. (...) A Norte do rio Loire, foi introduzida a charrua como instrumento de arar (...) As charruas, puxadas a bois ou a cavalos, aliviavam o esforço humano e não exigiam uma perícia por aí além. Mas as charruas não eram um instrumento ideal para os solos mediterrânicos, a Sul do Loire, secos, arenosos e pedregosos. Aqui, o antigo arado exigia mãos muito treinadas para o fazer sulcar a terra com a profundidade requerida.” In BONIFÁCIO, M. Fátima, “O braço longo da História”, PÚBLICO, 22 de abril de 2020, Disponível em: <https://www.publico.pt/2020/04/22/opiniaio/noticia/braco-longo-historia-1912279>.

⁸⁰ WEGNER, *A conquista do Oeste*, p. 76-78.

1940, e que na qualidade de Diretor da Fundação Hispânica da Biblioteca do Congresso, orientou as pesquisas do historiador paulista em Washington e seria “*um importante articulador das releituras da história do Continente*”⁸¹, num momento em que historiografia americana se preocupava em produzir reflexões sobre os países latino-americanos

Também Diogo Godoy Santos, na senda de Wegner, valoriza este “momento americano” de SBH e o seu contacto com a historiografia de Frederick Jackson Turner, em particular o artigo “*The first official frontier of the Massachusetts bay*”, segundo capítulo do livro *The frontier in American History*, publicado por Turner em 1920, que SBH anotaria profusamente durante a leitura, nomeadamente quanto ao papel do indígena norte-americano na ‘conquista do Oeste’. Escreve Godoy Santos que a conjuntura de maiores contactos com a produção historiográfica norte-americana – com Turner em particular – e

*a pesquisa histórica feita para [Monções] reverberaria nas informações que Sérgio Buarque incluiria a respeito da temática indígena em 1948 na segunda edição de sua obra mais famosa, Raízes do Brasil. Mais precisamente, nas passagens sobre a disposição indígena ao trabalho na colônia; sobre o reconhecimento da liberdade civil dos índios; e sobre a língua geral em São Paulo.*⁸²

Voltaremos mais adiante às repercussões da valorização do contributo do indígena, face ao ‘pioneiro’ português ou paulista, na análise do bandeirismo empreendida por SBH em *Raízes do Brasil*. Sabemos que SBH voltou a Washington, em 1950, para participar no Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, onde provavelmente conheceu o antropólogo português Jorge Dias, contacto que será esmiuçado no Capítulo V. Nessa viagem, intervém também num seminário na Universidade de Columbia, em Nova Iorque.

Anos mais tarde, em 1968, no prefácio à segunda edição de *Visão do Paraíso*, SBH reitera agradecimentos ao “*amigo*” Lewis Hanke e lembra os “*subsídios novos*” que as pesquisas efetuadas em “*três visitas que [fez] aos EUA, uma das quais se prolongou por*

⁸¹ WEGNER, Robert, “Sérgio Buarque de Holanda e a tese da fronteira”, Anais do XXII Encontro Anual da ANPOCS. Caxambú: ANPOCS, 1998, p. 6. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/anpocs/wegner.rtf>

⁸² SANTOS, “Os índios em Raízes do Brasil”, 2019, p. 11.

perto de um ano”⁸³ permitiram refundir e enriquecer essa sua *magna opus*. Essas viagens terão ocorrido, cremos, entre 1963 e 1967. SBH fala-nos de incursões na Lilly Library e, em especial, na coleção B. Mendel, da Universidade de Indiana, levado pela mão de James Scobie; na biblioteca da Universidade de Yale, por orientação de Richard M. Morse; e na New York Public Library.⁸⁴ Sabemos que, em 1967, leccionou um semestre na Universidade de Stony Brook, em Nova Iorque, e proferiu uma palestra na Universidade de Princeton.

Não carece, parece-nos, de maior minúcia o relato destas mais tardias digressões a norte, pois que, por então, SBH já havia operado, quase por completo, a releitura do legado ibérico no âmago da sua obra seminal. Mas voltaremos, mais à frente neste trabalho, a Lewis Hanke, com quem SBH manteve uma ligação científica e de amizade ao longo de mais de três décadas, e às fortes impressões que o académico norte-americano recolheu aquando de uma visita a Lisboa, no final da década de 50, do meio historiográfico português na sua clausura intelectual indissociável das estruturas mentais do Estado Novo.

5. Portugal, fraca mostra de si mesmo

Em “Portugal e o Iberismo na Sociologia Política brasileira: miscigenação, patriarcalismo e centralização” – tese de doutoramento, de 2011, depois publicada em livro, em 2014, apenas com o título *Portugal e o Iberismo no Pensamento Brasileiro* – Matheus Silveira Lima analisa o esboçar de uma sociologia política brasileira, na qual as reflexões sobre o Brasil são apresentadas pela retomada de temas recorrentes da historiografia e do pensamento político-social produzido em Portugal, sobretudo no final do Século XIX.⁸⁵ No estudo, Matheus Silveira Lima aponta o que considera ser uma linha de continuidade interpretativa entre as duas tradições de pensamento, tanto no que se refere aos temas, quanto em termos teóricos e epistemológicos, mesmo que isso ocorra de modo negativo, como na visão sobre o papel do colonizador português, na crítica de sua incompatibilidade

⁸³ HOLANDA, Sérgio Buarde de, *Visão do Paraíso – os motivos edénicos no descobrimento e colonização do Brasil*, São Paulo: Brasiliense, Publifolha, p. XXVII.

⁸⁴ Que um literal ou distraído SBH traduz por “livraria pública”. *Idem, ibidem*.

⁸⁵ LIMA, Matheus Silveira, “Portugal e o Iberismo na Sociologia Política brasileira: miscigenação, patriarcalismo e centralização, Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da UNESP”, Março de 2011.

com a modernidade – tema forte, no Brasil, na década de 1930 e em SBH, em particular –, e na denúncia das instituições, que teriam favorecido a excessiva estratificação social, e do caráter ultramontano do catolicismo luso. Curiosamente SBH ocupa muito pouco espaço nessa análise, sendo dada primazia a nomes como Alberto Torres, Oliveira Vianna, Nestor Duarte, Raymundo Faoro e Gilberto Freyre.⁸⁶

Já Boris Fausto destaca SBH no contexto do mesmo período de fervilhar intelectual brasileiro acima indicado:

As décadas de 1920 e 1930, até a implantação do Estado Novo, foram décadas de intensa fermentação ideológica, refletindo a percepção de que a Primeira República vinha esgotando ou esgotara as expectativas que cercavam sua fundação. A grande depressão mundial e, no plano interno, a revolução de 1930 deram aos intelectuais da época a sensação de que chegara o momento de “explicar o Brasil”; ou seja, para se descobrir novos caminhos, em busca da realização de diferentes ideais, tornava-se necessário interpretar o passado. Exemplos dessa tendência são as obras de Paulo Prado, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior e de outros nomes menos conhecidos.⁸⁷

No plano pessoal, SBH terá tido algum contacto com intelectuais portugueses da sua geração durante a década de 1920. Desde logo com António Ferro, que se relacionou com o grupo inicial dos modernistas, em 1922 e 1923, tendo publicado no Rio de Janeiro, *A Arte de Bem Morrer* (prefácio de Menotti del Picchia), *A Idade do Jazz-Band* (prefácio de Ronald de Carvalho) e *Batalha de Flores*. A sua emblemática performance d’A Idade do Jazzband (que incluía uma banda de jazz em palco) no Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Salvador e Recife “*provocou a sua recepção como vanguardista em 1922, justamente por sua linguagem paradoxal.*”⁸⁸

⁸⁶ Sobre tráfegos intelectuais luso-brasileiros, mas numa ótica inversa, ver também Sérgio Campos Matos: “*Depois da sua independência, a grande nação sul-americana continuou a ter relevância para o Portugal oitocentista (já não, é claro, nos termos do velho pacto colonial), não apenas do ponto de vista económico e financeiro, mas atendendo ao investimento cultural e simbólico que os portugueses continuaram a situar no Brasil, onde se encontrava a maior colónia portuguesa fora de Portugal. Historiadores portugueses como Herculano, Oliveira Martins e, mais tarde, Lúcio de Azevedo, Jaime Cortesão e Fidelino de Figueiredo reflectiram sobre o Brasil. Alguns deles aí viveram temporariamente. Mas as relações entre as duas nações continuaram a não ser lineares.*” Apud MATOS, Sérgio Campos, *Consciência Histórica e Nacionalismo (Portugal – Séculos XIX E XX)*, Lisboa: Livros Horizonte, 2008, p. 9.

⁸⁷ FAUSTO, Boris, *O pensamento nacionalista autoritário (1920-1940)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 30.

⁸⁸ FRANCO, “De portugueses nos modernismos do Brasil”, 2019, p. 57.

Naqueles anos, Ferro colaborou na revista *Klaxon*, que SBH editava no Rio de Janeiro. Este escreve para Mário de Andrade: “*Pedi ao Antonio Ferro qualquer coisa para Klaxon. Ele deu um manifesto publicado em Portugal e que nunca saiu em revista. Para nós ele é de toda oportunidade*”.⁸⁹ Assim é lançado, no terceiro número, a 15 de julho de 1922, o seu manifesto modernista “Nós”.

Marcia Arruda Franco dá-nos conta de que:

*A correspondência em torno da colaboração de Ferro em Klaxon, mobilizando Sergio Buarque de Holanda, Di Cavalcanti, Tácito de Almeida e Mário de Andrade, integra Ferro e sua esposa Fernanda de Castro na longa Semana de Arte Moderna, que se estende pelo resto de 1922 e 1923.*⁹⁰

Encantam-se os modernistas por Ferro como fica evidente em carta de Tácito de Almeida a SBH: “*Klaxon fará sem dúvida o possível por conseguir um olhar bem amoroso do esplêndido português*”.⁹¹ Ele é um deles, como mostra a última página do número 5 da *Klaxon*: “[...] *António Ferro. [...] É a Família de Klaxon que cresce e se confirma. [...] representa Portugal culto e é Klaxista. [...] nas luzes de um hall, é a serenata de Portugal. É bello. Ao meio-dia, é possante, agressivo, trepidante como um Klaxon*”.⁹²

Quanto às afinidades políticas entre o português e alguns dos modernistas brasileiros, retomemos Marcia Arruda Franco:

*É certo que Menotti del Picchia e José Lins do Rego se ligam ao integralismo brasileiro, levando adiante alguns dos múltiplos ideários apresentados em 1922, sublinhando o seu proto-totalitarismo. (...) Podemos entender que a visão de mundo totalitária, a utilização dos meios de comunicação na propaganda política e o nacionalismo literário podem ter gerado afinidades entre Ferro e alguns daqueles modernistas que o receberam em sua viagem ao Brasil.*⁹³

Embora a mesma sintonia ideológica não se tenha mantido entre o historiador paulista e o jornalista português a partir de finais da década de 30 em diante, encontramos uma evidência de convívio muito mais tardio, em Roma: uma fotografia de 1954, onde vemos SBH (Conselheiro Cultural da Embaixada do Brasil), acompanhado de Lucilo Haddock

⁸⁹ FRANCO, “De portugueses nos modernismos do Brasil”, 2019, p. 53.

⁹⁰ FRANCO, “De portugueses nos modernismos do Brasil”, 2019, p. 55.

⁹¹ FRANCO, “De portugueses nos modernismos do Brasil”, 2019, p. 53.

⁹² FRANCO, “De portugueses nos modernismos do Brasil”, 2019, p. 54.

⁹³ FRANCO, “De portugueses nos modernismos do Brasil”, 2019, p. 53. Sobre a passagem de António Ferro pelo Brasil, entre 1922 e 1923, e sua participação na Semana de Arte Moderna de S. Paulo, vd. também OLIVEIRA, Alexandre, Herança de António Ferro: O Museu de Arte Popular, Casal de Cambra: Caleidoscópio/DGPC, 2019, p. 29-31.

Lobo (Primeiro Secretário de Embaixada), António Ferro (então Ministro Plenipotenciário junto da República Italiana) e Ugo Sola (Embaixador italiano no Brasil entre 1939 e 1942). A ocasião não é mencionada, mas terá sido numa das muitas conferências organizadas por SBH no Instituto Ítalo-Brasileiro em Roma, que o próprio ajudara a criar em 1953.⁹⁴

Sabemos também que SBH conheceu José Osório de Oliveira em 1923.⁹⁵ Os dois conviveram, com presumível proximidade nesse ano, e mantiveram trocas epistolares, pelo menos, até 1943.⁹⁶ Osório de Oliveira começa a trabalhar como funcionário público para o Estado Novo, em 1938, como Chefe da Divisão de Propaganda a Agência Geral das Colónias. Segundo Diogo Ramada Curto, o escritor português viria na década de 1940, a explorar a sua rede de contactos com intelectuais brasileiros na revista *Atlântico*, publicação “*que foi lançada e dirigida por António Ferro, mas da qual Osório foi secretário do primeiro ao último número e, muito provavelmente, o principal mentor.*”⁹⁷

SBH não colaborou, tanto quanto sabemos, na *Atlântico*, que professava uma continuidade cultural lusíada transnacional, carregada de sentimentalismo e que incluía, naturalmente, Portugal e o Brasil, ideário no qual o historiado paulista, nessa altura, já não se reveria. Os trajetos políticos e intelectuais dos dois homens só poderão ter-se apartado ainda mais daí em diante, sendo que, “*desde 1952, [Osório de Oliveira] podia ser considerado um intelectual orgânico do Estado Novo*”.⁹⁸

Apesar de escassos intercâmbios pessoais com pensadores lusos, naturalmente que SBH teve um contacto livresco com a cultura portuguesa nos anos da sua formação. Por todas as razões, incluindo pela preponderância que editores portugueses mantiveram no

⁹⁴ Fundo Sérgio Buarque de Holanda – Siarq-Unicamp Vp 63 P2. Fotografia de Franco Caudarella, Roma, 1954. b&p. 18x24.

⁹⁵ OLIVEIRA, José Osório de, *A Poesia Moderna do Brasil*, Coimbra: Coimbra Editora, 1942, pp. 12 e 13. Trata-se de pequeno opúsculo resultante de conferência proferida por Osório de Oliveira no Instituto de Estudos Brasileiros da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em 5 de maio de 1942. Registo o meu agradecimento a Thiago Mio Salla pela cópia do original que gentilmente me enviou, e que ostenta, no frontispício, uma dedicatória de Osório de Oliveira a Mário de Andrade, datada de novembro 1942.

⁹⁶ Biblioteca Nacional de Portugal, Espólios, N 24 – «Espólio de José Osório de Oliveira», n.º 281 [Carta de Sérgio Buarque, Rio, 4-7-1943: “*Ha muito que deveria ter acusado os dois livros que V. gentilmente me mandou e que me trouxeram boas recordações daquelas noites de 1923. Quando mais tarde (1933) V. andou aqui pelo Rio pouco nos encontramos*”]. Citado por CURTO, Diogo Ramada, “Um álbum fotográfico da Diamang”, MULEMBA – Revista Angolana de Ciências Sociais, 5 (10), 2015.

⁹⁷ CURTO, Diogo Ramada, “Um álbum fotográfico da Diamang”, 2015.

⁹⁸ CURTO, Diogo Ramada, “Um álbum fotográfico da Diamang”, 2015.

mercado do livro brasileiro, até ao final da década de 1930, quando se inicia um processo de inflexão.⁹⁹

Não obstante, José Manuel Sobral avalia que “*não se revela [em SBH] o conhecimento detalhado de múltiplos autores portugueses, nem a interpelação frequente dos mesmos, que atravessa a obra de Freyre.*”¹⁰⁰ Sabemos que terá lido com maior ou menor profundidade obras e publicações várias de Alexandre Herculano, Ramalho Ortigão, Oliveira Martins ou António Sérgio, autores referenciados em *Raízes do Brasil*. Não se pode precisar, exatamente, quando SBH leu as referências principais da Geração de 70 portuguesa mas o desalento coimbrão a respeito de Portugal parece pesar sobre a obra do intelectual paulista. Na primeira edição de *Raízes do Brasil* há uma breve nota com referência a Ramalho Ortigão, suprimida em 1948.¹⁰¹ Mas, dos “Vencidos da Vida”, Oliveira Martins foi certamente aquele que mais se debruçou sobre a questão luso-brasileira nomeadamente no seu *O Brasil e as colónias portuguesas*.¹⁰² João Kennedy Eugênio aponta, além do mais, Oliveira Martins como tendo contribuído significativamente para forjar “*a legenda aurea do bandeirante, (...) as metáforas fortes sobre o papel dos paulistas e de São Paulo na história do Brasil*”¹⁰³, avançando em seguida para uma interessante análise da dinâmica entre Oliveira Martins, Eça de Queirós e Eduardo Prado, tio de Paulo Prado.¹⁰⁴

⁹⁹ Segundo Nuno Miguel Medeiros, sociólogo português: “*Tempo fértil em alterações que transformaram a face do universo editorial em Portugal e no Brasil, os anos que decorrem entre a última metade da década de 1930 e o fim da década de 1960 constituem o período em que se assiste a uma inversão nos processos de influência tipográfica entre os dois países, com Portugal a passar de exportador para importador de livros no seu comércio com o Brasil*”. In MEDEIROS, Nuno Miguel de, “Influência e contrainfluência na inversão do poder tipográfico entre Portugal e o Brasil. Narrativa e atividade nos editores portugueses”, *História* (São Paulo) v.30, n.2, ago/dez 2011, p.179. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/4QYRkNS35JFDGtq5gKNbQGR/?format=pdf&lang=pt>

¹⁰⁰ SOBRAL, “Representações portuguesas e brasileiras”, p. 132.

¹⁰¹ HOLANDA, *Raízes do Brasil* – edição crítica, pp. 151.

¹⁰² Sobre Oliveira Martins e o Brasil, cf. ANDRADE, Joel Carlos de Souza, “Oliveira Martins e Sampaio Bruno: leituras do Brasil pela intelectualidade portuguesa de fins dos oitocentos”, in HERMANN, Jacqueline, AZEVEDO, Francisca L. Nogueira, e CATROGA, Fernando Catroga (Org.). *Memória, escrita da história e cultura política no mundo luso-brasileiro*, CAPES – PPGHIS, 2011. Disponível em: https://www.academia.edu/34046940/Mem%C3%B3ria_escrita_da_hist%C3%B3ria_e_cultura_pol%C3%ADtica_no_mundo_luso-brasileiro.

¹⁰³ EUGÊNIO, João Kennedy, Um ritmo espontâneo: O organicismo em *Raízes do Brasil* e *Caminhos e Fronteiras de Sérgio Buarque de Holanda*, Tese de doutorado, Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, 2010, pp. 410 e 411. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1276.pdf>.

¹⁰⁴ Paulo Prado conviveu, em Paris, *circa* 1889, com Oliveira Martins e também com Eça de Queirós. Seu tio, Eduardo Prado, foi amigo íntimo de Eça e é tido por muitos como modelo para Jacinto, a personagem principal de *A Cidade e as Serras*.

Duma longa citação de Eugênio da referida obra de Oliveira Martins, extraímos a seguinte passagem:

A nação brasileira desenvolve-se colonialmente ao Norte, orgânica e espontaneamente ao Sul. Semi-independente, a região S. Paulo-Minas com a grande baía do Rio de Janeiro, capital natural do império futuro, está na sombra elaborando uma construção orgânica; enquanto o Brasil oficial, o Brasil brilhante, opulento, o Brasil dos vice-reis e governadores, assenta ao Norte, na Bahia e em Pernambuco. (...)

*O espírito aventureiro dos paulistas foi a primeira alma da nação brasileira; e S. Paulo, esse foco de lendas e tradições maravilhosas, o coração do país.*¹⁰⁵

Parecem também ouvir-se ecos do caráter racista do pensamento de Oliveira Martins¹⁰⁶ em certos raciocínios presentes em *Raízes do Brasil*.¹⁰⁷ Mas essas tonalidades são bem mais garridas em Paulo Prado e nomeadamente em *Retrato do Brasil*, onde as ideias daquele historiador e político português sobre a degeneração da índole da grei lusa no contexto da expansão marítima evoluem para noções esdrúxulas sobre uma suposta ‘raça heróica’ de portugueses que se haveria mantido intacta “no planalto protegido do contato exterior pela Serra do Mar”¹⁰⁸. Segundo Carlos Eduardo Berriel, Paulo Prado adapta, de Oliveira Martins, “o mito da grandeza racial portuguesa, transformado em mito paulista”.¹⁰⁹ A suposta superioridade paulista é também constatável em *Raízes do Brasil*. Mas SBH é menos esotérico que Prado. Afirma apenas que no Planalto do Piratininga o

¹⁰⁵ EUGÊNIO, Op. Cit., pp. 410-411.

¹⁰⁶ RAMOS, Rui. “As origens ideológicas da condenação das descobertas e conquistas em Herculano e Oliveira Martins”. *Análise Social*, vol. XXXII (140), 1997 (1.º), pp. 113-141.

¹⁰⁷ Segundo José Manuel Sobral, SBH é “de uma maneira geral, (...) ainda um racista (...) pois aceita a existência de raças e de comportamentos fixos ligados às mesmas.” SOBRAL, “Representações portuguesas e brasileiras”, p. 133. Cf. também Stefan Berger e as suas considerações sobre o advento do Darwinismo Social e o caráter crescentemente racializado das produções históricas nacionais à medida que se aproxima a viragem do século XIX para o XX, quanto antes se baseavam sobretudo em paradigmas culturais. “Under the influence of Social Darwinism, the biologisation of culture gave na increasing number of historians the means to construct national hierarchies rooted in racial paradigms.” In BERGER, Stefan, CONRAD, Christoph, *The past as history: national identity and historical consciousness in modern Europe*, Basingstoke: Palgrave MacMillan, 2015, p. 224. Apesar dos ecos racistas que fazer notar em *Raízes do Brasil*, a que, naturalmente, não será alheia a temporada berlinense de SBH, este está deveras longe de um Oliveira Vianna, o exemplo brasileiro mais acabado deste veio de produção historiográfica, dada a centralidade da questão racial na sua obra.

¹⁰⁸ ORSI, Carlos, “Da ficção historiográfica ao paulista como ‘raça superior’” (Entrevista a Carlos Eduardo Berriel), *Jornal da Unicamp*, Campinas, 04 de agosto de 2013 a 10 de agosto de 2013 – ANO 2013 – Nº 569. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/569/da-ficcao-historiografica-ao-paulista-como-raca-superior>.

¹⁰⁹ BORRO, André Luís, “ Livro esmiúça as ligações do Modernismo com a elite do café”, *Jornal da Unicamp* (edição web), Campinas, 24 de junho de 2019. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/index.php/ju/noticias/2019/06/24/livro-esmiuca-ligacoes-do-modernismo-com-elite-do-cafe>.

português teve que se anular¹¹⁰. E assim está resolvida a questão: português morto, paulista posto.

Sendo certo que o pensamento luso fez, ao longo dos séculos, exames severos de consciência e aceitando a continuidade interpretativa no Brasil das perspectivas autocríticas de autores portugueses, apontada por Matheus Silveira Lima, ponteira, entre essas, o verbo agudo de Antero de Quental. As suas *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares* constituem um pungente retrato histórico-social, que nada escamoteia ou perdoa. Quental aponta como início da decadência dos povos peninsulares os efeitos transversais da Contra-Reforma – “essa máquina temerosa de compressão, que foi o catolicismo depois do Concílio de Trento”¹¹¹ – a par de outros fatores, nomeadamente o Absolutismo, que se instala, progressivamente, a partir do séc. XVI. Apesar de não termos evidências inequívocas de que SBH tenha lido Antero, questões e problemáticas relacionadas com uma férrea disciplina eclesiástica e um ‘centralismo precoce’ reverberam em *Raízes do Brasil*.

Da análise da edição crítica de *Raízes do Brasil* depreende-se ainda que SBH terá lido e nutrido certa admiração pelo estilo de António Sérgio, em virtude de dois comentários positivos inseridos em notas à segunda edição, um deles relativo ao prefácio que aquele pensador português escreveu para *O Mundo que o português criou*, de Gilberto Freyre, publicado no Rio de Janeiro, em 1940, e outro elogiando Sérgio por contraposição “[a]os exageros de Oliveira Martins acerca da tomada de Ceuta”.¹¹²

Também João Lúcio de Azevedo – historiador luso-brasileiro, que viveu em Belém do Pará, entre 1873 e 1900 – é referenciado por SBH com grande apreço na primeira edição do livro: “o erudito historiador das *Épocas de Portugal Económico*”;¹¹³ “os admiráveis estudos de história económica de João Lúcio de Azevedo”¹¹⁴. Curioso notar que ambas estas citações fazem parte de trechos que seriam expurgados em 1948.

¹¹⁰ HOLANDA, *Raízes do Brasil* (2014), p. 159.

¹¹¹ QUENTAL, Antero de, *Causas da Decadência dos Povos peninsulares nos últimos três séculos*. Rio de Janeiro: Tinta da China, 2016, p. 65.

¹¹² HOLANDA, *Raízes do Brasil* – edição crítica, p. 112 e 236.

¹¹³ HOLANDA, *Raízes do Brasil* – edição crítica, p. 79.

¹¹⁴ HOLANDA, *Raízes do Brasil* – edição crítica, p. 150.

Dos intercâmbios com Portugal, será de sinalizar que, em 1944, o artigo de SBH "Caminhos do Sertão", foi publicado na *Litoral*, "revista mensal de cultura", conforme epígrafe na capa desse periódico português. Esse texto viria a constituir o primeiro capítulo de *Monções*, saído no ano seguinte.

Apesar das influências – alemãs, francesas, norte-americanas – antes elencadas, Fernando Henrique Cardoso, no depoimento acima mencionado, falou-nos, por convivência direta, de um SBH que “*tinha ligações*” a Portugal, que “*conhecia muito a vida cultural portuguesa*”, e que era, senão íntimo, pelo menos assíduo de Fidelino Figueiredo¹¹⁵, Adolfo Casais Monteiro¹¹⁶, Jorge de Sena¹¹⁷, intelectuais portugueses “*que tinham muita influência [no Brasil] nessa época*” e que “*eram muito respeitados*”. Em pesquisa no arquivo da UNICAMP, deparámo-nos com trocas epistolares com Vitorino Magalhães Godinho¹¹⁸, que, como já vimos, deu aulas, em 1954, na USP¹¹⁹, período de que datará o convívio com SBH, embora este não fosse, ainda, nesse ano lente naquela universidade.

Em 1967, temos conhecimento de que o historiador paulista esteve em Lisboa, onde efetuou pesquisas no Arquivo Histórico Ultramarino e na Biblioteca Nacional (Reservados e Coleção Pombalina), com financiamento da Fundação Gulbenkian. As investigações visavam a publicação de uma edição revista de *Monções* e SBH estudava, em específico, as entradas fluviais pela região de Mato Grosso.

Existem evidências de uma relação, ainda que distante¹²⁰, de alguma afinidade entre SBH e os movimentos de oposição ao Estado Novo português. Pela mão de Miguel Urbano

¹¹⁵ Exilado no Brasil, entre 1938 e 1951, Fidelino de Figueiredo leccionou na USP e na UFRJ, onde foi titular de uma cátedra de Estudos Portugueses e criou uma ativa escola de lusistas. Entre os seus discípulos, de então, contam-se Antônio Soares Amora, Segismundo Spina, Massaud Moisés e Cleonice Berardinelli.

¹¹⁶ Tendo participado nas comemorações do 4.º Centenário de Cidade de São Paulo, em 1954, Adolfo Casais Monteiro fixou-se no Brasil, nesse ano, por motivos políticos. Leccionou desde então Literatura Portuguesa em diversas universidades brasileiras, designadamente na Universidade da Bahia (Salvador), até se fixar em 1962 na Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Araraquara-SP. Escreveu, como crítico, para vários jornais brasileiros, incluindo para o Estado de S. Paulo. Faleceu na capital paulista, em 1972.

¹¹⁷ Em agosto de 1959, viajou para o Brasil, convidado pela Universidade da Bahia e pelo Governo Brasileiro para participar no IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros. Tendo sido convidado para lecionar Teoria da Literatura, em Assis, no Estado de S. Paulo, aceitou o lugar, iniciando um exílio de 6 anos no Brasil. Pouco após o golpe militar de 1964, rumaria aos EUA, onde se fixou em seguida.

¹¹⁸ Carta de Vitorino Magalhães Godinho a SBH. Lisboa, 17 nov. 1962. Fundo Sérgio Buarque de Holanda – Siarq-Unicamp Cp 246 P9. Carta de SBH a Vitorino Magalhães Godinho. São Paulo, 20 dez. 1962. Ca 3 P5.

¹¹⁹ Integrado na “missão francesa”, conforme já referenciado *supra*.

¹²⁰ Sobre a distância do historiador paulista dos debates políticos em geral, pode-se argumentar que SBH nunca foi propriamente um homem público. No plano internacional, sobretudo, desconhecem-se, por exemplo, posições de SBH sobre a Revolução de Abril de 74, em Portugal; sobre o golpe de Pinochet, no

Rodrigues, sabemos do convívio de SBH com antifascistas portugueses exilados no Brasil, que, nas décadas de 50 e 60, se reuniam em torno do jornal *Portugal Democrático*.¹²¹ Garimpámos uma carta de Joaquim Barradas de Carvalho, que viria também a ensinar na USP, agradecendo a contribuição de SBH para um abaixo-assinado visando a libertação de Mário Soares, que em 1968 fora deportado para S. Tomé e Príncipe.¹²²

Para além das liberdades políticas, a oposição a Salazar passou a integrar nas suas exigências – progressivamente e somente no pós-guerra – uma alteração da situação das colónias africanas. Se derrubar a Ditadura era ponto assente e transversal *ab initio*, o futuro do Ultramar estava longe de ser consensual, havendo cambiantes, conforme os sectores oposicionistas, que iam da reivindicação de uma descolonização total e imediata, até situações transitórias, configurando maior ou menor autodeterminação dos povos colonizados, tema incontornável no mundo pós-1945, aliás consagrado na Carta das Nações Unidas.

Com o agudizar das guerras colonias, que se arrastam no tempo (o deflagrar dos conflitos tem lugar em 1961, no norte de Angola), a questão colonial vai ganhando primazia na agenda oposicionista, sobretudo entre as fileiras das Forças Armadas portuguesas, que viriam a ser instrumentais no golpe de 25 de abril de 1974, que derrobou o Estado Novo português.

Neste contexto, que SBH terá acompanhado de variadas formas, incluindo nos seus contactos com os oposicionistas portugueses radicados no Brasil, é de supor a sua posição favorável à emancipação das colónias portuguesas. Por essa razão, o papel de Freyre, como avalizador intelectual e académico do carácter benévolo do colonialismo português (tão propalado pelo Ministro do Negócios Estrangeiros de Portugal, Franco Nogueira, nas discussões cada vez mais exacerbadas que tinham lugar na sede da ONU, em Nova Iorque) só poderá ter causado aversão ao historiador paulista, sendo mais um motivo de afastamento entre os dois homens.

Chile, em 73; sobre a invasão soviética da Checoslováquia, em 69; ou sobre o Maio de 68, em Paris. Em geral, SBH manteve-se sempre à parte destas discussões públicas.

¹²¹ RODRIGUES, Miguel Urbano. “Portugal Democrático – um jornal revolucionário”, in LEMOS, Fernando e LEITE, Rui Moreira (org.), *A Missão Portuguesa*, São Paulo: Editora UNESP, 2003, p. 183.

¹²² Carta de Joaquim Barradas de Carvalho a SBH. Paris, 05 fev.1973. Fundo Sérgio Buarque de Holanda – Siarq-Unicamp, Cp 318 P11.

Tenhamos ainda em conta, como assevera Thiago Carvalho, que África é a pedra de toque da relações luso-brasileiras no pós-guerra e que “o golpe civil-militar de 1964 no Brasil representou um recuo nas relações com África e o regresso do apoio a Portugal”¹²³. Durante a presidência de Castelo Branco (1964-1967), “o Governo brasileiro voltou a apoiar o colonialismo português contra os movimentos de libertação de esquerda”¹²⁴, embora nem sempre Brasília tenha sido, mesmo durante esse anos, tão inequívoca e vocal quanto Lisboa gostaria.¹²⁵ O anacronismo cada vez mais evidente da continuidade da colonização portuguesa em África e a persistência do Estado Novo – sob Salazar e depois Marcelo Caetano – em posicionar-se contracorrente ao rio da História que fluiu, com cada vez maior caudal e força, em favor da autodeterminação dos povos só poderiam contribuir para uma maior dissociação de SBH em relação à própria experiência colonial brasileira, por essa altura já consumada em *Raízes do Brasil*.

Em conclusão, a convivência de SBH com referenciais portugueses aparenta ter sido mais rica e frequente no que concerne o campo da literatura, remontando, aliás, ao seu período formativo, em pleno modernismo brasileiro. Comparativamente à vertente de estudos literários,¹²⁶ talvez seja de pouca monta a influência recebida por SBH de historiadores portugueses seus contemporâneos. Mas também fica claro, da exposição feita neste subcapítulo, que ter contacto com portugueses não é, forçosamente, razão para construir uma visão afirmativa de Portugal, sendo que muitos dos interlocutores portugueses acima elencados não teriam, eles mesmos, opiniões nada favoráveis sobre o estado da nação salazarista que haviam, as mais das vezes, sido forçados a abandonar.

Tão pouco se identifica a ocorrência de um período de corte, de afastamento, ou de falta de contactos ou trocas intelectuais com Portugal. Não será, portanto, esta a via para satisfatoriamente explicar o motivo das revisões criteriosas, que levam a uma rotação na

¹²³ CARVALHO, Thiago, *Do Lirismo ao Pragmatismo: A dimensão multilateral das relações luso-brasileiras (1974-1976)*, Lisboa: Coleção Biblioteca Diplomática do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Portugal, 2009, p. 25.

¹²⁴ *Idem, ibidem*.

¹²⁵ Franco Nogueira chegou a deslocar-se ao Brasil, em 1965, exigindo, em conferência de imprensa no Rio de Janeiro, mais clareza e palavras mais fortes no apoio do Brasil às posições portuguesas nos debates sobre autodeterminação no palco da ONU (<https://arquivos.rtp.pt/conteudos/visita-de-alberto-franco-nogueira-ao-brasil/>).

¹²⁶ Cf. MARTINS, André Jobim. *A flor e o espinho: a formação brasileira de Sérgio Buarque de Holanda*. 2020. Tese (doutorado) – Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2020.

perspetiva sobre o legado ibérico, operadas, sobretudo, na segunda (1948) e, em menor grau, na terceira (1956) edições do livro.

Das relações buarquenas com outros referenciais culturais, acima elencadas, vimos como o seu tempo em Berlim foi decisivo em termos de contactos precoces com a nascente sociologia alemã, situando-se também ali a origem da matriz vitalista e organicista que permeia o *Raízes do Brasil* de 1936, o que ajuda em boa medida a explicar o *status quo ante* daquele livro, se dermos como aceite que as alterações operadas a partir da edição de 1948 levarão ao *status quo* final do mesmo.

Do contacto com académicos franceses, SBH beneficiará sobretudo no que respeita ao aperfeiçoamento das suas ferramentas historiográficas, com métodos e critérios mais científicos, por contraste com o cariz ensaístico dos seus primeiros escritos. Um maior rigor metodológico, de inspiração gaulesa, uma maior erudição histórica e um arcabouço historiográfico mais robusto e estruturado poderão ter condicionado as revisões impostas por SBH à edição de estreia de *Raízes do Brasil*. Não obstante – ou talvez por essa mesma razão – esta obra acabará por situar-se num lugar algo hesitante entre uma “*história da colonização portuguesa do Brasil*” e uma “*sociologia da formação brasileira*”.¹²⁷

Já os ventos que sopram do norte durante o segundo conflito mundial e os contactos na década de 40 – no período que separa as duas primeiras edições de *Raízes do Brasil* – com o meio académico norte-americano, em especial com Lewis Hanke, aparentam, pela sua inscrição cronológica e pela natureza das investigações a que SBH se dedicou nesse período, ser de considerável utilidade para contextualizar – e ajudar a explicar – as opções do historiador paulista na revisão operada no seu livro de estreia, sobretudo em 1948, e continuada nas edições seguintes.

¹²⁷ MELLO, Evaldo Cabral de, “Raízes do Brasil e depois” (posfácio). In HOLANDA, *Raízes do Brasil*, 2017, p. 227-228.

CAPÍTULO IV - RAZÕES

Se, em 1936, SBH ainda valorizava a tradição ibérica, o problema em apreço é, recordemos, porque deixou de o fazer. A questão está no movimento, na dinâmica, no diferencial valorativo e na sua razão de ocorrer. A questão está no “*deslocamento*”, conforme notou António da Silveira Brasil Jr. na sua sagaz resenha à já citada obra de Pedro Meira Monteiro.¹²⁸ Neste capítulo entraremos então no cerne das “razões” que poderão ter levado SBH a deslocar a sua perspectiva a respeito desse legado e, em particular, face à colonização portuguesa.

1. Vargas e a redemocratização: o homem ibérico não pode ser liberal?

Esse deslocamento, essa metamorfose terá tido início logo após o lançamento do livro. Segundo João Kennedy Eugénio, “*o mal estar de Sérgio pode ter começado com o advento do Estado Novo, em 1937. Ele pode ter notado uma proximidade incómoda entre o argumento de Raízes do Brasil e o discurso de legitimação do regime liderado por Vargas*”.

SBH estava em Berlim durante a “Revolução de 1930”, movimento que não terá interpretado como um “*golpe*”, nem como “*abuso de poder*”, mas, sim, como o “*restabelecimento da situação normal*”¹²⁹. Mas, ainda no final desse ano, ao regressar ao Brasil, logo se posicionou contra o Governo Provisório e estaria, em 1932, do lado dos constitucionais paulistas contra Vargas. Este é, pelo menos, o testemunho de António Candido que – há que dizê-lo – sempre demonstrou particular afã em situar SBH, desde sempre, no campo da esquerda, o que é manifestamente controverso.¹³⁰ A ruptura com

¹²⁸ BRASIL, António da Silveira Jr., “Pedro Meira Monteiro. Signo e Desterro”, *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 29, n. 3, fev. 2017.

¹²⁹ COSTA, “O Brasil de Sérgio Buarque de Holanda”, p. 829.

¹³⁰ CANDIDO, António, “A visão política de Sérgio Buarque de Holanda”, *Folha de S. Paulo*, 25 de janeiro de 1998. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs250105.htm>. Acesso em: 9 de julho de 2020. A este respeito, voltamos a Mark Bevir que, ao recusar o positivismo lógico, assume certo grau de flexibilidade na interpretação histórica, o que implica que “*historians can go too far in making someone's beliefs seem coherent, although, of course, what counts as too far must vary with the context.*” (BEVIR, “*Mind and Method*”, p 185). Parece haver razoável consenso na literatura secundária mais recente a respeito dos excessos, mais ou menos conscientes, de Candido nesse intento de inculcar plena coerência na “*trajetória e memória [do] personagem*” que foi SBH (cf. Rafael Pereira da Silva, Sérgio da Mata, João Kennedy Eugénio, André Furtado, Thiago Nicodemo, Raphael Guilherme de Carvalho, Robert Wegner e Pedro Meira Monteiro).

Vargas consumir-se-ia em 37 e, em 42, SBH participaria da fundação da Associação Brasileira de Escritores, que viria a ser eficaz na defesa das liberdades democráticas cerceadas pelo Estado Novo.

Luiz Feldman aprofunda o pressentimento de Eugénio, acima referido, e esmiúça a forma como Almir de Andrade vem beber de SBH para publicar, em 1940, *Força, cultura e liberdade*, por encomenda oficial do regime de Getúlio Vargas, estabelecido em 10 de novembro de 1937, e de cuja superestrutura intelectual Andrade seria um dos ideólogos.¹³¹ Esta utilização terá causado incómodo a SBH e será uma das causas das transformações que aquele operou para mover Raízes do Brasil das “*cercanias do campo autoritário*”¹³² e, em particular, da colagem a Vargas.

Noutra tessitura, temos as dinâmicas próprias e particulares entre os dois regimes ditatoriais que governam tanto a antiga metrópole, como a ex-colónia, que Marcello Assunção escarpeliza com acuidade, na sua tese de mestrado, com o sugestivo título “Ver o outro nos próprios olhos”:

*O regime salazarista, para fomentar essa imagem comum entre Brasil e Portugal, criou uma série de espaços e eventos com o objetivo de aproximar os dois países, sendo os principais: o acordo ortográfico de 1931; a inauguração do Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura, em 1935; a criação da Sala do Brasil na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em 1937; a participação do Brasil como "nação irmã" nas comemorações centenárias, a partir de sua presença na Exposição do Mundo Português e no Congresso Luso-Brasileiro de História, de 1940; a transformação da Sala do Brasil em Instituto de Estudos Brasileiros e a criação da Embaixada Extraordinária de Portugal, no Rio de Janeiro, a assinatura do Acordo Cultural Luso-Brasileiro, a criação da "Revista Atlântico", como órgão do Sistema Nacional de Informação e do Departamento de Imprensa e Propaganda, todos em 1941; a inauguração da Seção brasileira do Secretariado de Propaganda Nacional em 14 de abril de 1942; e por fim, a criação da Revista Brasília como publicação do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de Coimbra em 1942, a partir do apoio do Instituto para a Alta Cultura e do Secretariado de Propaganda Nacional.*¹³³

¹³¹ FELDMAN, *Clássico por amadurecimento*, 2016, Cap. “Raízes do Estado Novo”, pp. 197-254.

¹³² FELDMAN, *Clássico por amadurecimento*, 2016, p. 253.

¹³³ ASSUNÇÃO, “Ver o outro nos próprios olhos: A revista Brasília e o projeto de lusitanização do Atlântico Sul (1942-1949)”, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Goiás, 2014, pp. 40-41.

Sendo até 1939, como já referimos, professor assistente na Universidade do Distrito Federal, SBH poderá ter tido conhecimento dos imbróglis em redor da preparação do Congresso Luso-Brasileiro de História, no quadro da Exposição do Mundo Português, que teve lugar em Lisboa, em 1940, para comemorar o Duplo Centenário: da fundação de Portugal e da Batalha de Ourique (1139) e da Restauração da Independência (1640). Afrânio Peixoto¹³⁴, então reitor daquela universidade, sofreu grave desfeita, sendo, primeiro, convidado para participar do congresso e, depois, desconvidado por pressão do Governo Vargas, de quem já era, então, desafeto. Segundo a deveras interessante investigação de Lúcia Maria Paschoal Guimarães:

*(...) Vargas aproveitou a oportunidade, empenhando-se para projetar uma imagem positiva não apenas de si, mas também da nação que administrava: jovem, moderna e civilizada, com amplos potenciais de riqueza. Este perfil, sem dúvida, correspondia às expectativas de Salazar, uma vez que representava uma espécie de prova póstuma das virtudes colonizadoras de Portugal.*¹³⁵

Este vínculo direto é poderoso. E não poderia deixar de ser pesado para SBH. Valorizar, mesmo que seletivamente, a colonização portuguesa trazia, por arrasto ou por correspondência ao momento presente [1940], uma componente involuntária de legitimação das ditaduras de aquém e de além-mar, do Estado Novo de cá e de lá.

Para além disso, ao olhar do pós-guerra, o individualismo ibérico levaria à persistência de regimes políticos alicerçados em lideranças unipessoais (Salazar e Franco) e estaria assim umbilicalmente ligado ao culto de personalidade promovido por Vargas, do qual será exemplar perfeito o pavilhão brasileiro na Exposição de Lisboa, que ostentava nada menos que o busto do ditador brasileiro no pórtico de entrada.

Do lado português, o grande obreiro dessa imagem comum luso-brasileira – que chega a batizar de *Estados Unidos da Saudade* – foi António Ferro, cuja relação com o modernismo brasileiro e com o próprio SBH já evidenciámos acima. Diretor do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), renomeado Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI) em 1945, Ferro foi fundador do Museu de Arte Popular, da Companhia Portuguesa de Bailado Verde Gaio (inspirada nos Ballets

¹³⁴ A par de Pedro Calmon, para além de Gilberto Freyre, Peixoto é uma das vozes que, nesse tempo, mais se fazia ouvir, no Brasil, em prol da centralidade da matriz lusitana na formação social brasileira.

¹³⁵ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal, “À sombra das chancelarias: a preparação do Congresso Luso-Brasileiro de História (Lisboa, 1940)”, *Revista IHGB*, Rio de Janeiro, a. 168 (437), out/dez 2007, p. 49-66. A expressão “prova póstuma” será de Fernando Catroga.

Russes de Diaghilev), organizador do concurso “A aldeia mais portuguesa de Portugal”, comissário de exposições e diretor inúmeras revistas integradas na política de “fomento cultural” do regime. Segundo, ainda, Marcello Assunção, o Acordo Cultural de 1941, assinado por Ferro e por Lourival Fontes – enquanto, respectivamente, representantes do SPN e do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) – foi outro dos grandes marcos dessa política luso-brasileira em tempos de guerra:

*O primeiro artigo estipulava a criação de uma seção brasileira [no SPN] e uma seção portuguesa [no DIP] (com um delegado do respectivo país em cada seção), com o objetivo de “assegurar e promover, pelos meios ao seu alcance, tudo que possa concorrer para tornar conhecida, respectivamente, no Brasil e em Portugal, a cultura dos dois países”.*¹³⁶

No mundo pós-1945, Portugal mantém-se no ostracismo salazarista, enquanto o Brasil segue o rumo preconizado por Roosevelt e por Truman. Após a redemocratização e tendo em conta que, em 1947, SBH participa da fundação do Partido Socialista Brasileiro, não espantará que, em 1948, se denote um vivo esforço por modificar o “*horizonte político antiliberal e conservador inscrito na edição princeps*” de *Raízes do Brasil*,¹³⁷ para além de um desejo de não se deixar instrumentalizar por qualquer esforço de retroalimentação dos dois Estados Novos (o português, que se mantém; e o brasileiro que poderia tornar a vir).

A abertura política operada na 2.^a edição do livro é sobejamente conhecida. Cremos que, em conjunto e em consonância, este movimento terá contribuído para que o historiador paulista eliminasse valorações positivas do legado colonial por considerá-lo, também, por inerência ou por correlação, como pertencente, tanto a montante, como a jusante, ao quadrante antidemocrático.

Nessa transição, exacerba-se o par dicotómico entre o norte liberal e o mundo ibero-americano avesso à democracia. Mas a eficácia argumentativa da ‘metodologia dos contrários’ fica fragilizada: o flanco é exposto. Pois como conciliar o facto das potências europeias do Eixo, representando, nesses anos 30 e 40, a epítome do espírito contrário à liberal-democracia, estarem no centro da Europa moderna, capitalista, burocrática, hierarquizada que SBH faz contrapor às “fronteiras da Europa”, onde se localiza a

¹³⁶ ASSUNÇÃO, Op. Cit., p. 43.

¹³⁷ BRASIL, “Pedro Meira Monteiro. Signo e Desterro”, p. 359.

Península Ibérica, pré-moderna e sem coesão social, cuja cultura não poderá gerar a vida democrática?

Se não é o mundo germânico que representa o ‘eles’ que se opõe ao ‘nós’, serão então as sociedades de raiz anglo-saxónica? Se assim é, não deixa de ser curioso que SBH também coloque a Inglaterra, “*em certo sentido*”, nessa fronteira da Europa; também a classifique como “*um dos territórios-ponte*”, que “*constituem uma zona fronteira de transição, menos carregada, em alguns casos, desse europeísmo.*”¹³⁸ Para além disso, segundo o historiador paulista, “*o inglês típico não é industrial, nem possui em grau extremo o senso da economia, característico de seus vizinhos continentais mais próximos*”, nem goza da “*diligência infatigável, laboriosa, dos alemães*”.¹³⁹ Se, onde tal europeísmo virtuoso é mais puro, é também onde modos antidemocráticos de organização social ganharam maior força, projeção e ímpeto expansionista apenas derrotado, a duras penas, pela força das armas, qual a verdadeira, primeira e última fonte da “*ideologia impessoal do liberalismo democrático*”?¹⁴⁰ A democracia nas gentes ibéricas e suas descendências americanas, *ergo* no Brasil, terá sido, de facto, “*sempre um lamentável mal-entendido*”¹⁴¹ ou SBH terá entendido mal as suas coordenadas geográficas, se é que elas existem de forma claramente definida num qualquer mapa político-filosofal?

Raízes do Brasil é, assim, uma obra que nasce no entreguerras e passa um mau bocado no segundo conflito mundial, pois que fica abalada em alguns dos seus alicerces. Os cuidados paliativos e trabalhos de recuperação a que se dedicou, extenuante, o seu autor permitem-lhe uma sobrevida bem mais longa e celebrada do que talvez aquele desejasse. Mas, apesar disso, jamais voltaria a ser um corpo inteiro, coerente. Antes manterá, no pós-guerra, algo de híbrido, composição em frágil equilíbrio, cujos enxertos artificiais estão à vista do olhar atento.¹⁴²

¹³⁸ HOLANDA, *Raízes do Brasil* – Edição Crítica, p. 40.

¹³⁹ HOLANDA, op. cit., p. 64 e 65.

¹⁴⁰ HOLANDA, *Raízes do Brasil*, p. 191.

¹⁴¹ HOLANDA, *Raízes do Brasil*, p. 192.

¹⁴² Segundo Sérgio da Mata, em opinião expressa em banca de qualificação do projeto da presente dissertação (19.08.2020), caso SBH empreendesse “*uma revisão verdadeiramente criteriosa [de Raízes do Brasil] implodiria o livro*”.

2. O organicismo perdido e os males do coração

Para melhor aferir das razões do ‘movimento’, talvez seja de questionar o *status quo ante*, isto é, a razão por que o objeto se encontra em determinado local antes dessa deslocação. Traduzindo para o nosso problema: o porquê de SBH ter uma perspectiva inicialmente positiva do legado português. A resposta, a meu ver, está no organicismo implícito na primeira edição de *Raízes do Brasil*. Cada nação, incluindo a brasileira, deveria seguir o seu desígnio, o lugar que lhe estaria “organicamente” destinado no futuro dos povos. Como refere Waizbort, “*a busca das origens ibéricas assim como os termos utilizados (instintos, forças, sentimentos, raízes, espontaneidade) e, por fim, o pensar por oposições filiam Raízes do Brasil ao pensamento conservador e vitalista*”.¹⁴³ Como vimos acima, as leituras de SBH em Berlim e a sua convivência *in loco* com este ideário filosófico terá sido decisivo para essa filiação.

Baseando-se nas investigações de João Kennedy Eugênio e Leopold Waizbort, Sérgio da Mata afirma haver em *Raízes do Brasil* “*um inegável componente irracionalista*”, referindo-se às características organicistas e vitalistas que a obra reteve, apesar de tudo, ao longo das várias edições.¹⁴⁴ Vejamos esta passagem escrita e publicada em 1936 e totalmente expurgada na segunda edição:

*O grande pecado do século passado foi justamente o ter feito preceder o mundo das formas vivas do mundo das fórmulas e dos conceitos. Nesse pecado é que se apoiam todas as revoluções modernas, quando pretendem fundar os seus motivos em concepções abstratas como os famosos Direitos do Homem. Sobreestimaram-se as ideias que usurparam decididamente um lugar excessivo na existência humana.*¹⁴⁵

Esta passagem é reveladora da sintonia de pensamento de SBH com a concepção de historicismo de Friedrich Meinecke após a sua passagem por Berlim e faz eco do anti-jusnaturalismo que era quase um lugar comum na tradição histórica alemã do século XIX. Essa visão histórica dá ênfase aos “*processos de desenvolvimento*”, ou seja, as “*transformações qualitativas experimentadas pelos fenômenos históricos*”¹⁴⁶ e, assim,

¹⁴³ WAIZBORT, “*Raízes do Brasil: inércia e transformação lenta*”, 2016, p. 469.

¹⁴⁴ MATA, Sérgio da. *Tentativas de desmitologia*, 2016, p. 64.

¹⁴⁵ HOLANDA, *Raízes do Brasil – edição crítica*, 2016, p. 314. Sublinhado nosso.

¹⁴⁶ ASSIS, Arthur Alfaix, “Friedrich Meinecke”. In MALERBA, Jurandir (org.), *Lições de história. Da historiografia científica à crítica da razão metódica*, Porto Alegre: FGV, ediPUCRS, 2013, p. 261.

rejeita o postulado de uma natureza humana imutável, resistente à história; prossegue, por conseguinte, por um caminho crítico da tradição do direito natural (ou ‘direitos do homem’). “*Ancorada nos princípios da individualidade e do desenvolvimento*”,¹⁴⁷ essa visão historicista dará reforçado substrato teórico, a par do organicismo, à continuidade propugnada por SBH, em 1936, sem cortes abruptos, nem radicalismos refundadores, entre o passado ibérico e um almejado futuro brasileiro.

SBH também elimina, em 1948, a epígrafe retirada do *Anticristo* de Nietzsche, de forte cunho personalista e organicista, que encabeçava o último capítulo do livro: “*Uma nação desintegra-se quando confunde o seu dever com a noção geral de dever.*”¹⁴⁸ A literatura mais recente identificou já cabalmente a necessidade sentida por SBH – no pós-guerra, no quadro do triunfo do liberalismo sobre o autoritarismo no plano internacional, e da redemocratização no Brasil – de se desvencilhar, o mais possível, de todo o material conceptual organicista e vitalista que o autor havia trazido de Berlim, que se fazia presente na primeira edição de *Raízes do Brasil* e em relação ao qual sente depois profundo incômodo.

Analisemos, então, o itinerário buarqueno, por etapas e desde o início (que situaremos no final de década de 1920), para melhor entendermos o que ficou pelo caminho. Dêmos um salto retrospectivo até um pouco antes de 1929, quando SBH viaja para a Europa como correspondente dos Diários Associados, de Assis Chateaubriand, e fixa residência em Berlim. Vejamos como a fita do tempo se desenrola diacronicamente a partir daí, para melhor interpretar e explicar a evolução do pensamento do pensador paulista, delimitando, com a melhor exatidão possível, quando ocorreram as mudanças operadas em *Raízes do Brasil*, no que se refere especificamente à sua inicial matriz organicista, à relação desta com as origens lusitanas e à forma como os dois lados desta equação se vão alterando e interinfluenciando, ou seja, como o abandono do organicismo tem como resultado ou reflexo a desfiliação face ao passado colonial e à tradição ibérica.

i) Pré-Berlim

Antes dos anos berlinenses de SBH, temos portanto um jovem associado do modernismo, mas cujo pensamento moderado o leva rejeitar radicalizações, não crendo possível criar

¹⁴⁷ ASSIS, “Friedrich Meinecke”, 2013, p. 262.

¹⁴⁸ HOLANDA, *Raízes do Brasil – edição crítica*, 2016, p. 299.

um ‘homem-novo’ brasileiro, moldado sobre uma *tabula rasa*, sem ligação com a tradição ibérica, i.e., um país sem passado. Com Maria Odila Leite da Silva Dias, vimos como SBH rejeita tendências refundadoras, que alguns modernistas preconizam – Mário de Andrade à cabeça – e não vê utilidade em políticas culturais que visariam impôr padrões identitários ‘por decreto’.

ii) **Berlim**

No período alemão, SBH não fica imune ao nacionalismo, conservadorismo e autoritarismo então emergentes na Europa Central. Regressa em 1930, e o livro que publica seis anos depois – e cuja redação tinha iniciado em Berlim – ostenta terminologia com proximidades evidentes ao jargão filosoficamente enérgico da vaga reacionária das décadas de 20 e 30. Falamos de palavras que, então, faziam vibrar multidões, tais como: “povo”, “força”, “vida”, “orgânico”, “instinto”, “sentimento”, “tradição”, enunciadas por Waizbort,¹⁴⁹ às que acrescentaremos “espírito”, “personalidade”, “autoridade”, “espontaneidade”, “autenticidade”, “natureza”, “verdade”, “essência”, “ambiente”, “forma”, “nação”. Vocabulário que de imediato associamos à “revolução conservadora” e ao “movimento völkisch”, bem como à semântica que lhe está subjacente.

A convivência com a intelectualidade alemã acentua-lhe também o caráter organicista. João Kennedy Eugênio e Sérgio da Mata salientam em particular a proximidade com a filosofia de Ludwig Klages.

iii) **1936**

O primeiro *Raízes do Brasil* está prenhe desse organicismo, segundo o qual um povo não poderia seguir um destino que não lhe fosse ‘autêntico’, ‘verdadeiro’, que fosse contra a sua ‘natureza’, com soluções impostas de fora, que lhe fossem artificiais, contrárias à sua ‘personalidade’. Nesta linha, como já vimos, SBH chega a ridicularizar, com ímpeto nietzchiano, “os nossos teóricos e sábios” que almejam criar “um quadro social milagrosamente destacado de nossas tradições portuguesas e mestiças”¹⁵⁰, as quais considerava, então, não ser possível renegar. O raciocínio organicista implicava uma dose suficiente de orgulho no passado, o que pressupunha valorizar a tradição ibérica e certos aspectos da herança portuguesa, incluindo, naturalmente, o personalismo. Escreve SBH,

¹⁴⁹ WAIZBORT, “*Raízes do Brasil: inércia e transformação lenta*”, 2016, p. 467.

¹⁵⁰ HOLANDA, *Raízes do Brasil – edição crítica*, 2016, p. 287.

em 1936: “Entre nós, já o dissemos, o personalismo é uma noção positiva – talvez a única verdadeiramente positiva que conhecemos. Ao seu lado todo os lemas da democracia liberal são conceitos puramente decorativos, sem raízes profundas na realidade”.¹⁵¹ Entenda-se esta realidade como a ‘nossa realidade’, as ‘nossas raízes’. SBH deseja a transformação mas não admite que esse processo tome parâmetros estranhos ao que é ‘nosso’, que tenha um caráter impositivo, artificial, que não entronque na realidade do que seria a ‘essência’ brasileira, naturalmente indissociável de Portugal.

iv) 1948

É efetuada uma depuração, uma ‘limpeza’ de elementos organicistas em *Raízes do Brasil*, procurando o autor afastar-se o mais possível, “quase compulsivamente”,¹⁵² de Ludwig Klages. Em 1948, SBH admitiria que as ideias “místicas e irracionistas”¹⁵³ daquele filósofo alemão haviam-se dissolvido no nazismo.¹⁵⁴

Eugênio dá devido destaque a artigo publicado por SBH em outubro de 1948 (“Novos rumos da sociologia”), nas páginas do Diário de Notícias, no qual o intelectual paulista não podia ser mais cândido quanto ao seu desconforto face ao organicismo presente em *Raízes do Brasil*:

A ideia de que “a cada povo cumpre discernir e cultivar com carinho sua personalidade essencial e irreduzível, informada por tradições que lhe são próprias” e cuja razão de ser reside “no simples facto de ser singular e única”, era o cerne das “concepções ‘orgânicas’ da sociedade”, empenhadas mais ou menos em “criar novos mitos, capazes de congregar à volta de si, numa comunhão sagrada, os indivíduos e as coletividades” e que às vezes desembocou nos fascismos de todos os matizes. Entre os membros dessa família estariam “a obra do sr. Gilberto Freyre, por exemplo, ou

¹⁵¹ Esta passagem seria alterada em 1948 para uma formulação mais nuceada mas, ainda assim, que não renega por completo o valor do personalismo: “É inegável que em nossa vida política o personalismo pode ser em muitos casos uma força positiva e que ao seu lado os lemas da democracia liberal parecem conceitos puramente ornamentais ou declamatórios, sem raízes fundas na realidade.” HOLANDA, *Raízes do Brasil – edição crítica*, 2016, pp. 322-323.

¹⁵² MATA, Tentativas de Desmitologia, 2016, p. 64.

¹⁵³ HOLANDA, Sérgio Buarque de, *Tentativas de Mitologia*, São Paulo: Perspetiva, 1979, p. 14. Citado por EUGÊNIO, “Entre Totem e Tabu”, 2016, p. 433.

¹⁵⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de, “À procura de um humanismo – conclusão”, *O Estado de S. Paulo*, 23 de abril de 1948. In COSTA, Marcos (org.). Para uma nova história – textos de Sérgio Buarque de Holanda, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 46.

*do sr. Oliveira Vianna”, além de um “certo parente pobre, um livro que há cerca de doze anos publicou o autor do presente artigo”.*¹⁵⁵

Em 1948, fazer desaparecer esse organicismo obriga a eliminar tudo o que diz respeito a perseguir a “personalidade essencial e irredutível” do povo brasileiro, a qual necessariamente entroncava na tradição ibérica. SBH acaba, assim, por renegar, quase por inteiro, esse passado, eliminando quaisquer apontamentos valorativos da raiz lusa, tal como já evidenciámos no primeiro capítulo deste trabalho. Eugênio complementa que SBH procurou aliviar o mais possível o cunho organicista – e de valorização do personalismo ibérico – de *Raízes do Brasil* mas que o próprio havia admitido que “renunciou a apagar completamente a marca de origem, para não ter de refundir a obra toda”¹⁵⁶

Rogério Schlegel, em artigo de 2017, destaca a abrupta transição a respeito da herança ibero-portuguesa no capítulo “*Novos tempos*”:

*(...) O autor originalmente critica os pensadores que deixam de levar em conta tradições históricas nas suas propostas para o Brasil. Eles visariam a criar “um quadro social milagrosamente destacado de nossas tradições portuguesas e mestiças” – passagem em linha com o argumento organicista, mencionando evolução e tratando a herança lusa como insuperável. O trecho é expurgado em 1948.*¹⁵⁷

Schlegel complementa esta avaliação com um quadro comparativo das opções de revisão tomadas por SBH no trecho acima citado, ao longo das primeiras edições, sob a claríssima legenda “*Menção à Impossibilidade de Superar Tradições Portuguesas É Expurgada*”.

v) 1956 e seguintes edições

A manutenção da estrutura original a par da eliminação de quaisquer sinais de valorização da vitalidade da matriz portuguesa – continuada e acentuada na terceira edição – exacerbam a dissociação do autor face à sua própria cultura e emprestam ao livro um tom paternalista e altivo. O ponto de vista do observador exterioriza-se por completo; agudizam-se as dicotomias, os binómios, as oposições ‘nós’/ ‘eles’. As aceções

¹⁵⁵ EUGÊNIO, “Entre Totem e Tabu”, 2016, p. 434.

¹⁵⁶ *Idem, ibidem.*

¹⁵⁷ SCHLEGEL, “RAÍZES DO BRASIL, 1936”, 2017, p. 13. Cf. HOLANDA, *Raízes do Brasil – edição crítica*, 2016, p. 287.

valorativas do passado – organicismo *obligeait* – vão-se decantando nas várias revisões até se transformarem numa análise genealógica duma suposta patologia cultural, fruto de traços etno-sociológicos que são motivo de vergonha. As diferenças são a tal ponto que – longe, muito longe do texto de 1936 – José Carlos Reis, elaborando sobre a edição definitiva, pôde avaliar que, em *Raízes do Brasil*, SBH quer, tão somente, extinguir o “*espírito português*” do “*coração brasileiro*”.¹⁵⁸

O tom do livro reveste-se de pessimismo. A paisagem sociológica torna-se desoladora. Nem a “*nossa revolução*”, prometida no final, parece prometer uma “*alta médica*” do homem ibérico que se fez brasileiro e que – sem o organicismo que lhe dava alento para ser quem é – entra em estado letárgico. O diagnóstico, de 1948 em diante, é deveras reservado. SBH aponta alguns caminhos, mas não parece convencer-se nem a si mesmo, dado o caráter indeciso do último capítulo, como aliás de todo o livro. A prometida redenção, pela reconciliação política com a liberal-democracia, assoma tão lentamente e num horizonte tão longínquo, que talvez nunca chegue.

Voltemos ainda ao período que medeia entre a primeira e a segunda edição, entre 1936 e 1948, para observar um fenómeno paralelo ou contíguo ao fim da matriz organicista original de *Raízes do Brasil*, ou seja, como a cadeia causal que liga o abandono do organicismo e a desvinculação da herança ibérica tem um terceiro elemento que consiste na (re)apreciação do conceito de cordialidade, que passa duma conotação positiva (ou neutra) para uma conotação marcadamente negativa.

Creio ser sobejamente conhecida a polémica em torno da interpretação de Cassiano Ricardo para o conceito de ‘cordialidade’ conforme o leu na primeira edição do livro, associando-o a atributos positivos como ‘bondade’ e ‘hospitalidade’. Cassiano Ricardo avançou os seus argumentos, primeiramente, em 1940, mas só teve réplica de SBH, em

¹⁵⁸ REIS, José Carlos, *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*, 7.^a edição, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 125. Para uma das leituras mais anti-lusitanas, a nosso ver, de *Raízes do Brasil*, cf. também REIS, José Carlos, “Sérgio Buarque de Holanda: a recusa das raízes ibéricas”, *Tempos Históricos*, n.º 1, v. 01, Março 1999, pp. 217-245: “[SBH] quer identificar os obstáculos que entrevam a modernização política e económica-social-mental do país. Estes obstáculos estão ligados às nossas raízes ibéricas, que devem ser recusadas e cortadas. O “*mundo que o português criou*” não interessa ao Brasil, que deve criar o seu próprio mundo e para fazê-lo terá que romper com o seu passado português. A crise brasileira dos anos 30, aliás, a eterna crise brasileira, foi criada já em Portugal no século XVI. Não é a miscigenação o nosso mal; nosso mal é nossa herança portuguesa.” (p. 224).

1948, em nota inserida na segunda edição, na qual o historiador paulista ainda recorre, curiosamente, a um já proscrito Carl Schmitt,¹⁵⁹ e opta, na opinião de Luiz Feldman, segundo já vimos, pela “*atribuição de um sentido predominantemente negativo à cordialidade*”.¹⁶⁰ Essa polémica com Ricardo seria, aliás, incorporada no livro na edição de 1956, por meio de apêndices, como bem mostra a já referida edição crítica de 2016.

Para melhor refutar a interpretação de Cassiano Ricardo, na segunda edição do livro, em 1948, torna-se mais vincada a distinção weberiana entre dois tipos de solidariedade social: uma de tipo arcaico, que existe somente onde há vinculação de sentimentos, no recinto doméstico ou entre amigos; e outra, moderna, de tipo impessoal, fundada em regras que independem de vínculos de parentesco, amizade ou vizinhança. A tese de Buarque de SBH é que em função do passado predominantemente rural e patriarcal da sociedade brasileira, ainda prevaleceria, na sociedade brasileira, o primeiro tipo de vínculo, com preponderância da lógica do espaço privado sobre o público. Sob o astro da cordialidade, o conceito de comunidade é mais forte do que o de sociedade civil, enfraquecida do ponto de vista das relações institucionalizadas e do exercício individual da cidadania enquanto contributo impessoal para o bem comum e para o processo de formação do Estado. Para além da persistência da ruralidade na América Portuguesa, SBH salienta, como nexos explicativos, aspetos pré-modernos da sociedade portuguesa entre os séculos XVI e XVIII.¹⁶¹

A ‘cordialidade’ deve ser entendida – segundo a contra-argumentação de SBH face à leitura de Cassiano Ricardo – não como bondade, mas na sua raiz etimológica mais pura, ou seja, aquilo que é regido pelo ‘coração’, que é autêntico, verdadeiro, que é alheio à conformação racional, ao formalismo, à convenção social. O historiador paulista alega padecer o ‘homem cordial’ de excesso de emotividade, uma sombra pré-moderna que lhe toldaria as visões de futuro e de progresso

¹⁵⁹ HOLANDA, *Raízes do Brasil* – edição crítica, 2016, pp. 265 e 266.

¹⁶⁰ Outros autores defendem que a acepção negativa da cordialidade estará presente desde a primeira edição. É o caso de Lilia Schwarcz, embora esta admita que SBH teria intensificado essa conotação em resposta à interpretação de Cassiano Ricardo. Não obstante, a percepção – reforçada pelo Estado Novo, via Almir de Andrade, como já vimos, e outros – de que o homem cordial é um homem afável, não violento, foi progressivamente introjetada pelo imaginário coletivo brasileiro e, a despeito dos esforços de SBH, ainda hoje é significativamente reproduzida.

¹⁶¹?

Em que medida a controvérsia com Cassiano Ricardo, a respeito da valoração mais ou menos positiva ou negativa que deveria ser atribuída ao ‘homem cordial’, foi causa ou efeito da desvinculação de SBH do organicismo, do personalismo e do passado ibérico?

Sendo a cordialidade uma derivação do caráter luso adaptado às condições tropicais encontradas no hemisfério sul, o acentuar do polo negativo dessa manifestação implicaria forçosamente um vincar da valoração no mesmo sentido do legado português. Mas o inverso também poderia ser dito: que, ao abandonar o organicismo, ao renegar o personalismo ibérico, o ‘homem cordial’ só poderia afastar-se da bondade que Cassiano Ricardo lhe imputou ao ler a edição de 1936. Inclina-mo-nos mais para este segundo nexo causal. Por outras palavras, em decorrência de abjurar o organicismo, SBH vê-se forçado a *corrigir o tiro* valorativo sobre o ‘homem cordial’ – invenção que não é sua mas de Ribeiro Couto, com reminiscências ao final do século XIX e ao poeta nicaraguense Rubén Darío.¹⁶² Retroativamente, o historiador paulista desfere vários golpes no suposto avô daquele, o ‘homem ibérico’, esse sim, invenção puramente sua – segundo Pedro Meira Monteiro, conforme já aqui demos conta – e cujo fado retrospectivo ficou assim traçado. O debate entre Ricardo e SBH continua numa troca de artigos, publicados logo em 1948, na revista Colégio, no rescaldo da segunda edição de *Raízes do Brasil*. O primeiro alega que o segundo “*reexamina o conceito de ‘homem cordial’ e agora sob novos aspectos, que não figuravam na primeira edição*”, dando-lhe “*uma amplitude inexistente*” em 1936, operando uma “*reconstruction of data*”.¹⁶³ Assim foi, com efeito: os dados foram reconstruídos e relançados no sentido de uma releitura eminentemente desfavorável da raiz lusa. E assim jazem desde então – os dados e “*esse pobre defunto*”, o ‘homem cordial’, vítima de precoce eutanásia na réplica de SBH a Cassiano Ricardo.¹⁶⁴

Esta reinterpretação do conceito de ‘homem cordial’ por SBH suscita-nos uma alusão a Norbert Elias, quando este nos refere, na introdução à edição de 1968 d’*O Processo Civilizador*, que “*a partir de fins da Idade Média e princípios da Renascença*” se operou um crescente autocontrolo individual, no sentido da assim chamada “*internalização*” das emoções. Elias indica que, da Renascença em diante, “*muitos impulsos afetivos não*

¹⁶² MONTEIRO e SCHWARCZ, “Uma edição crítica de *Raízes do Brasil*”, 2016, pp. 13 e 14.

¹⁶³ RICARDO, Cassiano, “Variações sobre o homem cordial”, in HOLANDA, *Raízes do Brasil* – edição crítica, pp. 372; 375.

¹⁶⁴ HOLANDA, *Raízes do Brasil* – edição crítica, 2016, p. 401.

podem ser mais vivenciados tão espontaneamente como antes”, impondo-se o “*pensamento racional*” e a “*consciência moral*” aos impulsos espontâneos e emocionais.¹⁶⁵ Atenta a alegada raiz lusa da cordialidade, parece-nos deficitária ou desequilibrada a abordagem retrospectiva em *Raízes do Brasil* sobre como as transições impostas pelo *ethos* civilizador (Elias) se deram, análoga ou diferentemente, nos dois lados do Atlântico, em Portugal e o Brasil, cujo início da colonização efetiva coincide temporalmente com esse período charneira de afirmação da modernidade. Em que pontos as trajetórias da Metrópole e da Colônia terão coincidido e divergido nesse percurso evolutivo das mentalidades entre o séc. XVI e XVIII? Se SBH destaca, por um lado, a herança ancestral (pré-renascentista) do “homem ibérico” como decisiva para essa transição considerada incompleta (no que se afigura como acepção de forte determinismo cultural), pouca ou nenhuma importância atribui, inversamente, ao encontro, em terras brasileiras, com sociedades pré-modernas aqui residentes ou para aqui trazidas pelo tráfico negreiro.

Não podemos também deixar de associar a cordialidade *buarqueana* a certos aspetos do pensamento de Friedrich Nietzsche e, em particular, à *Genealogia da Moral*. Não sabemos se SBH leu Norbert Elias. O seu nome não consta nas 35 páginas do índice remissivo da já referida Edição Crítica de *Raízes do Brasil*. Sabemos, contudo, que SBH frequentou e citou Nietzsche – na primeira edição do livro, eliminando o trecho em 1948 – como acabámos de ver um pouco acima neste capítulo.

3. A desfreyrização de Sérgio Buarque

Em paralelo às mudanças na situação política brasileira com a consolidação do autoritarismo varguista em 37, bem como à reavaliação dos postulados organicistas que emprestaram fundamento à versão original de *Raízes do Brasil*, outra hipótese explicativa, outra razão para as mudanças operadas por SBH na sua obra de estreia surgiria, no âmbito desta investigação, afirmando-se pela sua relevância e pertinência.

¹⁶⁵ ELIAS, Norbert. O processo civilizador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990, 2 volumes, p. 245 e 247

Tendo-lhe sido perguntado, em entrevista para este trabalho, a razão da ótica crescentemente depreciativa de SBH a respeito da matriz lusa no decorrer das décadas de quarenta e cinquenta, Fernando Henrique Cardoso foi rápido e assertivo na resposta:

“Eu acho que a ideia de uma colonização portuguesa positiva foi muito endossada por Gilberto Freyre. E o Gilberto Freyre era o grande alvo de tudo naquela época. O Gilberto Freyre morava em Pernambuco, não era universitário, tinha um prestígio enorme e era muito visto como pró-Portugal. Isso não era bem visto nos círculos aqui. Provavelmente, isso influenciou. (...)”

*Você dizer que a colonização foi boa já era um desvio. (...) O que acabou por ter um efeito contrário nos outros. (...) A minha hipótese é essa”.*¹⁶⁶

João Kennedy Eugênio fala-nos, por sua vez, de uma “*maré crescente do puritanismo progressista, em parte adotado pelo próprio Sérgio Buarque, que fez Raízes do Brasil andar pelas imediações das fossas infernais onde jogaram Gilberto Freyre.*”¹⁶⁷ Este poderá ser, com efeito, um elemento decisivo para a compreensão da história editorial de *Raízes do Brasil*, havendo, cremos, interação entre componentes racionais e não racionais nas opções de SBH.

O crítico literário Harold Bloom mostra-nos, no seu clássico *A Angústia da Influência*, como, na história da literatura ocidental, e da poesia em particular, muitas grandes obras foram escritas com o propósito expresso de superar aspetos de obras anteriores tidas por modelares, procurando o poeta jovem e forte uma voz própria que o demarque dos seus precursores, com quem lutará “*até à morte*”, para desbastar caminho, para encontrar “*espaço imaginativo*” para si mesmo.¹⁶⁸ Tomemos, por exemplo, João Cabral de Melo Neto e o seu precursor e amigo Carlos Drummond de Andrade, que fora aliás seu padrinho de casamento e de quem se viria a afastar irremediavelmente, passando de “*discípulo*” a “*contendor*”. O percurso de João Cabral, sobretudo de 1957 em diante, passa a fazer-se por contraste e sob o signo do “*dissenso estético*” com o antigo mestre.¹⁶⁹

¹⁶⁶ Anexo 1, p. 144.

¹⁶⁷ EUGÊNIO, “Entre Totem e Tabu”, 2016, p. 436.

¹⁶⁸ “*Poetic history, in this book’s argument, is held to be indistinguishable from poetic influence, since strong poets make that history by misreading one another, so as to clear imaginative space from themselves. (...) My concern is only with strong poets, major figures with the persistence to wrestle with their strong precursors, even to the death*”. In BLOOM, Harold, *The Anxiety of Influence: A theory of Poetry*. Second Edition. New York, Oxford: Oxford University Press, 1997, p. 5.

¹⁶⁹ PORTO, Walter, “Ensaio inédito discute rusga de Drummond com João Cabral de Melo Neto”, Folha de S. Paulo: 14 de Agosto de 2020.

Sob certas circunstâncias, a mesma dinâmica e o mesmo subtil argumento de Bloom pode ser aplicado à história da historiografia e das ciências humanas.¹⁷⁰ Sem resvalarmos para uma visão demasiado simplista e psicográfica, a luta de SBH por um espaço próprio *vis-à-vis* Gilberto Freyre poderá ter contribuído com um catalisador não despidendo no que concerne as modificações na disposição do primeiro perante o passado português. Nesse afastamento (Ronaldo Vainfas chama-lhe um “*divórcio intelectual*”¹⁷¹) haverá relevos políticos, ideológicos, científicos, mas também pessoais, em função dos encontros e desencontros entre os dois autores. Segundo o diário do próprio Freyre, em 1926, chegaram a sair juntos “*de noite boemiamente*”, na companhia de Prudente de Moraes Neto, e mais de uma vez amanheceram, “*bebendo chope, em bares tradicionalmente cariocas*”. Noutra ocasião, “*também com Villa-Lobos e Gallet*”, foram “*juntos a uma noite de violão, com alguma cachaça e com os brasileiríssimos Pixinguinha, Patrício e Donga*”.¹⁷²

Na década seguinte, os autores publicariam duas das três obras seminais do moderno pensamento social brasileiro. Referimo-nos, naturalmente, *a Raízes do Brasil, Casa-grande e senzala* e, a terceira *opus, Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Júnior, publicada já no início da década de quarenta. Em 1993, em Aula Magna no Instituto Rio Branco, Fernando Henrique Cardoso, então Ministro das Relações Exteriores, chamou-lhes os “*livros que inventaram o Brasil*”.¹⁷³ Freyre seria, ademais, prefaciador da primeira edição de *Raízes do Brasil*, em 1936. Em seguida, os caminhos começam a divergir. Nas edições seguintes, desaparece o prefácio e desaparecem, com ele, citações e referências a *Casa-grande e senzala* ao longo do texto. Dá-se um processo a que chamarei de “*desfreyrização*” de Sérgio Buarque.

¹⁷⁰ A título de exemplo, Arthur Alfaix Assis contou-nos, no âmbito da orientação deste trabalho, como Giovanni Levi confessara, no âmbito de uma conferência em Brasília, que as suas inovadoras pesquisas sobre a Itália moderna haviam sido motivadas pelo desejo profundo de “superar” Marc Bloch, um grande historiador, um “*precursor forte*”, de uma geração anterior à dele.

¹⁷¹ VAINFAS, Ronaldo. “O imbróglgio de *Raízes*: notas sobre a fortuna crítica da obra de Sérgio Buarque de Holanda”, *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 36, no 73, 2016, p. 12.

¹⁷² VILLELA, André Augusto Abreu. “Sérgio Buarque de Holanda, entre o modernismo carioca e paulista”, *Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG*. 2014

¹⁷³ CARDOSO, Fernando Henrique. “Livros que inventaram o Brasil”. *Novos Estudos*. CEBRAP. N.º 27, novembro 1993 p. 21-35.

Salvo o parcial neologismo¹⁷⁴, o facto em si é já conhecido. Segundo Ronaldo Vainfas, “entre as várias modificações cometidas na segunda edição de *Raízes*, o autor mais cortado, entre os brasileiros, foi Gilberto Freyre: despojado de vários adjetivos, suprimidas várias referências a Casa-grande e senzala.”¹⁷⁵ Também Sérgio Costa assinala que, em 1936, SBH “ainda não formula explicitamente suas objeções à romantização da era colonial na obra de Freyre”, só vindo a contrariar mais tarde “o projeto de nação” que aquele protagonizava.¹⁷⁶

Enquanto SBH revia *Raízes do Brasil*, Freyre revisava, quase em simultâneo, *Sobrados e mucambos*, republicado em 1951. Dá-se um diálogo, cada vez mais surdo, entre os dois, sendo de sumo interesse a comparabilidade das respetivas posições sobre o legado colonial, alicerçadas em premissas políticas e teórico-metodológicas distintas.¹⁷⁷ Em que medida a inversão de sinal a respeito da herança ibérica poderá ter sido, mesmo que parcialmente, um resultado colateral desse processo de afastamento, de ordem pessoal, entre SBH e o polímata pernambucano?¹⁷⁸ Sendo que o inverso também poderá ser verdadeiro: que a cisão entre ambos seja motivada pela alteração das perspectivas de SBH sobre um tema muito caro a Freyre: o legado cultural português.¹⁷⁹

Luiz Feldman – no artigo ainda inédito que já acima referi (“Trópico e fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda”) – não se deixa enredar neste dilema circular causa-

¹⁷⁴ Sérgio da Mata, em artigo de 2016, já fez uso de palavra da mesma “família”: “Faz-se necessário radicalizar a hipótese há pouco sustentada por Thiago Nicodemo (...) de que as alterações a que foi submetido o texto de RdB na segunda e terceira edições tinham por objetivo mitigar o componente sociológico do livro e obliterar a influência de Gilberto Freyre. Com as mudanças realizadas no texto original de RdB, e que doravante não de ser mais bem estudadas graças ao aparecimento de uma edição crítica, o livro não foi apenas “desfreyrianizado”. Como bem apontou Waizbort, a lista dos expurgados é mais extensa.” MATA, Sérgio da. Tentativas de desmitologia: a revolução conservadora em *Raízes do Brasil*. Revista Brasileira de História. São Paulo, 2016, p. 65. Inserir REF a Waizbort.

¹⁷⁵ VAINFAS, “O imbróglio de *Raízes*”, p. 12.

¹⁷⁶ COSTA, “O Brasil de Sérgio Buarque de Holanda”, p. 830.

¹⁷⁷ Cf. BASTOS, Elide Rugai, “*Raízes do Brasil – Sobrados e mucambos: um diálogo*”. In: MONTEIRO, Pedro M. e EUGÊNIO, João K. (orgs.) *Sérgio Buarque de Holanda – Perspetivas*. Campinas: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008, p. 227-244.

¹⁷⁸ Cf. VAINFAS, Ronaldo. “O imbróglio de *Raízes*”, p. 12: “Até que ponto o desencontro político entre os autores, sobretudo no pós-45, ajuda a compreender as supressões de Freyre efetuadas na segunda edição de *Raízes*, eis assunto que merece pesquisa”.

¹⁷⁹ Tendo em conta que a primeira edição de *Raízes do Brasil* foi publicada pela Livraria José Olympio Editora, na Coleção Documentos Brasileiros dirigida então por Gilberto Freyre, no relatório analítico ao projeto da presente dissertação produzido no âmbito da disciplina Seminário de Pesquisa do PPGHIS da UnB, Felipe Galiza Pereira de Souza levanta uma curiosa hipótese de um eventual calculismo e frio interesse da parte de SBH: “*Questionaria se a menção ao “orgulho”, de partida, tinha o intuito de convencer Freyre a publicá-lo na Coleção Documentos Brasileiros, uma vez que, se o modernismo tivesse sido efetivamente uma influência na aversão lusa, faria sentido cronológico que essa se apresentasse na primeira edição. Ou ainda, posto de outra forma, se SBH era alinhado a essa faceta do modernismo, parece plausível que a tivesse atenuado em razão do interesse profissional no crivo de Freyre.*”

consequência, inferindo que a rutura ter-se-á iniciado logo em 1939 ou 1940 e que ambas as coisas poderão ter ocorrido em simultâneo, cada vertente da discórdia alimentando a outra. Com efeito, os planos intelectual e pessoal dificilmente se manteriam separados nas dinâmicas entre os dois autores: a vida e a obra de cada um não seriam cindíveis e a apologia da herança ibérica estaria umbilicalmente ligada ao modo freyriano de analisar o Brasil.

O afastamento de SBH da sombra de Freyre (e da sua valorização do negro) também se faz pela (sobre)valorização do indígena, e da sua contribuição para a saga paulista das entradas¹⁸⁰, sobretudo de *Monções* (1945) em diante - o que teve reflexos nas edições de *Raízes do Brasil* subsequentes a essa data, o que, como veremos mais adiante, virá a merecer forte oposição de Jaime Cortesão, em 1952. Por outro lado, poderá ser afirmado que tal distanciamento é tanto mais artificial, quanto “*Raízes do Brasil é incompreensível sem a sombra de Gilberto Freyre.*”¹⁸¹ Com efeito, se pensarmos na “*plasticidade social dos portugueses*”¹⁸² (resultado das suas origens miscigenadas que os colocam no *limes* da Europa medieval-renascentista), na preponderância do meio rural sobre o urbano, e na primazia da família sobre o Estado, temos as premissas da cordialidade que SBH vai buscar, quase por inteiro, ao sistema patriarcal, epitomizado no engenho nordestino, tão bem descrito e retratado por Gilberto Freyre. Da interpretação sociológica avançada em *Casa-grande e Senzala*, SBH apenas não utiliza – ou relega para segundo o plano – a questão escravocrata, o que constitui, diga-se, das opções mais questionáveis do intelectual paulista.¹⁸³

¹⁸⁰ Note-se como muitas famílias tradicionais quatrocentonas - termo cunhado em meados do século XX, em torno da celebração dos quatrocentos anos de fundação da cidade de São Paulo – se orgulham, ainda hoje, de sua tez acobreada, fruto dos casamentos entre os primeiros bandeirantes paulistas e as filhas dos mais poderosos caciques índios do seu tempo.

¹⁸¹ MONTEIRO, *Signo e Desterro*, p. 10.

¹⁸² HOLANDA, *Raízes do Brasil* – Edição Crítica, p. 78.

¹⁸³ Cf. VAINFAS, Ronaldo. “O imbróglgio de *Raízes*”, p. 5: “*O próprio Raízes não destacou o escravismo como pilar de nossa formação histórica, quer na primeira edição, quer nas seguintes.*” José Carlos Reis faz também, a este respeito, uma acutilante observação: “*O olhar de S. B. de Holanda sobre o passado brasileiro é o do homem urbano, recentemente emergente. É o do homem médio das cidades, que teme a violência conservadores dos senhores rurais e a violência revolucionária do escravo ressentido.*” (REIS, Sérgio Buarque de Holanda, 1999, p. 224. Para Jessé de Souza esse é o cerne da problemática em torno de SBH e sua influência no pensamento social brasileiro na atualidade, pois que “*no Brasil, desde o ano zero, a instituição que englobava todas as outras era a escravidão, que não existia em Portugal, a não ser de modo muito tópico e passageiro*” (SOUZA, Jessé, *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*, Rio de Janeiro: Leya, 2017, p. 40).

4. O nexu materialista: o português como anti-proletário

Assalta-nos a ironia encapsulada no facto de que o livro que mais marca a carreira de SBH é aquele em que o autor é mais intelectualmente aventureiro, aquele em que o trabalho metódico de historiador ainda não havia sido adotado, aquele em que o rasgo de génio, a dedução intelectual temerária, em especial, a intuição quase epifânica a respeito da cordialidade do homem brasileiro, são o mais marcante. *Raízes do Brasil* corre o risco de sucumbir, aos olhos do seu autor, sob o peso triunfal do seu próprio essencialismo, tratando-se muito mais de feito literário de um ‘aventureiro’ que obra de um ‘trabalhador’.

Num curioso paradoxo, *Raízes do Brasil* é, assim, apesar da carga anti-lusitana que viria a ostentar na sua forma final, o livro em que SBH é mais português (assumindo, claro está, e invertendo o espelho das categorias referenciais avançadas pela própria obra); em que mais se faz sentir certo aventureirismo e até algum gosto, ainda juvenil, por façanhas individuais (intelectuais, no caso), como aquelas que ele tipifica depreciativamente como determinantes na mentalidade portuguesa. Essa será a razão por que SBH vem a quase menosprezar o seu primeiro livro, considerando-o “*superado e datado*”, pelo que “*jamais [o] escreveria de novo*”¹⁸⁴; sente-se seu refém e retrabalha-o incansavelmente. Trabalhar: este será o verbo determinante. Haverá, na visão autocrítica do autor enquanto leitor de si mesmo, défice de trabalho em *Raízes do Brasil*. SBH enjeita fruto de uma galhardia de espírito, que não está à altura de um meritório e minucioso labor historiográfico, suado, esforçadamente digno, metodicamente luterano.

Voltemos aos fatores exógenos de transformação do livro. Em 1967, quanto Antônio Candido faz preceder o seu “*significado de Raízes do Brasil*” a toda a nova leitura daquele livro, na divisão politico-ideológica das águas académicas e intelectuais brasileiras já há muito não havia dúvidas sobre o lado em que se situava Gilberto Freyre. Candido esforça-se por puxar SBH para o campo oposto, a despeito “*do caráter ideológico conservador de suas formulações*”¹⁸⁵, para as quais podemos traçar raízes até às simpatias monárquicas do jovem estudante de direito e a certas afinidades na sua

¹⁸⁴ Citado por ASSIS, “A teoria da história como hermenêutica da historiografia”, p. 93.

¹⁸⁵ PÉCORA, Alcir, “A importância de ser prudente”. In: MONTEIRO e EUGÊNIO, *SBH – Perspectivas*, p. 23.

precoce atividade como crítico literário.¹⁸⁶ Antônio Candido vai ao ponto de afirmar que “em *Raízes do Brasil*, em 1936, [SBH] rejeita as correntes autoritárias em moda, representadas aqui, sobretudo, pelo integralismo”¹⁸⁷, quando tal constitui manifesta inverdade, na medida em que essa abertura de SBH para a democracia só ocorrerá mais tarde. Com efeito, o historiador paulista foi, aliás, na sua juventude, colaborador pontual do periódico *América Brasileira* (1921-1924), que juntou autores movidos por projetos políticos não coincidentes, entre os quais nomes importantes da Ação Integralista Brasileira, havendo um denominador comum na “*crítica ao liberalismo e defesa do Estado forte*”, traços ideológicos que persistiriam, com maior ou menor relevo, na produção de SBH até à ascensão do Estado Novo, em 1937, do qual, como já visto antes, aquele se distanciou.¹⁸⁸

Segundo João Kennedy Eugênio e outros acima citados, Candido procede a tal exercício hagiográfico de leitura seletiva do passado de SBH com a cumplicidade do próprio, que não é ator passivo mas colaborador ativo nessa reinvenção da sua primeira obra e, em última análise, de si mesmo.¹⁸⁹ A radicalização de certo pendor anti-lusitano em *Raízes do Brasil* será, também, um efeito colateral desse processo. Para além de apartar SBH de Freyre tanto quanto possível, Candido também veio acentuar, como já vimos, o jogo dicotômico em presença no livro, a “*metodologia de contrários*”, certa inclinação para a dialética de matriz hegeliana.

José Carlos Reis, enquanto continuador da linha interpretativa de *Raízes do Brasil* inaugurada por Antônio Candido, diz-nos que SBH, “*embora historicista, isto é, embora valorizasse as tradições e a cultura brasileira que se constituiu no passado, em relação ao passado e a esta tradição e cultura, ele queria conhecê-los para esquecê-los, superá-*

¹⁸⁶ Cf. EUGÊNIO, João Kennedy, “Um horizonte de autenticidade. Sérgio Buarque de Holanda: monarquista, modernista, romântico (1920-1935)”, *idem*, *ibidem*, pp. 425-459. Ver também WAIZBORT, Leopoldo, “O mal-entendido da democracia: Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, 1936”, *REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS*, VOL. 26 N° 76, Junho 2011, pp. 40-61.

¹⁸⁷ CANDIDO, Antônio, “Sérgio Buarque de Holanda por Antônio Candido”, *in* COSTA, Marcos (org.). *Para uma nova história – textos de Sérgio Buarque de Holanda*, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 162.

¹⁸⁸ CAZETTA, Felipe Azevedo, “Fórmulas anti-democráticas em terras luso-brasileiras: análises em torno do Integralismo Lusitano e da Ação Integralista Brasileira (1914-1937)”, Tese (doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2016, p. 249.

¹⁸⁹ EUGÊNIO, *Ritmo espontâneo*, p. 296.

-los dialeticamente, para impedi-los de agir sobre o inconsciente brasileiro.”¹⁹⁰ Desta necessidade de superação, pressentimos o devir civilizacional que imbui o materialismo histórico, reutilizando e invertendo as premissas hegelianas, sendo o progresso histórico aferido pela posição relativa das classes trabalhadoras. Nesta linha, será justo identificar e salientar uma oposição, um antagonismo evidente na visão de António Candido sobre *Raízes do Brasil*: o português e o trabalho estão em polos opostos. E como o trabalho é uma categoria axiologicamente central para uma análise marxista da sociedade, qualquer perspectiva mais benévola ou perdulária sobre o que os Portugueses ergueram no Brasil será sempre contra-revolucionária, reacionária.

Em depoimento no filme *Raízes do Brasil – uma cinebiografia de Sérgio Buarque de Holanda*, de Nelson Pereira do Santos, António Candido sentencia:

*Então esse livro tem uma conotação política muito interessante: o fim da era do saudosismo luso. Sem negar absolutamente as nossas raízes portuguesas, o que seria ridículo. Mas para mostrar que o Brasil não era só herança portuguesa. O Brasil era uma nova entidade feita de imigração. E, em termos de SBH, o grande feito da imigração estrangeira para o Brasil a partir do fim séc. XIX, é a passagem da aventura para o trabalho. O Brasil português foi sobretudo um Brasil de aventura, em que o trabalho foi feito pelo escravo. O Brasil da imigração é o Brasil do homem livre e do homem livre que trabalha.*¹⁹¹

SBH já havia sentenciado, sem apelo, que “*entre espanhóis e portugueses, a moral do trabalho representou sempre fruto exótico*”.¹⁹² António Candido, por sua vez, não parece ter qualquer pejo em fazer coincidir os planos literário e da realidade, usando uma frase de Fradique Mendes, personagem de ficção de Eça de Queirós, para dar como comprovada a “*mania geral de fidalguia*” dos portugueses.¹⁹³ E assim se constrói certa visão da matriz cultural portuguesa como, poder-se-ia dizer, anti-proletária, construção essa que apontaríamos como mais um dos contributos explicativos, uma das “razões”, para os câmbios, tanto endógenos, como exógenos, operados em *Raízes do Brasil*. Não

¹⁹⁰ REIS, “Sérgio Buarque de Holanda”, 1999, p. 223.

¹⁹¹ Eduardo Lourenço escolhe para epígrafe d’*O Labirinto da Saudade*, uma citação de Mouzinho da Silveira, datada de 1832, dez anos depois da Independência do Brasil, na qual ressoam notas harmónicas com estas palavras de Candido: “*Os portugueses se atormentam, se perseguem e se matam uns aos outros, por não terem entendido que o Reino, tendo feito grandes conquistas, viveu por mais de três séculos do trabalho dos escravos, e que perdidos os escravos era preciso criar uma nova maneira de existência, criando os valores pelo trabalho próprio*”. In LOURENÇO, Eduardo, *O Labirinto da Saudade: psicanálise mítica do destino português*, Rio de Janeiro: Tinta da China, 2016, p. 20.

¹⁹² HOLANDA, *Raízes do Brasil* – Edição crítica, p. 53.

¹⁹³ CANDIDO, “O significado de *Raízes do Brasil*”, p. 15.

queremos, de forma alguma, com isto dizer que SBH veio a ser marxista, o que nunca foi.¹⁹⁴ Mas ocorre, efetivamente, uma trajetória daquele autor de um campo das ideias mais à direita para um quadrante mais à esquerda, posicionamento que, mais tarde, veio a ser retroprojetado para todo o percurso do autor, numa reinvenção propositada da memória, que Rafael Pereira da Silva teve oportunidade de escalpelizar.¹⁹⁵ Partilhamos, ainda, com Thiago Lima Nicodemo, da leitura segundo a qual algumas mudanças da primeira para a segunda edição de *Raízes do Brasil* são sugeridas pela leitura de Caio Prado Júnior¹⁹⁶ e de uma perspectiva mais economicista da colonização do Brasil. Poderíamos dizer que há uma adoção, ainda que parcial, do *homo economicus* enquanto explicativo da História. Jaime Cortesão viria, aliás, a criticar, em 1952, o que ele considerou ser o determinismo econômico de SBH e a forma como isso se refletia nas suas ações a respeito da herança portuguesa, o que viria depois a ser maximizado por António Candido, aí, sim, com um cunho mais ideológico.

¹⁹⁴ Segundo nos testemunhou FHC: “*Sérgio nunca foi getulista, nunca foi salazarista, nem nunca foi comunista. Ele sempre foi um espírito mais independente.*” (depoimento, 4 fevereiro 2020).

¹⁹⁵ SILVA, Rafael Pereira, *A morte do homem cordial: trajetória e memória na invenção de um personagem (Sérgio Buarque de Holanda, 1902-1982)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

¹⁹⁶ NICODEMO, Thiago Lima. (2016), *Urduidura do Vivido: Visão do Paraíso e a Obra de Sérgio Buarque de Holanda nos Anos 1950*. São Paulo: EDUSP, 2008. P. 171 e seguintes.

CAPÍTULO V – RECEÇÕES E REAÇÕES

Propomo-nos agora analisar as leituras, as reações, as adaptações e apropriações desta primeira obra seminal de SBH em terras lusas. Como a primeira edição foi lida por intelectuais portugueses. Como as edições subsequentes foram, em grande medida, por eles ignoradas e o quanto Gilberto Freyre contribuiu para isso. Como certas correntes de pensamento em Portugal fizeram uso velado das valorações de SBH a respeito da matriz ibérica no âmbito das suas narrativas sobre uma identidade nacional portuguesa. E como os ecos da colisão frontal, nas páginas dos jornais brasileiros, entre as ideias de SBH e de um intelectual português da estirpe de Jaime Cortesão continuam a reverberar até hoje. Pretende-se elencar – ainda que de forma não exaustiva – um conjunto de interações entre as concepções expressas por SBH em *Raízes do Brasil* (ou derivações posteriores das mesmas) e o meio intelectual português, mesmo que representado, no caso de Cortesão, por um exilado residente no Brasil.

1. Receção da primeira edição de *Raízes do Brasil* em Portugal (1936 – 1943)

As primeiras resenhas em Portugal, na década de 30 e início da seguinte (Vitorino Nemésio, José Norton de Matos, Pe. Alves Correia, António Amorim, Manuela Azevedo), são relativamente favoráveis. O que só espantará quem ignorar que as mesmas remontam a um “*tempo em que Raízes do Brasil enaltecia a tradição ibérica*”.¹⁹⁷

Em álbum coligido por Cecília Buarque de Holanda¹⁹⁸, irmã de SBH, com 78 resenhas saídas sobre a primeira edição de "Raízes do Brasil", de múltiplos autores, publicadas entre 1936 e 1938, em diversos jornais, constam quatro artigos saídos na imprensa portuguesa da época: dois pela pena de José Maria Norton de Matos, nas edições de 5 e 11 de novembro de 1938 do jornal *Primeiro de Janeiro*; uma resenha saída em número de 1938 da revista *Seara Nova*, da autoria do sacerdote católico Joaquim Alves Correia; e uma crítica de António Amorim, publicada a 14 de fevereiro de 1937, no jornal *O Diabo*.

¹⁹⁷ FELDMAN, *Clássico por amadurecimento*, p. 33.

¹⁹⁸ Fundo Sérgio Buarque de Holanda – Siarq-Unicamp Pt 176 P61.

Segundo Mónica Isabel de Moraes, Norton de Matos e Alves Correia exaltam *"o papel e a influência portuguesa na colonização do Brasil"*, enfatizam praticamente só esse aspecto do livro e estabelecem paralelismos, nos seus textos, entre *"Angola e as demais colónias africanas de Portugal com o Brasil"*.¹⁹⁹ Também Conrado Pires de Castro considera que tanto Norton de Matos como Alves Correia apenas atentam às passagens do livro *"que aparentemente comportem menções elogiosas ao esforço colonizador português"*, e cita um dos artigos do antigo Governador-Geral (1912-1915) e Alto-Comissário (1921-1923) de Angola, no Primeiro de Janeiro, onde se lê que os primeiros capítulos *"nos descobrem com mão de mestre as "raízes do Brasil", aquilo que até hoje há de eterno na formação e na vida da grande nação sul-americana"*.²⁰⁰

A avaliação de SBH a respeito do período colonial não parece oferecer dúvidas ao General português:

"A principal conclusão que dele tiro, e naturalmente apresento-a com orgulho, é que, de todo o mundo, só os colonos portugueses poderiam ter criado uma nação como o Brasil. As fronteiras desta admirável nação são, servindo-se das palavras de Buarque de Holanda, 'fronteiras da Europa', as nossas fronteiras marítimas. As 'raízes do Brasil' estenderam-se pelo oceano e vieram beber a sua principal seiva às aldeias de Portugal. O mesmo está acontecendo a Angola, e assim vamos cumprindo a nossa missão histórica".²⁰¹

Esta leitura ufanista de Raízes do Brasil condiz com o que Cláudia Castelo observou nas leituras de Norton de Matos da obra de Gilberto Freyre, nas quais abundam as referências à colonização portuguesa no Brasil como exitosa e como modelar para ser replicada em Angola, onde o povoamento massivo de estirpe europeia e a ocupação dos sertões interiores só mais tardiamente se dera. Vem ao encontro, também, das observações da mesma autora quanto à *"quase convergência da elite nacional [portuguesa] em torno da defesa da integridade da 'nação pluricontinental portuguesa' até finais dos anos 60. (...) A oposição democrática só nas eleições de 1969 toma posição pública a favor da autodeterminação"*.²⁰²

¹⁹⁹ MORAES, Mónica Isabel de, "Duas raízes: o ensaísmo de Sérgio Buarque de Holanda", dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo, 2016

²⁰⁰ CASTRO, "Raízes do Brasil e o debate sobre a modernização", p. 30.

²⁰¹ MATOS, José Maria Norton de, "Raízes do Brasil", Primeiro de Janeiro, 12 de novembro de 1938, Siarq-Unicamp.

²⁰² CASTELO, *O Modo português de estar do Mundo*, pp. 14 e 15.

Norton de Matos destaca as “*consoladoras palavras*” de abertura do livro (reportando-se naturalmente à primeira edição), onde considera que SBH faz uma “*afirmação justa*” a respeito do legado português, “*que tanto [o] comove pelas recordações que [lhe] desperta*”; e invoca, roçando o sentimentalismo, os seus saudosos tempos de administrador colonial: “*quantas passagens neste livro não me recordam os meus seis anos de Angola*”. O militar, maçom e candidato opositor nas eleições presidenciais portuguesas de 1949 (as quais perderia para o candidato do regime, Marechal Carmona) ainda nos oferece esta curiosa e matizada comparação entre as empresas coloniais portuguesa e neerlandesa:

*"A minha opinião, de há muito formada, é que os holandeses teriam feito do Brasil, se o seu domínio se tivesse mantido, uma colónia mais próspera e mais produtiva do que a que os portugueses conseguiram; mas de modo algum teriam criado uma nação. (...) A Holanda foi sempre um grande valorizador das terras de além mar, um grande organizador do trabalho indígena: nunca foi porém um país colonizador em sentido português".*²⁰³

O sacerdote Joaquim Alves Correia, que fora missionário em África (Nigéria), igualmente considera que “*o mesmo livro de Sérgio Buarque de Holanda enche de ufanias as 'raízes' profundas do Brasil, que são as da velha alma nobre e generosa do nosso Portugal*”, pois que “*até nos defeitos, que podem resumir-se no espírito de aventura e do menosprezo habitual ao trabalho, a formação do Brasil nos é demonstrada, neste livro, tipicamente portuguesa, obra natural e espontânea de portugueses*”.²⁰⁴

Alves Correia viria a ser um dos maiores nomes da oposição católica ao Estado Novo em Portugal e por isso morreria exilado nos EUA, em 1951. Apesar disso, escrevendo em 1938, nas páginas da Seara Nova, não se coíbe de fazer recurso de certa imagética colonial salazarista (incensada, dois anos depois, na Exposição do Mundo Português, de 1940), quando afirma: “*A parte primeira e maior do livro de Buarque de Holanda trata do Brasil português. Apenas os dois últimos capítulos nos falam do Brasil a frondejar acima das 'raízes' do Brasil contemporâneo: do positivismo, do instinto negador, do bacharelismo, do sucesso das oligarquias (num falso liberalismo), do horror à 'nossa realidade', assim como, finalmente, dos ensaios mais ou menos nefelibáticos de nacionalização do*

²⁰³ MATOS, *ibidem*.

²⁰⁴ CORREIA, Joaquim Alves, “Raízes do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda”, *Seara Nova*, 1938, Siarq-Unicamp.

bolchevismo ou do fascismo: tudo coisas que saíram bastante grotescas no Brasil, por não brotarem das 'raízes' e da seiva natural brasílico-portuguesa".

Quanto a António Amorim, português radicado no Brasil, foi Diretor da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, insigne divulgador da literatura portuguesa, e autor de um livro sobre Ferreira de Castro. Segundo Manuela de Azevedo (escrevendo em 1943), trata-se de “*um nome de português que sabe mais a intercâmbio [luso-brasileiro] do que todos os tratados juntos*”²⁰⁵. No seu artigo, Amorim indica SBH como “*nome que recomendamos à simpatia (...) dos portugueses estudiosos*”, considera *Raízes do Brasil* um “*livro feliz*”²⁰⁶ e logo destaca o *incipit* (da primeira edição) pelo que tem de abonatório para a matriz colonial portuguesa, por comparação com a pouca apetência dos holandeses para dominar os trópicos, fazendo-se valer de uma entre várias longas citações do ensaio buarqueano para ilustrar tal afirmação. Na sua resenha, num trecho significativo de zelo africanista, reporta-se ao individualismo e apego à autossuficiência que SBH atribui aos lusos para saudar e elogiar os colonos portugueses “*que não abandonam o ultramar, a despeito das maiores vicissitudes, afrontando a crise e as dificuldades com exemplar e raro estoicismo*”²⁰⁷, enquanto belgas, franceses e outros fogem espavoridos de suas respectivas colónias.”²⁰⁸

Também de 1938, apesar de não estar incluída no álbum de Cecília Burque, localizámos na *Revista de Portugal*, da Universidade de Coimbra – dirigida por Nemésio e onde escrevia grande parte dos textos – uma curta resenha do autor açoriano a *Raízes do Brasil*, obra a que chama “*grupo de ensaios*”²⁰⁹, o que revela do cariz pouco homogêneo do livro, faceta, porventura, mais vincada na sua primeira edição. As palavras de Nemésio são em tudo encomiásticas de SBH (“*raras qualidades de escritor e pensador*”). Os seus olhos não parecem ver mal na “*tradição particularista, no domínio peninsular do grupo afetivo sobre o grupo de fins racionais*”, e na supremacia de “*uma consciência*

²⁰⁵ AZEVEDO, Manuela Saraiva de, “Um autor e um livro que todos devem conhecer”, *Jornal do Comércio*, 17 de janeiro de 1943, Fundo Sérgio Buarque de Holanda – Siarq-Unicamp, Lista Complementar SBH DC 2004_58.

²⁰⁶ AMORIM, António, “Raízes do Brasil, *O Diabo*, 14 de fevereiro de 1937, Siarq-Unicamp.

²⁰⁷ Escola de filosofia helenística rotulada por SBH como intrinsecamente ibérica desde os tempos do cordovês Séneca (HOLANDA, *Raízes do Brasil* – edição crítica, p. 42).

²⁰⁸ *Idem, ibidem*.

²⁰⁹ NEMÉSIO, Vitorino. “*Conferências na Europa*, por Gilberto Freyre, Rio, Ministério da Educação. *Raízes do Brasil*, por Sérgio Buarque de Holanda, Rio, José Olympio”, *Revista de Portugal*. – Vol. 2, nº 5, Universidade de Coimbra (Out. 1938). Disponível em: https://digitalis-dsp.uc.pt/bg4/UCBG-RB-38-41_3/UCBG-RB-38-41_3_master/UCBG-RB-38-42/UCBG-RB-38-42_item1/P146.html

privada em vez de uma consciência coletiva”. E o aventureirismo permite “*a proliferação do habitat, a devassa do sertão, a adaptação rápida e viva da vida a um grande âmbito*”.²¹⁰

Para o intelectual terceirense, no saldo dos embates entre a colonização portuguesa e as experiências holandesa e espanhola empreendidos por SBH no seu ensaio, Portugal parece não ficar a perder posto que os colonos portugueses não têm “*uma organização larga e firme*” mas são dotados de “*uma mobilidade impetuosa, uma grande riqueza de reações coletivas súbitas*”, e a urbanização colonial portuguesa “*se desdobra em admirável espontaneidade, filha da iniciativa privada, disseminada em pequenos núcleos de troca confiados à proteção dos próprios recursos, rebelde ao fisco, à justiça real, à unidade, mas fecunda e permeável a todas as espécies de experiência*”.²¹¹

Como bem sabemos, Vitorino Nemésio e os restantes resenhistas portugueses aqui citados, haviam lido, em 1938, um livro bem diferente da versão final que nos chegou, em função das metamorfoses operadas por SBH ao longo das várias edições da sua primeira obra, com crescente obnubilação dos aspetos positivos da matriz lusa.

Não destoando face aos textos já elencados, encontramos um artigo um pouco mais tardio, publicado em 17 de janeiro de 1943, no *Jornal do Comércio*, periódico lisboeta. A sua autora é Manuela Saraiva de Azevedo, primeira mulher jornalista com carteira profissional em Portugal; viveu até idade muito avançada, vindo a falecer somente em 2017, com 105 anos. Terá, segundo a própria, conhecido SBH nas ruas do Rio de Janeiro, em 1938, quando lhe foi apresentado, justamente, por António Amorim. O título do artigo diz logo ao que vem: “Um autor e um livro que todos devem conhecer”. Nele, Azevedo sentencia que o trabalho de Stefan Zweig (referindo-se a *Brasil, país do futuro*) “*tinha de ser inferior ao de Sérgio Buarque de Holanda*” e considera que *Raízes do Brasil* “*não obteve o clamor que merecia [em Portugal], sabe só Deus porquê*”.²¹² Mais uma vez – e muito sintomaticamente – é dado destaque ao parágrafo de abertura do livro. Manuela de Azevedo também nos diz que, quando conheceu SBH, “*Gilberto Freire (sic) mal tinha passado por aqui*”, o que é revelador da estatura que o intelectual pernambucano viria a

²¹⁰ *Idem, ibidem.*

²¹¹ *Idem, ibidem.*

²¹² AZEVEDO, *ibidem.*

ganhar em Portugal, anos mais tarde, açambarcando espaço às ideias de outros estudiosos do contexto luso-brasileiro, como veremos adiante.

2. Jorge Dias e os “Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa” (1950)

Continuando a elencar as interações entre SBH e a intelectualidade portuguesa no que concerne especificamente às proposições constantes em *Raízes do Brasil*, como nos propusemos fazer no início deste capítulo, damos agora um pequeno salto cronológico de 1943 para 1950, para nos debruçarmos sobre a recepção indireta do conteúdo daquele livro na obra de Jorge Dias. Nascido no Porto, em 1907, Dias representa a maior referência da antropologia portuguesa na segunda metade do século XX, até à sua morte em 1973.²¹³ A sua produção desempenhou, nessa qualidade, papel central no debate intelectual sobre aquilo em que consistiria uma suposta identidade nacional portuguesa e na construção de determinadas narrativas a esse respeito. Como veremos adiante, trata-se de um exercício identitário psicológico-culturalista muito semelhante ao que SBH empreendeu na sua obra de estreia, a partir da qual, como examinaremos neste sub-capítulo, o antropólogo português retirou várias inspirações.

Diz-nos João Leal, que “há várias razões para sublinhar a importância de 1950 – o ano do seu 43.º aniversário – na obra de Jorge Dias”, sendo “justamente nesse ano de viragem” que o antropólogo português “escreverá aquele que é um dos seus mais importantes e influentes ensaios: «Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa».”²¹⁴

Esse ensaio foi “apresentado inicialmente ao Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros que teve lugar em Washington e que foi um dos pontos altos da sua viagem aos EUA” mas só viria a ser publicado em 1953. Para o mesmo autor, o referido ensaio:

²¹³ Em breve notícia biográfica a respeito de Jorge Dias, Cláudia Castelo indica que aquele “é considerado o ‘pai’ da moderna antropologia portuguesa, fazendo também referência ao facto de Dias ter conhecido pessoalmente Gilberto Freyre. CASTELO, Cláudia, *O Modo português de estar do Mundo - O lusotropicalismo e a ideologia colonial portuguesa*, Porto, Edições Afrontamento, 1998, p. 146.

²¹⁴ LEAL, João, *Etnografias portuguesas (1870-1970): Cultura popular e identidade nacional*, Lisboa: Etnográfica Press, 2000, p. 83. Disponível em: <http://books.openedition.org/etnograficapress/2592>.

*“deve ser simultaneamente visto como um dos textos essenciais de um debate que se desenvolvia em Portugal desde pelo menos finais do século XIX e que interessava não apenas os antropólogos e etnólogos mas outras figuras destacadas da cultura portuguesa. Esse debate centrava-se em torno da possibilidade e dos termos precisos a partir dos quais se poderia encarar a identidade nacional portuguesa como uma identidade apoiada num conjunto de características espirituais ou psicológicas próprias que fariam dos portugueses, portugueses.”*²¹⁵

Sintomaticamente, sabemos que SBH esteve no mesmo colóquio, iniciativa da Biblioteca do Congresso, em Washington, realizado entre 15 e 20 de outubro de 1950.²¹⁶ Para além de Jorge Dias, a delegação portuguesa,²¹⁷ na vertente de Antropologia Cultural, era composta por António Mendes Correia; na vertente de História, por Manuel Lopes de Almeida e Serafim Leite.²¹⁸

Não localizámos provas documentais de convívio ou comunicação direta entre SBH e Jorge Dias²¹⁹ mas é de crer que tenha havido afinidades entre os dois homens: na idade, apenas 5 anos os apartavam; ambos haviam passado temporadas importantes da sua formação na Alemanha (o primeiro, em Berlim; o segundo, em Munique, onde se doutorou); ambos germanófilos e fluentes em alemão.

Na correspondência de Jorge Dias encontramos algumas tangências com SBH, nomeadamente 12 cartas recebidas, entre 1953 e 1968, do etnólogo alemão Herbert

²¹⁵ *Idem, ibidem.*

²¹⁶ *Idem, ibidem.*

²¹⁷ “Boletim Geral das Colónias”, Agência Geral das Colónias, Vol. XXVI - 304, 1950, 231 pags. – Biblioteca Digital das Memórias de África e do Oriente.

²¹⁸ No catálogo do Fundo SBH, no Arquivo da Unicamp, encontramos uma carta do Pe. Serafim Leite a SBH, datada de 1942 (“Carta de Serafim Leite a SBH descrevendo a Escola Apostólica localizada na Serra de Baturité e enviando a revisão de tomos da “História da Companhia de Jesus”. Serra de Baturité, 04 set.1942. as.Serafim Leite. 1p.” – Siarq/Unicamp, Cp 56 P6). Encontramos também uma curiosa referência a uma “Carta de Francisco Matarazzo Sobrinho a SBH comentando sobre o caso “Serafim Leite” e dizendo não poder dar informações sobre a Comissão do 4º Centenário e sobre o Instituto Italo-Brasileiro. São Paulo, 23 abr.1954. as.ileg. 1p.” – Siarq/Unicamp, Cp 149 P8). Depreende-se que se trata de uma alusão às celebrações do 4.º Centenário da Fundação de S. Paulo, ocorridas naquele ano.

²¹⁹ Cf. MONTEIRO e EUGÊNIO (orgs.), Sérgio Buarque de Holanda – Perspetivas, 2008, p. 693, onde SBH posa para uma foto de grupo junto à Biblioteca do Congresso em Washington, por ocasião daquele Colóquio. Jorge Dias, contudo, não é claramente discernível na referida foto. Participaram ainda no colóquio outros nomes grandes da cultura brasileira como Lúcio Costa, António Candido, Cecília Meireles e Roger Bastide.

Baldus, radicado em S. Paulo desde o início da década de 30. Baldus fora contratado, por indicação de SBH, como funcionário do Museu Paulista, quando este era diretor da instituição. Quando o intelectual brasileiro se afastou do cargo para lecionar e pesquisar em Itália, entre 1952 e 1954, deixou o etnólogo alemão Herbert Baldus como diretor-substituto, período em que se inicia, portanto, a troca epistolar com Jorge Dias.²²⁰

De acordo com o relatório de 1953 da Secção de Etnografia do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, que Dias dirigia, este terá sido convidado para integrar o quadro docente da Escola de Sociologia da USP mas o convite não foi aceite.²²¹ Encontramos também correspondência entre Jorge Dias e Florestan Fernandes, que foi colega de SBH na USP até 1969, ano em que aquele seria aposentado compulsoriamente, junto com Fernando Henrique Cardoso, na sequência do Acto Institucional n.º 5, que vem endurecer o regime militar, sob a presidência de Costa e Silva. Embora mais velho e com outro estatuto académico, SBH demite-se em solidariedade com os colegas.²²² São sete cartas, de 1956 a 1965. Numa delas, de 1956, Florestan queixa-se “[d]o meio intelectual brasileiro das ciências sociais” por ser “mais incipiente que o português, no sentido de ser mais personalista”.²²³

Jorge Dias é citado por SBH pelo menos duas vezes em *Caminhos e Fronteiras*, de 1957. Conforme aponta Robert Wegner, SBH opõe-se, numa dessas referências, às opiniões de Dias “acerca das condições e épocas do aparecimento e disseminação do monjolo na Europa”²²⁴, um engenho, movido a água, empregado para pilar o milho, muito comum, em tempos, na tradicional paisagem rural brasileira, e que eu próprio já pude observar em fazendas coloniais nos arredores de Pirenópolis, no estado de Goiás.

Por outro lado, mais importante para o trabalho em mãos, Dias parece ter acolhido algumas teses de *Raízes do Brasil* quando escreveu, em 1950, os já referidos “*Elementos fundamentais*” (não sabemos se terá lido a edição de 36 ou a de 48).

²²⁰ SILVA, Ana Teles da, «Correspondências de cientistas sociais brasileiros para Jorge Dias: duas margens de uma interlocução transatlântica», *Etnográfica* [Online], vol. 20 (3), 2016, p. 610.

²²¹ LEAL, João, “Os anos brasileiros de Jorge Dias”, § 14. In SILVA, Ana Teles da (org.), *Cartas do Brasil: correspondência de antropólogos e folcloristas brasileiros para Jorge Dias*, Lisboa: Etnográfica [Online], 2021.

²²² Conta-nos Fernando Henrique Cardoso: “Fui aposentado compulsoriamente em 69. E o Sérgio, em solidariedade foi embora também.” Cf. Anexo 1, p. 147.

²²³ SILVA, op. cit., p. 612.

²²⁴ WEGNER, A conquista do Oeste, p. 167.

Escreve José Manuel Sobral:

*Afigura-se-nos que Dias reproduz, modificando-os, tópicos das duas mais influentes representações da identidade nacional do Brasil no século XX: as que se devem a Gilberto Freyre (Casa-Grande & Sanzala) e Sérgio Buarque de Holanda (Raízes do Brasil). A ideia de uma fusão entre povos - mestiçagem - em Portugal, que propicia a mestiçagem no Brasil, é desenvolvida por Freyre. Jorge Dias retoma-a claramente, embora sem exaltar a influência do elemento semita - e nomeadamente mouro - em Portugal, como o pensador brasileiro. Há igualmente afinidades profundas entre estas considerações apologéticas de Dias sobre a expansão portuguesa e tópicos das observações de Sérgio Buarque de Holanda - mas estas, sublinhe-se, muito críticas da acção dos portugueses, devido notoriamente ao que poderíamos designar por ausência de racionalização (no sentido weberiano). Holanda, que havia estudado na Alemanha e conhecia a obra do sociólogo alemão, também negava que a mesma colonização, feita por católicos, se revestisse de um verdadeiro espírito capitalista como o que Max Weber vinculava ao protestantismo, embora asseverasse que a ganância e a busca da riqueza estavam presentes na expansão portuguesa. Holanda também comungava da ideia, cara a Dias, (...) de não haver entre os portugueses preconceitos contra a mestiçagem (como os registados entre os "anglo-saxónicos").*²²⁵

*(...) Jorge Dias assinalava que a industrialização, ligada ao protestantismo, ao primado do lucro e do progresso, leva as sociedades humanas para "uma mentalidade em que predominava o abstracto e o quantitativo. Para ele, os portugueses, vinham de um mundo qualitativo - "mais conforme ao comum dos homens" - isto é, não dominado pelo lucro e pela indústria, teriam assim maior facilidade em relacionar-se com as populações primitivas. Mais uma vez, parece-nos de assinalar a articulação entre este tipo de ideias e as expressas por um Buarque de Holanda.*²²⁶

Num verbete sobre Jorge Dias, no *Dicionário de Historiadores Portugueses*, Sobral sublinha, de igual forma, que “*também as considerações de Sérgio Buarque de Holanda, bebidas em Weber, de que os portugueses, católicos, não conferiram à sua colonização um carácter capitalista, foram utilizadas por Jorge Dias.*”²²⁷ Com efeito, a leitura dos “Elementos fundamentais” não pode deixar de ressoar familiar a quem frequentou SBH. Vejamos algumas passagens daquele breve ensaio que nos remetem:

²²⁵ SOBRAL, José Manuel, “O Outro aqui tão próximo: Jorge Dias e a redescoberta de Portugal pela antropologia portuguesa (anos 70-80 do século XX)”, *Revista de Historia das Ideias*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Vol. 28, 2007, p. 495

²²⁶ SOBRAL, “O Outro aqui tão próximo”, 2007, pp. 499-500.

²²⁷ SOBRAL, José Manuel, “Jorge Dias”, in: MATOS, Sérgio Campos (org.). *Dicionário de Historiadores Portugueses: da Academia Real das Ciências ao final do Estado Novo*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, p. 6-7. Disponível em: https://dichp.bnportugal.gov.pt/imagens/dias_jorge.pdf.

- i) para a ‘cordialidade’ *buarquiana*:

*Outra constante da cultura portuguesa é o profundo sentimento humano, que assenta no temperamento afectivo, amoroso e bondoso. Para o Português o coração é a medida de todas as coisas.*²²⁸

- ii) para os mesmos arquétipos de personalismo, partilhado por ambos os povos ibéricos, em contraste com os modelos setentrionais, conforme desenhado em *Raízes do Brasil*:

*De facto, o Português tem um forte sentimento de individualismo, que se não deve confundir com o de personalidade. Enquanto a personalidade anglo-saxónica ou germânica não colide geralmente com os interesses sociais e só preza a sua liberdade íntima, o Português, da mesma maneira que o Espanhol, tem uma forte ânsia de liberdade individual, que muitas vezes é anti-social.*²²⁹

- iii) para o desdém pelas regras comunitárias formais e pela autoridade estabelecida, também apontado por SBH:

*A tendência a opor-se a tudo que se lhe não apresente com carácter humano obriga-o a lutar contra as leis ou organizações gerais. Detesta o impessoal e o abstracto e põe acima de tudo as relações humanas. (...) qualquer organização geral que limite as liberdades individuais produz imediatamente um movimento de reacção em que todos são solidários. (...) A polícia, como representante da lei geral, é considerada como inimigo, e logo surge a reacção.*²³⁰

- iv) para a solidariedade baseada matriciamente sobre a proximidade social, afim com o “homem cordial”:

*O seu fundo humano torna-o extraordinariamente solidário com os vizinhos, e em poucas regiões da Europa existirá ainda vivo como em Portugal o espírito comunitário e de auxílio mútuo.*²³¹

- v) para o efeito de compensação por meio de uma rigidez aparentemente burocrática mas inconsequente, oposta ao conceito weberiano de burocracia, tal como diagnosticado por SBH:

²²⁸ DIAS, Jorge, *Os elementos fundamentais da cultura portuguesa*, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1995, p. 4.

²²⁹ DIAS, *Os elementos fundamentais da cultura portuguesa*, 1995, p. 6.

²³⁰ *Idem, ibidem.*

²³¹ *Idem, ibidem.*

*Da mesma maneira o funcionário, até quando veste uma farda e obriga a cumprir a lei, tem idêntica dificuldade em representar um papel impessoal. Esta típica feição portuguesa dá origem a uma das burocracias mais rígidas que até hoje conheci na Europa. O funcionário menor agarra-se desesperadamente à letra da lei, sem tentar compreender-lhe o espírito.*²³²

vi) para a mesma incompatibilidade entre o personalismo e o espírito capitalista provindo doutras paragens e culturas, também identificada em Raízes do Brasil:

*(...) Este fundo de simpatia que regula as relações entre os Portugueses está tão entranhado que até no comércio, onde o interesse se devia sobrepor a tudo, ele se verifica. Disse-me um vendedor alemão, que viveu muitos anos em Portugal, que para fazer negócio no nosso país era indispensável conquistar a simpatia do comprador. Uma vez isto conseguido, tinha-se a certeza de obter a preferência. Pelo contrário, noutros países, a única maneira de vender é oferecer maiores vantagens materiais, independentemente de toda a amizade pessoal.*²³³

Nesta última referência a um “vendedor alemão”, vemos semelhanças entre Dias e SBH até no anedotário, pois que na secção dedicada à “Aversão às virtudes económicas”, do capítulo IV, “O sementeiro e o ladrilhador”, encontramos vários ‘chistes’ semelhantes mas com a ‘patine’ de remeterem ao Século XVIII.²³⁴

Sobral fala mesmo em apropriação de SBH por Dias:

*A atribuição de traços específicos dos portugueses como o desprezo pelo interesse mesquinho, o gosto pelo luxo, a ausência de sentido capitalista, o individualismo – que tornaria os portugueses “um povo difícil de governar” – a importância dada às relações humanas ecoam tópicos encontrados no discurso [de SBH]. Até a “cordialidade” – hospitalidade, generosidade, emotividade rica – retirada da caracterização de Buarque de Holanda do brasileiro como “homem cordial” e inspirada na concepção de Gemeinschaft de Tönnies – é **apropriada** como característica portuguesa. Todavia, tal é feito sem que as dimensões negativas da mesma para o autor brasileiro – ausência de distinção entre o público e o privado, ligada ao patrimonialismo – sejam devidamente retidas. As temáticas de Freyre e Holanda eram selectivamente adaptadas a um discurso nacionalista católico, que lhes alterava o sentido que possuíam nos discursos originais, e que estava em sintonia com o do Estado português.*²³⁵

²³² *Idem, ibidem.*

²³³ *Idem, ibidem.*

²³⁴ HOLANDA, *Raízes do Brasil*, 2017, pp. 159-164.

²³⁵ SOBRAL, “Representações portuguesas e brasileiras”, 2010, p. 135-136. Sublinhado nosso.

Mais uma vez, não sabemos se Dias leu a primeira ou segunda edição de *Raízes do Brasil*. Se leu a primeira, manteve a positividade do personalismo ibérico que aí se fazia ainda sentir; se leu a segunda, voltou a inverter para o pólo positivo o dispositivo conceptual que SBH havia rodado, em 1948, para o lado da negatividade.

O encaixe entre SBH e Dias não é, portanto, perfeito mas os paralelismos entre os dois homens encontram-se até nas contradições. Na abertura do seu pequeno mas marcante ensaio, Dias adverte:

*São de molde a assustar qualquer um os juízos precipitados ou superficiais, de sobejo conhecidos, emitidos por vários jongleurs do espírito, que pretendem classificar um povo salientando só algumas características, muitas vezes bem pouco típicas, que mais se poderiam classificar **anedóticas**, quando não malevolentes.*

*Se definir os elementos culturais duma sociedade tribal demanda já um longo trabalho de análise e boas qualidades de observação, interpretação e síntese, o que não será estabelecer as bases culturais permanentes dum povo estratificado e com oito séculos de história?*²³⁶

Cinco páginas mais à frente, Dias esquece-se da sua própria advertência e conta-nos “*um pequeno exemplo **anedótico** [que se] verifica no costume de os automobilistas fazerem sinais com os faróis a todos os carros com que se cruzam, sempre que tenham visto a polícia das estradas, para os porem de sobreaviso*”²³⁷. Nada poderia ser mais semelhante ao retrato caricatural dos portugueses empreendido por SBH, a que já aludimos previamente. Tanto o historiador brasileiro, como o antropólogo português são profundamente essencialistas, sendo de acompanhar José Manuel Sobral na asserção de que o primeiro terá influenciado o segundo nesse caminho, que consideramos redutor da complexa realidade cultural (incluindo elementos psico-económico-sociais) que ambos pretendem assimilar por meio, dir-se-ia, de chaves compressivas ou de encapsulamento do objeto observado.

3. O embate com Jaime Cortesão, de 1952 até hoje

Das interações de SBH com intelectuais portugueses talvez a mais conhecida – ainda que pouco estudada – seja a acesa polémica que aquele manteve com Jaime Cortesão, na

²³⁶ DIAS, op. cit., p. 1. Sublinhado nosso.

²³⁷ DIAS, op. cit., p. 6. Sublinhado nosso.

imprensa brasileira, em 1952, e que, pela relevância das posições defendidas por ambas as partes, cabe aqui analisar com algum detalhe e mereceria até estudo próprio, no contexto de um debate historiográfico que se mantém atual. Cortesão encontrava-se ausente de Portugal, por motivos políticos, desde 1927. Exilado primeiro em França, chegou ao Brasil em 1940, tornando-se um estudioso com prestígio no Brasil. Residindo no Rio de Janeiro, leccionava no Instituto Rio Branco, com acesso ao vasto arquivo cartográfico do Itamaraty, manancial que examinou exaustivamente e com grande proveito. Em 1950, publica talvez a sua obra mais influente, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Em 1954, seria convidado a organizar a Exposição Histórica de São Paulo, para comemorar o IV Centenário da fundação da cidade, que lhe granjearia grande visibilidade académica e também mediática, à escala da altura.²³⁸ Em 1957, Cortesão regressa a Portugal.

A obra historiográfica de Jaime Cortesão destaca-se a vários títulos, no plano qualitativo e quantitativo, mas também pelo carácter luso-afirmativo das suas exposições, apesar da sua própria situação de exilado. Como notou Paulo Franchetti, “os trabalhos luso-brasileiros de Cortesão representam (...) a mais radical e bem-sucedida tentativa de superar de vez os valores legados pela Geração de 1870 na apreciação da história dos séculos XVII e XVIII.”²³⁹ Franchetti considera que “o esforço programático de combater os preconceitos pessimistas legados pela geração de 70 vai desaguar no grande panorama que [Cortesão] traçou da vida-lusobrasileira do século XVIII em *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*”²⁴⁰, livro que “ilumina o período de que se ocupa com uma luz nova: a luz de uma perspectiva integradora, luso-brasileira, que não teve, depois dele, outro momento tão brilhante”.²⁴¹

Voltemos a 1952 e à polémica que Jaime Cortesão e SBH travaram, entre os meses de maio e julho desse ano, nas páginas do Diário Carioca e da Folha da Manhã em torno do mito da Ilha-Brasil. O pomo da discórdia centra-se, no fundo, nas visões sobre a expansão territorial portuguesa no Brasil já avançadas por SBH em *Raízes do Brasil*, agudizadas

²³⁸ Cf. RIBEIRO, David William Aparecido, “Uma exposição para o IV Centenário de São Paulo: um historiador português narra a ‘história bandeirante’”, *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, Nova Série, vol. 26, 2018, p. 1-65.

²³⁹ FRANCHETTI, Paulo, “Amar e servir o Brasil é uma das melhores formas de ser português: uma apresentação de Jaime Cortesão”, *Revista Convergência Lusíada*, n.º 18, Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, 2001, p. 269.

²⁴⁰ FRANCHETTI, “Amar e servir o Brasil”, 2001, p. 270.

²⁴¹ FRANCHETTI, “Amar e servir o Brasil”, 2001, p. 272.

em 1948, e que se contrapõem às que Cortesão avançaria na sua *magnum opus* sobre Alexandre de Gusmão, dois anos depois. A controvérsia instala-se com um artigo de SBH a propósito do livro “*Jesuítas e bandeirantes no Guairá*”, que o médico e historiador português publicara em 1951, sendo esgrimidos argumentos riquíssimos e opiniões fortes, de parte a parte, ao longo de oito artigos, quatro de cada contendor. Diverge o historiador luso do brasileiro em diversos aspetos, entre os quais o contraponto traçado por este último entre o esforço colonizador português e a ocupação espanhola na América do Sul, no quarto capítulo de *Raízes do Brasil*, “O sementeiro e o ladrilhador”.²⁴²[Veremos mais adiante como estudos preliminares, infelizmente não concluídos, do grande geógrafo português Orlando Ribeiro apontaram para a não correspondência no terreno de uma tal dicotomia simplista entre modelos de cidades coloniais portuguesas e espanholas].

Jaime Cortesão insurge-se também contra SBH no que considera uma indevida menorização do português na gesta bandeirista, por oposição à valorização do contributo indígena empreendida pelo historiador paulista. A componente autóctone é justamente salientada por SBH mas é forçoso notar que este fá-lo à custa da subalternização e de uma suposta auto-anulação do português, para que este pudesse vingar do outro lado da Serra do Mar, tal como enunciado em nota ao capítulo IV inserida *ex novo* na segunda edição de *Raízes do Brasil*.²⁴³

Georg Friederici terá sido uma das leituras decisivas de SBH nessa fase e é muito citado também em *Monções*²⁴⁴ e em *Caminhos e Fronteiras*. Em 1948, SBH admite não pensar “*em tudo com o etnólogo e historiador alemão*”, especialmente quando este “*parece diminuir por sistema o significado da obra portuguesa nos descobrimentos e conquistas, contrastando-a com a de outros povos*”;²⁴⁵ mas não se coíbe de introduzir, na edição revista de *Raízes do Brasil*, uma citação de Friederici que dificilmente teria lugar na tese e na narrativa do livro em 1936:

Os descobridores, exploradores, conquistadores do interior do Brasil não foram os portugueses, mas os brasileiros de puro sangue branco e muito especialmente brasileiros mestiços, mamelucos. E também, unidos a eles, os primitivos indígenas da terra. Todo o

²⁴² Na primeira edição do livro, este capítulo não existia *per se*, antes sendo parte integrante do capítulo então titulado “O passado agrário”. Foi autonomizado em 1948, ganhando a designação acima referida. Cf. HOLANDA, *Raízes do Brasil* – Edição Crítica, p. 161.

²⁴³ HOLANDA, *Raízes do Brasil* – Edição Crítica, p. 211-224.

²⁴⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de, *Monções e Capítulos de expansão paulista*, 4.^a edição, São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 80 e 81.

²⁴⁵ HOANDA, Op. Cit., p. 224.

*vasto sertão do Brasil foi descoberto e relevado à Europa, não por europeus, mas por americanos.*²⁴⁶

Será legítimo perguntar o que serão “brasileiros de puro sangue branco” no Brasil do séc. XVII ou XVIII senão portugueses.

Para além de que Friederici parece quase esquecer – e SBH com ele – que o motivo primeiro das entradas se focava na captura de mão-de-obra indígena. Tendo isso em conta, caso estivesse o índio no comando da empresa, este seria, por absurdo e simultaneamente, a caça e o caçador. Nem as bastamente conhecidas rivalidades fratricidas entre os povos autóctones serão suficientes para dar verosimilhança a tal hipótese. Esta interpretação veio a merecer, em 1952, forte oposição de Jaime Cortesão:

*(...) sob o pretexto de [que] Georg Friederici, por não ser nem português, nem brasileiro, pode julgar tais assuntos sem paixão e preconceito nacionalista, Sérgio Buarque de Holanda subscreve o juízo elementar e sumário daquele autor”. (...) Negar a importância primordial que assumiram na história das bandeiras ou mais genericamente da formação territorial do Brasil, um António Raposo Tavares, um Pedro Teixeira, um Cristóvão de Abreu, para citar apenas alguns dentre os maiores, afigura-se-nos erro e depreciação incompatível com a serena equidade da história.*²⁴⁷

Cortesão alega que se o bandeirante utilizou as técnicas e os conhecimentos dos indígenas, sempre foi sua a vontade, a liderança, e o desígnio de adentrar pelos sertões - e não podia deixar de o ser. Num de quatro fascinantes artigos dirigidos a SBH, o historiador português defende que foi o luso – com maior ou menor orientação provinda de Lisboa – que deu “*consciência, vontade, sentido político e ímpeto à cultura expansionista dos aborígenes*”.²⁴⁸ E censura SBH por “*subscrever as frase eivadas de absurdez de Friederici*”.²⁴⁹

Synesio Sampaio Gomes Filho, em recente publicação sobre o legado de Alexandre de Gusmão, cita SBH que, em *Tentativas de Mitologia* (1979), viria a afirmar “*que aos bandeirantes sobrou constantemente um acentuado patriotismo português e anti-*

²⁴⁶ FRIEDERICI, Georg, *Der Charakter der Entdeckung und Eroberung Amerikas durch die Europäer*, II, Stuttgart, 1936, p. 220. Citado em HOLANDA, Raízes do Brasil – Edição Crítica, p. 224.

²⁴⁷ CORTESÃO, Jaime, “Introdução ao debate sobre a Ilha-Brasil”, *Diário de Notícias – suplemento literário*, 13.07.1952

²⁴⁸ *Idem, Ibidem.*

²⁴⁹ *Idem, Ibidem.*

espanhol”.²⁵⁰ Tal parece, aliás, a SBH como estando “*acima de discussão*”²⁵¹, apesar de em *Raízes do Brasil* apontar para leituras bem diferentes na matéria, nomeadamente a avaliação “*de que os portugueses precisaram anular-se durante longo tempo para afinal vencerem*” no Planalto de Piratininga e nas entradas que daí ousaram.²⁵²

Menorizando as divagações “*beirando ao misticismo*” em torno da Ilha-Brasil, Goes Filho vem corroborar algumas das teses de Jaime Cortesão, nomeadamente quanto à importância das fronteiras naturais (e não apenas do princípio do *uti possidetis*) na demarcação traçada pelo Tratado de Madrid (1750). Escreve Goes Filho que Gusmão, “*a fim de evitar as incertezas sobre onde passaria a linha – na época era imprecisa a marcação das longitudes – trouxe o argumento adicional de que as fronteiras deveriam ser rios e montanhas conhecidas*”, i.e., fronteiras naturais.²⁵³

Para SBH, os portugueses são litorâneos por defeito e cita, a respeito, a apreciação de Frei Vicente de Salvador sobre os portugueses “*arranhando as costas como caranguejos*”, que ganharia cariz quase anedótico no imaginário erudito brasileiro.²⁵⁴ Quando se mostram mais telúricos, e com assinalável eficácia expansionista, como no caso dos bandeirantes, é porque já não são portugueses.²⁵⁵ Apesar de não poderem deixar de o ser, conforme defende, com garra, Cortesão.

No prefácio à referida obra de Goes Filho sobre Alexandre de Gusmão, Rubens Ricupero inverte o lugar-comum sobre a talassocracia comercial portuguesa em contraponto à gesta conquistadora de espanhóis terra-dentro, avaliando, precisamente ao inverso, que o Tratado de Madrid veio “*reconhecer de direito o que já ocorrera na prática: a supremacia da expansão luso-brasileira na Amazónia e centro-oeste da América do Sul em câmbio do prevalectimento dos interesses castelhanos na região da bacia do Prata*”.²⁵⁶ O mesmo Ricupero considera que, no seu livro, Goes Filho “*demonstra como se revelou constante a articulação do impulso pioneiro de exploradores, homens práticos determinados na busca de compensações materiais, com o trabalho cuidadoso de*

²⁵⁰ GOES FILHO, Synesio Sampaio, *Alexandre de Gusmão (1695-1753): o estadista que desenhou o mapa do Brasil*, Rio de Janeiro: Record, 2021, p. 126.

²⁵¹ *Idem, ibidem*.

²⁵² HOLANDA, *Raízes do Brasil* (2014), p. 159.

²⁵³ GOES FILHO, *Alexandre de Gusmão*, p. 19.

²⁵⁴ HOLANDA, *Raízes do Brasil* – edição crítica, p. 186.

²⁵⁵ Segundo Jessé Souza, SBH opera um exercício de transferência da figura idealizada do protestante autêntico norte-americano para o bandeirante paulista.

²⁵⁶ GOES FILHO, *Alexandre de Gusmão*, 2021, p. 12.

diplomatas e estadistas que legitimaram em instrumentos jurídicos o que não passava no início de ocupação precária de terras duvidosas.”²⁵⁷

Em 2012, Fernando Novais já havia tomado uma decisão salomónica, e provavelmente acertada, a respeito do maior ou menor determinismo e do papel da coroa portuguesa na dilatação dos limites fronteiriços do que viria a ser o Brasil, bem para além de Tordesilhas:

Sérgio Buarque não nega a presença dos componentes sublinhados por Jaime Cortesão (tendência inerente ao colonizador português para a expansão territorial, estratégia geopolítica metropolitana); afirma, sim, que elas não podiam ser ‘tão eficazes quanto’ os componentes ‘coloniais’ (no sentido de dos ‘colonos’) – tais como as ‘contingências económicas. (...) Quer dizer: o processo histórico real [do bandeirismo] integra os dois componentes, apresentando duas vertentes, das quais uma é enfatizada pelo historiador português, outra pelo brasileiro.”²⁵⁸

4. A penumbra lusotropical

Para além das reações já elencadas à primeira edição de *Raízes do Brasil*, tendemos a concordar com José Manuel Sobral quando indica “*não ser difícil perceber porque é que Holanda não parece ter tido grande receção em Portugal*”.²⁵⁹ Tomando como referência a edição de 1948, Sobral considera que SBH “*de um modo geral via n[a] colonização portuguesa a raiz dos males... do Brasil*”,²⁶⁰ o que explicaria o facto de nunca ter sido adotada pelo nacionalismo oficial do Estado Novo, ao contrário da interpretação freyriana da indentidade nacional portuguesa.²⁶¹ Assim, com exceções, a historiografia portuguesa do pós-guerra leu pouco SBH. E se poucos o leram, menos o citaram. Uma dessas exceções será Joaquim Barradas de Carvalho, que com ele conviveu bastante de perto na USP, entre 1964 e 1969. Não escondendo a sua admiração pelo “mestre” – eg. quando classifica *Raízes do Brasil* como “*luminoso ensaio*”²⁶² – Barradas refuta, contudo, o

²⁵⁷ GOES FILHO, *Alexandre de Gusmão*, 2021, p. 8.

²⁵⁸ NOVAIS, Fernando, “Prefácio a Jaime Cortesão ou ‘encontro marcado’”. In CORTESÃO, Jaime Cortesão, *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo / Fundap, 2012, p. XXI.

²⁵⁹ SOBRAL, “Representações portuguesas e brasileiras”, p. 134.

²⁶⁰ *Idem, Ibidem.*

²⁶¹ SOBRAL, “Representações portuguesas e brasileiras”, p. 125 e 137

²⁶² CARVALHO, Joaquim Barradas de, “A dualidade da civilização ibérica (A propósito de um ensaio de Robert Ricard)”, *Seara Nova*, n.º 1523, setembro 1972

essencialismo ibérico-medieval e a conceção do Renascimento português advogados por SBH.²⁶³

Com efeito, essa “invisibilidade” do historiador paulista, em Portugal, dever-se-á, em boa medida e uma vez mais, à sombra de Freyre, e à prevalência das teses lusotropicalistas, a partir da década de cinquenta, quando o Estado Novo português começa a perceber nelas uma oportunidade para construir uma narrativa favorável à sua ideologia colonial, crescentemente ameaçada no plano internacional e, em especial, no contexto onusiano. Cláudia Castelo dedicou investigação cuidada a este tema, rica em reflexões para o presente, tanto mais dada a persistência no imaginário português de inclinações benevolentes quanto a um certo “*modo português de estar no Mundo*”, independentemente da sua maior ou menor correspondência com a realidade.²⁶⁴

Francisco Bethencourt destaca o papel de Adriano Moreira nessa adaptação calculada e calculista do ideário do Estado Novo, com forte envolvimento dos meios universitários, e refere que “*o elogio da miscigenação étnica e o diálogo com a teoria do lusotropicalismo de Gilberto Freyre encontram uma abertura nos anos cinquenta e sessenta [em Portugal] que não era de todo consensual nos anos trinta e quarenta.*”²⁶⁵

Entretanto, SBH fica na penumbra. Enquanto Freyre é o académico estrangeiro “adotado” pelo regime, não parece haver espaço nas estantes da “*intelligentsia*” lusa da época (nem mesmo – até relativamente tarde – entre os sectores de oposição ao salazarismo) para ler, debater e, eventualmente, refutar as ideias de SBH, cuja trajetória crescentemente crítica da matriz cultural portuguesa não é apercebida na ex-metrópole, ocupada a defender a indivisibilidade do Império Português, onde não havia colónias mas apenas províncias. Tão somente. Umas de aquém, outras de além-mar.

Depois de visitas a Lisboa, em 1957 e em 1960, para participar em colóquios de estudos luso-brasileiros e congressos sobre História dos Descobrimentos, o eminente iberista Lewis Hanke – o amigo norte-americano de SBH – fala-nos da prejudicial combinação

²⁶³ MARTINS, Renato, “Sérgio Buarque de Holanda e o estudo comparado dos imaginários ibéricos em *Visão do Paraíso* (1959)”, *Ler História*, n.º 72, 2018, p. 177-198

²⁶⁴ CASTELO, Cláudia, *O Modo português de estar do Mundo - O lusotropicalismo e a ideologia colonial portuguesa*, Porto, Edições Afrontamento, 1998

²⁶⁵ BETHENCOURT, Francisco, “A memória da Expansão”, in BETHENCOURT, F. e CHAUDURI, K. (eds.), *História da Expansão Portuguesa – Último Império e recentramento*, Lisboa: Circulo de Leitores, 1999, p. 442-481

de preconceitos patrióticos e políticos prevalentes no meio historiográfico português de então, cuja produção padecia de uma inclinação para exaltar os feitos próprios e para insistir na “*maritime priority*” (que constituiria um dogma, “*an article of faith*”), dificultando a receção de novos estudos, que apresentassem elementos dissonantes, sobretudo vindos dos exterior.²⁶⁶

António Hespanha lembra-nos que Freyre “*foi passeado por todo o império português, de África ao Extremo Oriente*” e as suas ideias incorporadas “*como pedra de fecho na construção oficial da história da expansão portuguesa. Ao mesmo tempo que vozes dissonantes (...) eram silenciadas pela censura e objeto de virulenta campanha pública*”. Hespanha destaca Charles Ralph Boxer entre essas vozes, mas podemos argumentar que SBH e Raízes do Brasil, de 1948 em diante, tão pouco encaixavam na narrativa oficial salazarista a respeito “*dessa jóia do luso-tropicalismo que teria sido o mundo brasileiro*”.²⁶⁷

É só na década de 1970 – sintomaticamente depois da Revolução de Abril e do fim do Estado Novo, já com a silhueta de Freyre em ocaso no horizonte e o luso-tropicalismo a desbotar – que encontramos novas referências e interesse por SBH em Portugal, nomeadamente os trabalhos de Orlando Ribeiro, que intenta analisar (e refutar), pela ótica e com as ferramentas da Geografia Urbana, o contraponto traçado por SBH entre o esforço colonizador português e a ocupação espanhola na América do Sul, no quarto capítulo de *Raízes do Brasil*, “O semeador e o ladrilhador”.

Diz-nos Francisco Roque de Oliveira, investigador do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, fundado por Orlando Ribeiro,

No final dos anos 70 - e em grande medida como resposta à tese genérica sobre os modelos do urbanismo colonial ibérico proposta por Sérgio Buarque de Holanda na 2.ª edição de Raízes do Brasil, Orlando Ribeiro começa o seu grande projeto de Geografia Urbana: o estudo comparativo de cidades espanholas e portuguesas no mundo, estudo este que não teve tempo de terminar. Parte deste esforço materializou-se na escrita de

²⁶⁶ HANKE, Lewis, “The Portuguese in Spanish America, with special reference to the Villa Imperial de Potosí”, *Revista de História de América*, México, N.º 51, Junho de 1961, pp. 39-41.

²⁶⁷ HESPANHA, António Manuel. “A história na cultura portuguesa contemporânea”. in *Panorama da Cultura Portuguesa no Século XX*. Volume I. As Ciências e as problemáticas sociais. 2003. p. 325-350. (p. 334 e 335).

*uma série de textos sobre Toledo e em alguns apontamentos sobre Córdoba, bem como numa série de textos comparativos sobre cidades espanholas e portuguesas.*²⁶⁸

Já na primeira década do Século XXI, temos José Manuel Sobral como o académico português que mais se debruçou sobre SBH, fazendo significativas alusões ao historiador paulista no âmbito dos seus estudos. Por um lado, numa perspetiva comparada, chamando a atenção para a relevância da representação *buarqueana* da identidade nacional portuguesa²⁶⁹ (veio muito pouco explorado pela historiografia portuguesa e no qual, em boa medida, o presente estudo pretender inserir-se). Por outro lado, dando destaque à influência de SBH em Jorge Dias, a qual, embora não assumida, é sobremaneira evidente (Sobral chega a falar em apropriação) e tanto mais importante, dado o lugar central do exercício identitário psicológico-culturalista elaborado por Dias, do que seria uma personalidade coletiva portuguesa. Esse exercício ganha forma, sobretudo, n’*Os elementos fundamentais da cultura portuguesa*, escritos precisamente na viragem para a segunda metade do século XX (1950), e que constituem um texto essencial no debate sobre a identidade nacional portuguesa, tal como esta seria entendida até 1974, mas cuja preponderância não terminou aí.²⁷⁰ De certa forma, José Manuel Sobral veio retirar – ainda que parcial e indiretamente – SBH da penumbra que sobre ele projetou Gilberto Freyre; ou, por outras palavras e numa imagem análoga, moderar ligeiramente o brilho exercido pelo antropólogo pernambucano sobre historiadores e intelectuais portugueses e que continua a ofuscar outros nomes cruciais na relação do pensamento social brasileiro com Portugal.

²⁶⁸ Cf. OLIVEIRA, Francisco Roque de Oliveira, PAIVA, Daniel (org.), *Saberes Geográficos e Geografia Institucional - Relações luso-brasileiras no século XX*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 2019, p. 132.

²⁶⁹ SOBRAL, “Representações portuguesas e brasileiras da identidade nacional portuguesa no século XX”, 2010.

²⁷⁰ SOBRAL, José Manuel, “O Outro aqui tão próximo: Jorge Dias e a redescoberta de Portugal pela antropologia portuguesa (anos 70-80 do século XX)”, *Revista de Historia das Ideias*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Vol. 28, 2007, p. 479-526.

CAPÍTULO VI - RAMIFICAÇÕES E REGRESSOS

"Nem tudo o que é torto é errado.

Veja as pernas do Garrincha

e as árvores do cerrado."

Nicolas Behr

Chegados às “ramificações” do problema, debruçar-nos-emos sobre a forma como as ambivalências de *Raízes do Brasil* a respeito do legado ibérico, em parte resultantes da conturbada evolução no pensamento de SBH detalhada até aqui, ramificam sinuosamente – como, na natureza, galhos tortos se entrecruzam – no pensamento social brasileiro até aos nossos dias, contribuindo para a prevalência de raciocínios deterministas – por vezes simplistas – a respeito de complexos problemas estruturais na sociedade brasileira. Em seguida, iremos analisar como esse livro seminal e metamórfico se posiciona face ao emaranhado identitário luso-brasileiro, sofrendo influências e sendo agente influenciador das intrincadas tramas e urdiduras discursivas que cruzam o oceano, e depois tornam-se viagem, tecendo auto e heteroimagens em trajetos de ida e volta de ideias, conceitos, problemas, mitos, transtornos psicossociais (e suas formas de compensação), narrativas e discursos.

1. Galho torto, caso feio ou a tranquilidade de se ser o que se é

Darcy Ribeiro resume, com subtil ironia, o aporismo:

Para Sérgio Buarque de Holanda seriam características nossas, herdadas dos iberos, a sobranceira hispânica, o desleixo e a plasticidade lusitanas, bem como o espírito aventureiro e o apreço à lealdade de uns e outros e, ainda, seu gosto maior pelo ócio do que pelo negócio. Da mistura de todos esses ingredientes, resultaria uma certa frouxidão e anarquismo, a falta de coesão, a desordem, a indisciplina e a indolência. Mas derivariam delas, também, certo pendor para o mandonismo, para o autoritarismo e para a tirania”.

*Como quase tudo isso são defeitos, devemos convir que somos um caso feio, tamanhas seriam as carências de que padecemos. Seria assim? Temo muito que não.*²⁷¹

Este fatalismo simplista, este fado ibérico que Darcy questiona e recusa, está prenhe de contradições no debate público e acadêmico brasileiro, com duplicidade de critérios. Vemos, por exemplo, que os continuadores da *escola histórico-sociológica paulista*, centrada na USP, não parecem dispostos a lançar o mesmo olhar crítico sobre *Raízes do Brasil* que o seu iniciador, Florestan Fernandes, lançou, com justeza, sobre *Casa Grande & Senzala*. Arrasada a “democracia racial” de Gilberto Freyre, pela “suavização” que este faz da violência racial implícita no sistema colonial português, o intelectual pernambucano é elevado a “ideólogo do conservadorismo oligárquico”²⁷², herdeiro daquele sistema. Mas tal juízo severo a respeito de Freyre convive, sem alarde, nem aparente contradição, por mais paradoxal que tal nos possa parecer, com a continuidade dada por SBH às ideias expressas em *Casa Grande & Senzala* no que diz respeito a Portugal como fronteira genético-cultural da Europa, em presença de caracteres hereditários mouros e subsaarianos, representando isso, na visão do historiador paulista, um “empobrecimento” duma mais pura matriz europeia²⁷³ (mais empreendedora, mais disciplinada, menos personalista, com mais coesão social), a que já antes nos reportámos. Ou seja, foi também, segundo SBH, pela genética²⁷⁴ que “nós” tanto nos distanciámos d’ “eles”, os do norte.

Assim que, em meio a um feroz e justificado combate a preconceitos raciais na estrutura social brasileira, encontramos, não sem surpresa, uma tolerância implícita a esquemas interpretativos de base racial aplicados ao colonizador/opressor que jamais seriam tolerados – e bem – se aplicados ao colonizado/oprimido.

Outra ambiguidade de *Raízes do Brasil* e do pensamento de SBH, que se ramifica no presente, é sentida na oscilação entre, por um lado, a suposta ausência da Coroa

²⁷¹ RIBEIRO, *O povo brasileiro*, p. 329.

²⁷² PÉCORA, “A importância de ser prudente”, p. 23.

²⁷³ “*Os portugueses da época do descobrimento não eram europeus plenos, argumenta S. B. de Holanda. (...) Eles viviam em um território fronteiro entre a Europa e a África e são meio europeus, meio africanos/árabes*”, apud REIS, “Sérgio Buarque de Holanda”, 1999, p. 225. “*Para os viajantes ingleses dos séculos XVIII e XIX, os portugueses eram “os negros” da Europa.*” apud MOREIRA, Rafael, “Pedro e Jorge Reinel (at.1504-60): Dois cartógrafos negros na corte de d. Manuel de Portugal (1495-1521)”, *Terra Brasilis* (Nova Série), 4, 2015. Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/1209>.

²⁷⁴ Cf. WEGNER, “Legado ibérico e Americanismo: Explicação genética”, in *A conquista do Oeste*, pp. 38-40.

portuguesa da expansão territorial portuguesa rumo ao Centro-Oeste (que Jaime Cortesão contestou em 1952) e, por outro lado, as visões de uma “*excessiva centralização do poder*” e uma “*obediência cega*” atribuída aos portugueses, enquanto povo ibérico.²⁷⁵ A questão em redor da criação de “*uma opinião comum historiográfica sobre o carácter centralizador e estadualista do sistema político português*”²⁷⁶ deverá ser problematizada, tirando partido da reinterpretação desse tema encabeçada, em Portugal, por António Manuel Hespanha. Este publicou, em 1994, a sua tese de doutoramento intitulada *As vésperas do Leviathan: Instituições e poder político - Portugal, séc. XVII*, na qual argumentava que o sistema político português, durante o Antigo Regime, se caracterizava, incluindo no âmbito colonial, por “*pluralismo político e, logo, normativo*” e “*redução das funções da coroa a uma administração passiva (...), que se limitasse a fazer justiça, preservando os direitos adquiridos*”.²⁷⁷

Vinte anos depois, o mesmo Hespanha publica “Depois do Leviathan”, um pequeno artigo de doze páginas, onde em debate particular com Laura de Mello e Souza (e usando, em seu desfavor, citações da própria), alega que a sua tese doutoral se mantém plenamente válida e que o Brasil não seria exceção na dinâmica corporativista e localista da administração colonial portuguesa, mais que centralista:

(...) as conclusões que tirava para o Brasil nada tinham de surpreendente ou de extraordinário (...). De facto, se o policentrismo, o pluralismo jurídico-político, a confusão jurisdicional, a raquítica extensão do domínio periférico da coroa, se verificavam no Reino, um pedacinho territorial de 89 000 km², territorial e linguisticamente integrado desde o séc. XIII, como é que isto podia deixar de acontecer num imenso território, cujas costas estavam separadas da metrópole por mais de um mês de Oceano a atravessar, cujos interiores eram, para além disso, muito pouco acessíveis a partir da costa, um território enorme, dividido por sertões, por rios, por florestas, por nativos pouco dómitos, por colonos ainda mais indómitos e senhores de si, habituados à vida política de um “território de fronteira”? (...)

Os melhores intérpretes da realidade histórica do Brasil colonial não dizem outra coisa. Com raríssimas exceções, todos identificam o “sentido” da colonização portuguesa do Brasil com uma enorme falta de domínio do centro sobre a periferia, lamentando-a uns, como sinal de confusão e de irracionalidade, congratulando-se outros com ela, como sinal da vitalidade própria da sociedade brasileira. (...)

²⁷⁵ HOLANDA, *Raízes do Brasil* – Edição crítica, p. 54.

²⁷⁶ HESPANHA, “A história na cultura portuguesa contemporânea”, p. 333.

²⁷⁷ HESPANHA, António Manuel. “Depois do Leviathan”, *Almanack Braziliense*, n° 05, maio 2007, p. 56. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/alb/article/view/11658>.

*E, realmente, porque é que os portugueses haviam de ter como desígnio construir, no Brasil, uma sociedade diferente daquela que eles conheciam e em que viviam.*²⁷⁸

O que acima se transcreve também poderá ser considerado um rebate a Fernando Novais e ao seu *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, mas isso já são outros tantos que extravasam o cerne deste trabalho.²⁷⁹

O próprio SBH virá a reconhecer, anos mais tarde, em *Visão do Paraíso*, que a discricionariedade seria mais a regra que a exceção nos domínios coloniais portugueses:

*Sabe-se, por outro lado, que nas possessões ultramarinas sempre valera o ‘obedeçase, pero no se cumpla’, e isso era tão verdadeiro das colónias lusitanas quanto o era, notoriamente, das castelhanas.*²⁸⁰

Estes serão alguns dos muitos aspetos dúbios de *Raízes do Brasil*, a que já aludimos acima, resultantes de um “*patchwork*” incansável – e, em parte, inconseguido - do seu autor. Esta problemática não será de somenos importância, porquanto a duradoura ascendência intelectual de SBH e a sua posição referencial pouco contestada levam à perpetuação de remissões, por vezes simplistas, ao tempo colonial, para entender o Brasil moderno, e à persistência de determinados raciocínios explicativos de problemas estruturais na atual sociedade brasileira construídos sobre bases menos sólidas, menos lineares e menos definitivas do que muitos têm por certo.²⁸¹

Apesar de o Brasil já não ser uma sociedade rural e cerca de 85% dos brasileiros viverem em cidades²⁸², as teses de SBH radicadas no “*passado agrário*”²⁸³ continuam a ter larga aceitação no delineamento de nexos causais relativamente a problemas que as mais das vezes têm origem nos diversos fenómenos de urbanização acelerada e desregulamentada que ocorreram ao longo do século XX brasileiro e, maioritariamente, já depois de 1936. Como perguntam Andrea Slemian e Nuno Gonçalo Monteiro em resenha ao mais recente

²⁷⁸ HESPANHA, Op. cit., p. 61.

²⁷⁹ Para maior seguimento desta problemática, cf. SALLES, Wesley Dartagnan, “A quebra do paradigma ‘Sentido da Colonização’: notas sobre o debate historiográfico do Brasil Colonial, Antigo Sistema Colonial e Antino Regime nos Trópicos”, *Almanack*, Guarulhos, n.º 15, p. 245.293, que coloca em perspetiva o debate historiográfico entre a corrente “paulista”, centrada nas pesquisas de Fernando Novais, e a corrente “carioca”, a partir das teses de João Fragoso, Maria de Fátima Gouvêa e Manolo Florentino, destacando, nesse âmbito, a influência de António Manuel Hespanha neste segundo grupo.

²⁸⁰ HOLANDA, Sérgio Buarde de, *Visão do Paraíso – os motivos edénicos no descobrimento e colonização do Brasil*, São Paulo: Brasiliense; Publifolha, p. 374

²⁸¹ Cf. MARTINS, André Jobim, “Como o ‘homem cordial’”. Também SCHWARCZ, Lília M., *Sobre o autoritarismo brasileiro*, São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

²⁸² COSTA, “O Brasil de SBH”, p. 839.

²⁸³ Título original do terceiro capítulo de *Raízes do Brasil* (vd. nota 62).

livro de Lilia Schwarcz, “*será que o colossal e contínuo crescimento da violência homicida das últimas quatro décadas, com a crescente utilização das armas de fogo (...), é uma simples continuação [de um] padrão rural?*”²⁸⁴ Se as estruturas coloniais não perduraram por elas mesmas, nem se conservaram iguais ao que eram; se houve quem as mantivesse, reproduzisse, reinventasse, reconstruísse; por que razão omitir das teses explicativas sobre problemas tão atuais e prementes como a corrupção e a desigualdade qualquer contributo das “*imigrações brasileiras pós-coloniais, ou seja, as que tiveram lugar entre meados do século 19 e 20 – embora tenham tido papel decisivo na estruturação das elites e classes médias do Brasil*”²⁸⁵

Concluem aqueles autores que “*ao atribuir os males presentes a um passado colonial remoto, ao mundo agrário e às práticas das suas elites, a obra gera um efeito de ocultação, certamente involuntário*”.²⁸⁶ Poder-se-á também questionar se limitarmo-nos, de forma algo desresponsabilizadora, a uma procura genealógica na longa duração duma suposta patologia cultural, vasculhando na época colonial (e até medieval²⁸⁷) causas para os males do presente, não será, por transferência de culpa, um mecanismo de defesa do ego brasileiro.²⁸⁸

²⁸⁴ SLEMIAN, Andrea e MONTEIRO, Nuno Gonçalo, “Sob o autoritarismo brasileiro, sobre o lugar da História”, *Cult*, 5 de junho de 2020. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/sob-o-autoritarismo-brasileiro-sobre-o-lugar-da-historia/#.XtpvmjIIJmo.gmail>.

²⁸⁵ *Idem, ibidem*.

²⁸⁶ *Idem, ibidem*. Já Darcy Ribeiro nos alertava que as causas do descompasso brasileiro deveriam ser buscadas onde normalmente não o são, ao mesmo tempo que nos apontava para “*uma minoria dominante, espantosamente eficaz na formulação e manutenção de seu próprio projeto de prosperidade*”. In RIBEIRO, *O povo brasileiro*, p. 330.

²⁸⁷ Raymundo Faoro, por exemplo, faz remontar à crise dinástica que leva ao fim da Dinastia Afonsina e à Revolução de 1383-85, em Portugal, a explicação do génesis da estrutura “estamental” do moderno Estado brasileiro. FAORO, Raymundo, *Os donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*. São Paulo: Globo, 2017, Cap. II.

²⁸⁸ Naturalmente que se trata de um problema muito mais do que historiográfico, estando carregado de ressonâncias políticas. Em recente entrevista ao semanário português EXPRESSO, o Embaixador de Portugal no Brasil, Luís Faro Ramos, deu a seguinte resposta à questão:

P: “*Como se explica que ainda existam vozes públicas que procuram justificações para as desigualdades sociais que existem no Brasil nos três séculos de colonialismo que precederam a independência, há 200 anos?*”

R: “*Esta pergunta inicial é interessante, porque toca num ponto polémico e até hoje inconclusivo. Quando falamos de colónias em Portugal, normalmente o Brasil não é referido. Por seu turno, o Brasil, que se tornou independente de Portugal há 200 anos, ainda procura, por vezes, justificar a sua desigualdade social com a colonização portuguesa. Há um debate que não se verifica apenas nas elites. E nesse debate entram questões que lhe dão complexidade acrescida, como a interrogação sobre hábitos que se abandonaram há muito em Portugal e persistem no Brasil.*”

Apud <https://expresso.pt/exclusivos/2021-12-17-Embaixador-de-Portugal-em-Brasilia-ao-Expresso-Quando-falamos-de-colonias-normalmente-o-Brasil-nao-e-referido-0d60d317> (17.12.2021)

Tendo em conta que as elites sociais de S. Paulo são, em bom quinhão, extraídas dessas imigrações brasileiras pós-coloniais (de italianos, espanhóis, franceses, flamengos), temos mais um fator explicativo do fenómeno de exteriorização de SBH face ao cidadão brasileiro comum; da dicotomia nós/eles em que o historiador paulista se coloca no prato do “eles”. Na perspectiva dessa elite, criticar a matriz cultural portuguesa é criticar as outras regiões do Brasil, é criticar o outro, o ‘brasileiro’ acima de quem o crítico se coloca.

O filme *Bacurau* (2019), escrito e dirigido (realizado) pelo recifense Kleber Mendonça Filho, elabora uma poderosa alegoria em torno justamente desta dissociação do paulista em relação ao resto dos seus concidadãos brasileiros.²⁸⁹

Com efeito, muitos destes raciocínios, destas explicações, destas remissões já nem caberão, por inteiro, no plano do racional, do consciente, uma vez que, com Pedro Meira Monteiro, “talvez se possa afirmar que *Raízes do Brasil* já pertence ao inconsciente coletivo do Brasil.”²⁹⁰, o que se relaciona com as teses de Souza sobre como o país se deixa manipular pela sua elite, sendo o ensaio primeiro de SBH parte duma certa visão dos factos, que se quer persistente e insofismável, um pilar do “*status quo*”. Afigura-se aqui apropriado recorrer ao Teorema de Thomas que, em Sociologia, postula que se o observador define certa situação como real, mesmo que o não seja, ela será real nas suas consequências.²⁹¹ Assim, a interpretação de uma situação – mesmo que não objetiva, mesmo que afetada por perceções subjetivas – causa a ação e influencia o presente.

Em depoimento recente, Eduardo Gianetti considera que a “*tradição brasileira da identidade, da busca da identidade (...) se deu de uma maneira muito unilateral para trás. Todos os grandes autores dessa linhagem, eles buscam retrospectivamente o que*

²⁸⁹ O enredo da longa-metragem gira em torno de turistas estrangeiros (norte-americanos, presume-se) que se instalam numa povoação do sertão pernambucano (Bacurau), para praticar uma espécie de “safari de caça” mas com humanos. No caso, nordestinos. Nesse contexto, um casal de paulistas surge retratado como colaboracionista dos estrangeiros na matança dos locais, com quem aqueles afirmam “não ter nada a ver”. Ironicamente, acabam humilhados pelos norte-americanos, que os vêem apenas como “brasileiros”. Mas, para os paulistas, “brasileiros são os outros”. Uma das derradeiras cenas do filme – o enterro das vítimas do morticínio – é reveladora: no cemitério, uma voz fúnebre enuncia um-a-um todos os defuntos, cujos sobrenomes (apelidos) são, sem exceção, inequivocamente portugueses.

²⁹⁰ MONTEIRO, *Signo e desterro*, p. 9.

²⁹¹ THOMAS, W.I. e THOMAS, D.S., *The child in America: Behavior problems and programs*. New York: Knopf, 1928, p. 571-572. William I. Thomas que, por sinal, foi lido por SBH e é citado em nota ao segundo capítulo de *Raízes do Brasil*. Utilizando a teoria dos “quatro desejos fundamentais” de Thomas, SBH atribui desejos de (i) novas sensações e (ii) consideração pública ao “aventureiro” e desejos de (iii) segurança e (iv) correspondência ao “trabalhador”. HOLANDA (2016), p. 107.

seria uma identidade brasileira. (...) a maneira como o Brasil se constituiu no passado.”

²⁹². SBH foi, de entre esses autores, um dos que mais vasculhou nesse passado. Assim, querendo-se recentrar no presente e duma forma prospetiva as questões da identidade brasileira, cremos ser importante destacar que, na edição *príncipeps* de *Raízes do Brasil*, não ocorria o renegar – o esconjuro, chamemos-lhe – da originalidade (luso)brasileira, posição que veio a ocupar lugar central nas edições seguintes daquela obra. Luiz Feldman considera que, então, “*outro ângulo de visão parecia possível*” a SBH, que não passasse forçosamente pela adoção dos “*conceitos modernos*”, do cânone ocidental, sendo admitida uma “*leitura que não descartava o valor do personalismo e da aventura*”.²⁹³ Mesmo tomando como referência a 3.^a edição (1956) de *Raízes do Brasil*, Darcy Ribeiro ainda considera que SBH não descartou esse valor por completo:

*Muito pior teria sido, talvez, e Sérgio o reconhece, o contrário de nossos defeitos, tais como, o servilismo, a humildade, a rigidez, o espírito de ordem, o sentido de dever, o gosto pela rotina, a gravidade, a sisudez. Elas bem poderiam nos ser ainda mais nefastas porque nos teriam tirado a criatividade dos aventureiros, a adaptabilidade de quem não é rígido mas flexível, a vitalidade de quem enfrenta, ousado, azares e fortunas, a originalidade dos indisciplinados.*²⁹⁴

Soprando esta centelha de uma lusofilia, depois recalçada, que teima em não sucumbir, Pedro Meira Monteiro afirma, em ensaio de 2009 já antes citado, que embora “*não seja explicitamente referido n'O espelho de Próspero, parece razoável supor que o livro de Richard Morse seja uma espécie de reescritura de Raízes do Brasil, capaz de radicalizar a promessa ibero-americana que brilha, também, no horizonte de Sérgio Buarque de Holanda.*”²⁹⁵

Sem pretensões de corrigir Monteiro, diríamos que Morse, em 1988, não reescreveu *Raízes do Brasil* antes recolocou essa obra seminal num estádio mais próximo daquele que era o seu, originalmente, em 1936. Um estádio onde SBH ainda sentia, na companhia muito posterior do norte-americano, “*legitimamente a sedução da herança ibérica, sem*

²⁹² GIANETTI, Eduardo, depoimento para o site Fronteiras do Pensamento. Publicado 8 jun 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Aav7mYmr4OE>. Acesso em: 10 jun. 2020.

²⁹³ FELDMAN, *Clássico por amadurecimento*, 2016, p. 61 e 65

²⁹⁴ In RIBEIRO, Darcy, *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*, 3.^a edição, São Paulo: Global Editora, 2015, p. 330.

²⁹⁵ MONTEIRO, “As raízes do Brasil no espelho de Próspero”, p. 159. Cf. Morse, Richard M., *O espelho de Próspero: cultura e ideias nas Américas*, São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

que isto o leve, necessariamente, a edulcorar o passado colonial ou pré-colonial”.²⁹⁶ Um estádio em que se permite Portugal refletido de corpo-inteiro no Brasil, ambos os polos, negação e afirmação, *chiaro-oscuro*, a umbria e a luz, tal como Robert Wegner soube vislumbrar, como vimos antes, em *Monções* e *Visão do Paraíso*.

Ocorre que, conforme aponta Assis, a “*pesquisa historiográfica em torno da obra de Sérgio Buarque de Holanda (...) é marcada por uma concentração desproporcional e (...) injustificada no primeiro e mais famoso dos seus livros*”, sendo que apontar as fragilidades dessa obra (admitidas pelo próprio autor) “*corresponde a remar contra uma forte maré intelectual*”. Robert Wegner e Mariana Françaço, entre outros, despontam entre aqueles cujos trabalhos, só mais recentemente, vêm “*colocar em foco os textos de Sérgio Buarque de Holanda acerca da expansão territorial brasileira*”, como *Monções* e *Caminhos e Fronteiras*, obras nas quais o historiador paulista parece mais aproximar-se dos já citados Ricupero e Goes Filho na valorização de algo especial na forma como foi construído o legado fronteiriço deixado pelos portugueses.²⁹⁷

Será curioso notar que – 86 anos depois de SBH, 34 depois de Morse – Gianetti vem afirmar a “*possibilidade de surgir alguma coisa original no Brasil*” que passe por

*“conquistar um mínimo de organização da nossa vida coletiva sem ter que abrir mão de uma espontaneidade, daquilo que Rousseau chamava o doce sentimento da existência. Se nós soubermos respeitar e valorizar e cultivar isso, e ao mesmo tempo alcançarmos um certo padrão de civilização, eu acho que nós temos algo de realmente novo e importante. (...) A tranquilidade de sermos o que nós somos.”*²⁹⁸

Para Gianetti a concretização do “*sonho brasileiro*”, a afirmação da singularidade do Brasil no futuro, não passará pela abdicação mas pela sustentação da “*vitalidade iorubá filtrada pela ternura portuguesa*”. SBH, em 1936, talvez pudesse ter concordado.

²⁹⁶ MONTEIRO, Signo e desterro, p. 232, nota 184.

²⁹⁷ ASSIS, “A teoria da história como hermenêutica da historiografia”, 2010, p. 93.

²⁹⁸ GIANETTI, depoimento para *Fronteiras do Pensamento*.

2. Torna-viagem no emaranhado da (super)identidade luso-brasileira

Boa parte da obra de SBH, e em especial *Raízes do Brasil*, insere-se num exercício de determinação psicológico-culturalista de uma espécie de identidade essencialista coletiva. Um esforço que foi relativamente frequente, tanto no Brasil, como em Portugal (com destaque para Mendes Correia e depois Jorge Dias), nos dois primeiros terços do século XX. No caso em apreço, a demanda seria por identificar um ‘ser brasileiro’, partindo, em grande medida, de uma procura apriorística por um ‘ser português’.

Esta determinação inicial revela-se incontornável tendo em conta que, como o historiador paulista observa, com notas de desalento, logo no final do primeiro capítulo:

*“Nem o contato e a mistura com raças aborígenes fizeram-nos tão diferentes dos nossos avós de além-mar como gostaríamos de sê-lo. No caso brasileiro, a verdade, por menos sedutora que possa parecer a alguns dos nossos compatriotas, é que ainda nos associa à Península Ibérica, a Portugal especialmente, uma tradição longa e viva, bastante viva para nutrir, até hoje, uma alma comum, a despeito de tudo quanto nos separa. Podemos dizer que de lá nos veio a forma atual de nossa cultura; o resto foi matéria plástica que se sujeitou mal ou bem a essa forma”.*²⁹⁹

E nesse desenho de uma suposta identidade portuguesa, conforme já apontámos acima, SBH decalca, quase por inteiro, os traços delineado por Gilberto Freyre na interpretação sociológica avançada em *Casa-grande e Senzala*.

²⁹⁹ HOLANDA, S. B. de, *Raízes do Brasil*, Edição Crítica, São Paulo, Companhia das Letras, 2016, pp. 55 e 56.

Após alterações nas segunda e terceira edições do seu livro de estreia, a passagem em causa passará a ler-se: *“Nem o contato e a mistura com raças indígenas ou adventícias fizeram-nos tão diferentes dos nossos avós de além-mar como às vezes gostaríamos de sê-lo. (...) Podemos dizer que de lá nos veio a forma atual de nossa cultura; o resto foi matéria ~~plástica~~ que se sujeitou mal ou bem a essa forma”.*

Não deixa de ser curiosa a eliminação do qualificativo “plástica”. SBH parece aperceber-se que a plasticidade que, como já vimos, atribuíra aos portugueses – na pegada de Freyre – e que seria definidora da “raça” destes não poderia ser qualidade irremediavelmente distribuída por outras “raças”, indígenas ou adventícias (sejam africanos, italianos, alemães ou sírio-libaneses).

O uso da noção de “raça”, por vezes de forma indistinta com conceitos como “cultura”, seria, aliás, também merecedor de análise cuidada e reveladora do essencialismo que perpassa e marca, de forma distintiva, *Raízes do Brasil*.

Irei explorar, nesta última etapa deste trabalho, a forma como *Raízes do Brasil* se insere e acrescenta complexidade ao emaranhado de questões identitárias que unem (e separam) Brasil e Portugal, e de que maneira tal se relaciona com atavismos lusotropicalistas e a autoimagem portuguesa construída no Estado Novo (1926-1974), para a qual as interpretações e representações oriundas do Brasil terão sido, a meu ver, decisivas.

Lembremos que José Manuel Sobral, ao abordar a “*identidade nacional portuguesa no século XX*” opta por colocar lado-a-lado, em quadrilha, dois autores portugueses (Mendes Correia e Jorge Dias) e dois autores brasileiros (Gilberto Freyre e SBH). Sobral logo responde à pergunta que se faz implícita: “*As razões que nos levam a tratar de dois autores brasileiros devem-se ao facto de ambos inserirem a sua visão particular de Portugal e dos portugueses nas interpretações que produziram sobre o Brasil: os seus retratos dos colonizados estão ligados aos seus retratos do colonizador.*”³⁰⁰

Santos Silva avança duas orientações opostas que “*a investigação e o discurso sobre a identidade nacional portuguesa têm seguido, nos tempos mais próximos de nós*”. A primeira dessas orientações:

*“indaga de atributos que pudessem ser atribuídos ao conjunto dos portugueses e se revelassem como constantes ao longo da respetiva história. Eles definiriam uma matriz cultural distintiva, ancorada na base populacional, e que seria mais um fator do que um efeito da evolução histórica. Constituindo “elementos fundamentais”, como dirá Jorge Dias, da nossa cultura, tenderiam a compor uma espécie de personalidade coletiva.”*³⁰¹

Esta orientação intelectual será marcada pela diferenciação psicológica, pela tentativa de identificar, captar ou retratar uma determinada “*mentalidade*” ou “*maneira de ser*” dos portugueses, que, com adaptações de tempo e espaço, se vem a declinar nos brasileiros). Santos Silva posiciona, nesta corrente, Oliveira Martins e também Gilberto Freyre, ambos visando isolar, à sua maneira, a “*particularidade quase ontológica do ‘ser nacional’*”

³⁰⁰ SOBRAL, “Representações portuguesas e brasileiras”, p. 125.

³⁰¹ SILVA, Augusto Santos, “Como abordar a identidade nacional portuguesa?”, Revista Todas as Artes, Porto, Vol. 1, n.º 1, 2018, pp. 11 e 12.

português”, tal como terá tentado fazer, na sua abordagem específica, Agostinho da Silva. Já fora do campo das ciências sociais, o mesmo desiderato caracteriza a produção de Teixeira de Pascoaes ou de Agustina Bessa-Luís, na literatura, e de Manoel de Oliveira, no cinema.³⁰²

Mas a principal e “*mais complexa formulação*” desta orientação será o antropólogo português Jorge Dias, e o seu “*ensaio de síntese*”,³⁰³ “Os elementos fundamentais da cultura portuguesa”, ao qual já demos devido foco em capítulo precedente, mostrando como Dias se apropriou de elementos e ideias provindos de *Raízes do Brasil*. Naturalmente que, dando continuidade ao raciocínio, situamos SBH nesta orientação, na medida do seu retrato essencialista do colonizador português para explicar o Brasil que tentou interpretar.

Já a segunda orientação, segundo Santos Silva, vê a identidade como “*processo geo-histórico*”, sem referência a “*traços psicológicos*” mas antes partindo de elementos como território, economia e sociedade para descrever a forma como estes se combinaram e interagiram ao longo do tempo histórico para formar Portugal³⁰⁴. Neste caminho que se afasta de noções meta-históricas de identidade, pontuariam na geografia humana e na historiografia portuguesas, Orlando Ribeiro, José Mattoso e Vitorino Magalhães Godinho. Este é o rumo “*que nos afasta de essencialismos e primordialismos e nos coloca na senda certa – que é, não procurar o único que estaria fora do tempo e antes da história, e só alguns povos teriam, mas sim o único que todas as sociedades possuem, porque cada complexo de atributos e dinâmicas sociais, é que é sempre, para todas e cada uma, próprio e distintivo.*”³⁰⁵

A microafinação do instrumento de pesquisa sobre a identidade, qualquer que ela seja, exige ainda assumir a perspectiva de que aquela se baseia sempre em representações – começando pela autorrepresentação – e em múltiplos discursos.³⁰⁶

³⁰² *Idem, ibidem.*

³⁰³ *Idem, ibidem.*

³⁰⁴ *Idem, ibidem.*

³⁰⁵ SILVA, op. cit, p. 16.

³⁰⁶ SILVA, op. cit, p. 19.

Na redescoberta do meu próprio país, que fui fazendo ao longo deste trabalho e a que já aludi na introdução, uma das facetas que mais me surpreendeu foi perceber quanto do discurso português sobre Portugal – *a imagologia portuguesa*, de Eduardo Lourenço³⁰⁷ – é construído no Brasil; e como se evidencia, nas interseções da construção, em paralelo, das identidades brasileira e portuguesa, um interessantíssimo efeito torna-viagem.

“*O sermos portugueses noutros lugares e em relação com outras gentes até nos tornarmos outros*”, que Santos Silva destaca a partir de Lourenço³⁰⁸, não ocorre só no plano das gentes, que voluntariamente se fazem ao mar ou são forçadas à diáspora, mas também no plano das ideias, da intelectualidade, dos conceitos de si, que também atravessam o Atlântico e que regressam diferentes do que partiram, chamando-se-lhe ‘brasileiros’ como se fossem um personagem de Eça de Queiroz (ele próprio filho de pai carioca, tendo sido cuidado, na infância, por uma ama negra pernambucana).³⁰⁹

Tal como o fado – a canção mais portuguesa – terá nascido no Brasil,³¹⁰ também parte importante da autorepresentação de Portugal começa a ser ‘cantada’ a sul do Equador.

³⁰⁷ LOURENÇO, Eduardo, *O Labirinto da Saudade: psicanálise mítica do destino português*, Rio de Janeiro: Tinta da China, 2016, p. 20.

³⁰⁸ SILVA, “Como abordar a identidade nacional portuguesa?”, 2018, p. 19.

³⁰⁹ VASCONCELLOS, Gilberto, “Eça de Queirós, antibrasileiro? Brasil, Portugal e o progresso da decadência”, Folha de S. Paulo, 21 de outubro de 2000. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2110200013.htm>

³¹⁰ As investigações do eminente musicólogo Rui Vieira Nery, entre outros, assim o indicam, com origem mais remota do fado no *lundum* africano. Limitemo-nos a reproduzir uma deliciosa passagem de *Memórias de um sargento de milícias*, de Manuel António de Almeida, escrito entre 1852 e 1853, e cuja acção reporta ao início do séc. XIX, no Rio de Janeiro, aos anos brasileiros de D. João VI, quando a palavra ‘fado’, enquanto género musical, não era sequer conhecida ou proferida na Metrópole. Escreve aquele autor que o fado era, então, coisa de ciganos e se fazia assim:

“Todos sabem o que é fado, essa dança tão voluptuosa, tão variada, que parece filha do mais apurado estudo da arte. Uma simples viola serve melhor do que instrumento algum para o efeito.

O fado tem diversas formas, cada qual mais original. Ora, uma só pessoa, homem ou mulher, dança no meio da casa por algum tempo, fazendo passos os mais difíceis, tomando as mais airozas posições, acompanhando tudo isso com estalos que dá com os dedos, e vai depois pouco e pouco aproximando-se de qualquer que lhe agrada; faz-lhe diante algumas negaças e viravoltas, e finalmente bate palmas, o que quer dizer que a escolheu para substituir o seu lugar.

Assim corre a roda toda até que todos tenham dançado.

Outras vezes um homem e uma mulher dançam juntos; seguindo com a maior certeza o compasso da música, ora acompanham-se a passos lentos, ora apressados, depois repelem-se, depois juntam-se; o homem às vezes busca a mulher com passos ligeiros, enquanto ela, fazendo um pequeno movimento com o corpo e com os braços, recua vagarosamente, outras vezes é ela quem procura o homem, que recua por seu turno, até que enfim acompanham-se de novo.

Há também a roda em que dançam muitas pessoas, interrompendo certos compassos com palmas e com um sapateado às vezes estrondoso e prolongado, às vezes mais brando e mais breve, porém sempre igual e a um só tempo.

Certamente, pela voz e pena de Gilberto Freyre – o que não constitui por certo novidade, como já vimos. O seu lusotropicalismo, adotado pelo Estado Novo, subjaz, ainda hoje, com pertinaz durabilidade, numa certa maneira dos portugueses imaginarem “*o seu passado através de uma mitologia responsável pelo fim da nossa história de nação colonizadora*”, insistindo em não se desvincular por completo “*da antiga cultura arcaico-imperialista*”, de acordo com Eduardo Lourenço.³¹¹

Mas também, por essa via menos conhecida, mas já avistada por José Manuel Sobral, da caracterização essencialista traçada por SBH em *Raízes do Brasil* e apropriada, seletivamente, por Jorge Dias n’ “Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesas”. Aí se desenhou uma ‘personalidade’ lusa, de inspiração *buarqueana*, e se proporcionou uma “*visão da história e da essência portuguesa*” com forte impacto académico e nas estruturas mentais do seu tempo – com persistência até à atualidade – e que “*revela-se adequada a uma retórica oficial que proclama a unidade entre aquém e além-mar e que postula a existência de um povo português alargado a todos pela assimilação*”.³¹²

Esse alargamento transatlântico da ‘essência portuguesa’ é, aliás, postulado no artigo “Paralelismo no processo de formação das nações”, que o antropólogo português publicou, em 1956, na *Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes*, de Curitiba. De acordo com João Leal, as teses desse artigo a respeito de uma “*área cultural luso-brasileira*”, procuram expandir

Além destas há ainda outras formas de que não falamos. A música é diferente para cada uma, porém sempre tocada em viola. Muitas vezes o tocador canta em certos compassos uma cantiga às vezes de pensamento verdadeiramente poético.

Quando o fado começa custa a acabar; termina sempre pela madrugada, quando não leva de enfiada dias e noites seguidas e inteiras.” In ALMEIDA, Manuel António de, Memórias de um sargento de milícias, São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013, pp. 58-59.

³¹¹ LOURENÇO, *O Labirinto da Saudade: psicanálise mítica do destino português*, 2016, pp. 13-14. Dominique Day, presidente do Grupo de Trabalho de Peritos das Nações Unidas sobre Pessoas com Ascendência Africana, que entre 28 de novembro e 6 de dezembro de 2021, visitou Portugal, manifestou-se surpreendida com a constatação da identidade nacional portuguesa ainda ser assaz definida pelo passado colonialista: “*O colonialismo e o papel de Portugal na criação da economia transnacional moderna – a qual, sabemos, foi baseada na comercialização de pessoas como eu – continuam sendo fonte de orgulho, mesmo que a brutalidade racial e os abusos de direitos humanos sejam conhecidos*”. In PAIXÃO, Mayara, “*Racismo à portuguesa cresce com a ultradireita e orgulho colonial*”, Folha de S. Paulo, 13 de dezembro de 2021. O principal problema não estará tanto no justificado orgulho no pioneirismo marítimo mas na frequente indisponibilidade para perspetivar o lado menos solar dessa epopeia, os seus impactos noutros povos – impactos esses muitas vezes duradouros até hoje – e a persistência numa visão benevolente da colonização portuguesa. Lewis Hanke, em 1961, já não relatava que os portugueses consideravam em geral ter aplicado as políticas mais cristãs e mais benevolentes em relação a outros povos (In HANKE, Op. Cit. P. 44). Em boa medida, ainda consideram.

³¹² SOBRAL, “*Representações portuguesas e brasileiras*”, 2010, p. 136.

*o seu projeto de caracterização de grandes conjuntos culturais – que [Dias] começou por ensaiar em relação à cultura nacional portuguesa – para o espaço mais vasto luso-brasileiro. Subjacente a essa operação encontra-se (...) a valorização das continuidades culturais entre Portugal e o Brasil.*³¹³

Na mesma linha, Ana Teles da Silva observa o difusionismo subjacente em Dias:

*Essa forma de enxergar o Brasil como uma continuidade da cultura portuguesa, mesmo com influências externas, talvez se explique em função da visão difusionista particular de Dias. (...) Assim, o Brasil seria visto como um exemplo de expansão do caráter nacional português, na medida em que a colonização permitiu a difusão da cultura portuguesa, e em alguma medida – apesar de outros elementos miscigenadores – a sua continuidade alhures.*³¹⁴

Sem nos iludirmos sobre uma suposta continuidade cultural quase perfeita imaginada pelo antropólogo português, o seu difusionismo dir-se-ia aplicar-se também à problemática da especificidade da autorrepresentação portuguesa, tal como a observou Eduardo Lourenço, retomada por Santos Silva: em que o “*problema identitário tomou tão grandes proporções*”; em que insistentemente perguntamos quem somos; em que os nossos intelectuais repetem um enunciado de “*um problema maior do que o que a história havia definido, por assim dizer empolando uma imagem superidentitária*”.³¹⁵

Entre os intelectuais que mais emiuçaram o problema identitário português, ‘coçando-o’ até fazer ferida, despontam certamente os da Geração de 70 (ou de Coimbra), com fortes ligações ao grupo dos ‘Vencidos da Vida’, agremiações em que se movimentam e se destacam nomes já aqui referidos como Antero de Quental, Eça de Queiroz, Oliveira Martins ou Ramalho Ortigão. O desencanto e frustração dessa geração e a sua (auto)crítica mais ou menos certa – sempre ácida e altiva, como seria próprio do seu elitismo diletante – viajaram nos porões dos navios e nas páginas dos livros ou dos jornais, tendo continuidade interpretativa no Brasil, com reflexo particular no pensamento social brasileiro da década de 1930 em diante. As influências serão mais intermediadas que diretas, mas poderemos, por exemplo, invocar, com Matheus Silveira Lima, a análise precursora de Antero de Quental sobre a difícil compabilidade do catolicismo trentino com a mentalidade capitalista, antecipando os estudos de Max Weber sobre a *ética*

³¹³ LEAL, “Os anos brasileiros de Jorge Dias”, § 21.

³¹⁴ SILVA, Ana Teles da, «Correspondências de cientistas sociais brasileiros para Jorge Dias», 2016, p. 626.

³¹⁵ SILVA, “Como abordar a identidade nacional?”, p. 19.

protestanta, e a influência weberiana na caracterização da sociedade portuguesa feita por SBH em *Raízes do Brasil*.³¹⁶

Claro que ao problematizar a Península Ibérica e, em particular, Portugal – a sua longa decadência, a sua relação difícil com a modernidade, os seus atavismos culturais e identitários – o pensamento social brasileiro da primeira metade do século XX não se cingiu às perspectivas da Geração de Coimbra, abarcando, nas suas leituras, desde Herculano a João Lucio de Azevedo, ou uns já contemporâneos Antonio Sérgio ou Jaime Cortesão.³¹⁷ Não queremos ser – nem poderíamos ser – exaustivos numa tal enumeração: as influências são tantas, tão espraiadas no tempo, e tão cruzadas que seria um exercício espúrio elencá-las aqui. O importante a reter é que esses intelectuais que passam a dedicar-se a pensar o Brasil veem-se na inevitabilidade de, como etapa prévia, pensar Portugal. Como tal, essa produção histórico-sociológica brasileira será incontornavelmente marcada pela difícil relação da intelectualidade lusa consigo própria e com o seu país, relação essa marcada por dinâmicas de fraca autoestima, induzida ou agravada pela sobrestimação do seu objeto de estudo.

Inversamente, vemos também como algumas dessas dinâmicas e ideias, pela mão de Gilberto Freyre e SBH, fazem o percurso de torna-viagem, acabando por exercer influência sobre conceitos e constructos que dominarão os discursos identitários em Portugal, sobretudo durante a segunda metade do século XX. Na verdade, as problemáticas e o questionamento identitário português e brasileira acabam por interagir e se intercruzar frequentemente, estando em constante fluxo e refluxo entre as duas margens do Atlântico, com manifestações hodiernas e as mais diversas.³¹⁸

³¹⁶ LIMA, “Portugal e o Iberismo na Sociologia Política brasileira”, 2011, p. 145.

³¹⁷ LIMA, “Portugal e o Iberismo na Sociologia Política brasileira”, 2011, p. 155.

³¹⁸ A mais recente e visível expressão talvez seja a polémica em torno do livro do jornalista português Carlos Fino, *Portugal-Brasil: Raízes do Estranhamento*, obra de 504 páginas fruto da sua tese de doutoramento em Ciências da Comunicação na Universidade do Minho, em conjunto com a Universidade de Brasília (FINO, Carlos, *Portugal-Brasil: Raízes do estranhamento*, Lisboa: Lisbon International Press, 2021). Carlos Fino debruça-se longamente sobre as raízes e ramificações modernas de certas dinâmicas de antilusitanismo na sociedade brasileira. Para além da análise do livro em si, que não cabe aqui fazer, a questão ganha maiores contornos quando Carlos Fino dá uma entrevista, publicada em simultâneo na *Folha de S. Paulo* e no jornal *Público*, no dia primeiro de janeiro de 2022, com o título “*O Brasil tem vergonha da herança portuguesa*”, onde lamenta a “*persistência do português como sujo, como burro*”, alvo de piadas humilhantes e onde se pode ler que “*Portugal corre o risco de ver a sua memória histórica no Brasil apagada*”. O tom da entrevista gerou controvérsia. Nos jornais e nas redes sociais. A Folha de S. Paulo foi ouvida académicos brasileiros (Gladys Sabina Ribeiro, Thiago Krause, Ana Paula Costa e Lourenço Cardoso), o ex-ministro e ex-Presidente da Câmara dos Deputados Aldo Rebelo, e o antropólogo português João Leal (já referenciado neste trabalho), sendo todos unânimes em “*rechaçar a tese de lusofobia entre*

CONCLUSÕES

Regresso ao que referi na introdução deste trabalho sobre o meu propósito inicial de compreender, na medida possível, as causas do aparente erro de paralaxe entre a minha visão de Portugal e a de SBH. Nesse intento, um desiderato maior: contribuir para corrigir – na medida das minhas capacidades – defeitos ou falhas de percepção mútua que ainda dividem brasileiros e portugueses.

Tendo isso em mente, não nos iremos demorar, nesta fase, a respeito das **teses explicativas** que já avançámos para dar racionalidade à metamorfose operada por SBH em *Raízes do Brasil* no que concerne a avaliação da herança ibérica, que incluem a apropriação da matriz interpretativa de Casa Grande & Senzala a que se segue, a partir da segunda edição, **uma “desfreyrização” superficial da obra**, que também repercute nas perspetivas sobre a tradição ibérica; **a distanciação do varguismo**, cujos intelectuais sentiram afinidades no substrato autoritário da edição de 1936; e **a importância de Antonio Candido** na trajetória do livro e na sua aproximação a leituras materialistas da História.

Mas assume particular preponderância a **centralidade do pensamento organicista**, trazido de Berlim, na primeira edição de *Raízes do Brasil*; como isso explicará, em parte, o porquê de uma **perspetiva maioritariamente positiva do legado português, expressa**

brasileiros”, criticando os argumentos de Carlos Fino, cuja premissa se revela algo anacrónica e enquistada no pressuposto de um velho anti-lusitanismo que já pouco existe (ou, pelo menos, já não ocorre com a gravidade que aquele autor alega manter-se na atualidade). Com efeito, baseando-se em “hétero-imagens” relacionadas com as características da massiva emigração portuguesa para o Brasil nos finais Séc. XIX e início Séc. XX, tais sentimentos estiveram ligados “*a acirradas disputas no incipiente mercado de trabalho da época, quando a mão de obra de imigrantes portugueses era favorecida em detrimento de cidadãos brasileiros*”, conforme explica a historiadora Gladys Sabina Ribeiro (In MIRANDA, Giuliana, PAIXÃO, Mayara, Paixão, “*Acadêmicos rechaçam tese de lusofobia entre brasileiros*”, Folha de S. Paulo, 8 de janeiro de 2022). Parecendo não querer centrar o seu objeto de estudo sobre a atual terceira década do séc. XXI, Fino subvaloriza o expressivo aumento das trocas e dos fluxos a que temos assistido entre os dois países, em diversas áreas, algumas mediaticamente muito relevantes, nomeadamente o desporto. Tais dinâmicas não podem ser menosprezadas, até porque, como referiu o Embaixador português Luís Castro Mendes (em troca com Carlos Fino nas redes sociais), “*as percepções culturais não se mudam por decreto. Discutem-se e põem-se a claro. Mas não se mudam por iniciativa estatal.*” Isto porque Fino advoga, na sua tese, por eventuais vantagens duma intervenção pública forte no sector da comunicação no espaço luso-brasileiro, chegando a prescrever arranjos político-diplomáticos semelhantes aos tentados por António Ferro, na década de 1940, para reposicionar a imagem de Portugal junto do público brasileiro. Parece existir, por detrás da visão de Carlos Fino, uma dificuldade em conceber o Brasil como país plenamente estrangeiro, o que parece entroncar nas teses de continuidade imaginada por Jorge Dias sobre uma ‘*área cultural luso-brasileira*’. Independentemente do maior ou menor mérito da tese e do livro, as bases pouco salutares da discussão mediática daí resultante parecem indiscutíveis.

por SBH, em 1936; o contexto político-ideológico do pós II Guerra Mundial e da redemocratização no Brasil que levam, em 1948, o autor a rever profundamente elementos de índole nacional-autoritária na sua obra inaugural; como isso implica abandonar lógicas valorativas das raízes lusítanas, nomeadamente o personalismo; e como esse esforço de revisão teve continuidade na edição seguinte, em 1956, quando o texto do livro se consolida, grosso modo, na versão que hoje conhecemos.

Portanto, SBH elogia (pré-1948) ou desmerece (pós-1948) a tradição ibérica ou portuguesa não em função do seu valor intrínseco mas em função de outros elementos mais centrais da sua equação pessoal e autoral, que, interagindo com a dinâmica histórica global, o forçam a alterar o seu quadro conceptual e a sua interpretação da realidade.

Vimos, depois, como, em obras posteriores, certos aspetos da colonização lusa acabam por ser valorizados porque tal se faz necessário ou incontornável por forma a enaltecer a expansão paulista. Mais uma vez a valorização, desta feita positiva, de elementos da raiz portuguesa é efeito colateral.

Aqui, **uma primeira conclusão: para SBH, Portugal é um assunto que gravita em torno do seu tópico central – o problema brasileiro** – e cuja caracterização se acomoda sempre para melhor servir o processo de maturação intelectual do historiador paulista no contexto das superestruturas mentais prevalentes. Ou seja, as causas adaptam-se, em cada momento, aos fins últimos. Quais sejam: uma sociologia e historiografia que interpreta o Brasil para melhor preparar e orientar um país e uma nacionalidade, ainda em formação, para o futuro; e a marca que SBH quer deixar nesse processo. No cerne do primeiro câmbio pivotante (1948) está o organicismo, umbilicalmente ligado ao essencialismo. Para nos mantermos no mesmo plano metafórico: o segundo é o código genético (o ADN) do organismo vivo que o primeiro pretende preservar, reproduzir ou expandir (se necessário à custa de outros organismos; leia-se, em termos histórico-políticos, outros Estados, povos, etc.).

SBH abandonou o organicismo mas nunca abandonou o essencialismo. Este subjaz, até ao fim, até hoje, nas linhas e entrelinhas de *Raízes do Brasil*, livro que se mantém um exercício de determinismo psicológico-culturalista, partindo da tentativa de aferição de certa essência de identidades ontológicas coletivas, seja a portuguesa, seja a brasileira. O

essencialismo transforma e adapta a realidade, diversa e plural, convertendo-a em categorias interpretativas rígidas. Em suma: estereótipos. José Manuel Sobral indica-nos que os esterótipos sobre o ‘caráter nacional’ são representações que constituem orientações para a ação.³¹⁹

Em fase de pré-projeto esta pesquisa visava determinar qual o móbil do anti-lusitanismo (então identificado) em *Raízes do Brasil*. Em fase de projeto a principal pergunta historiográfica desta dissertação evoluiu, como referido na introdução, para a identificação das razões que levaram SBH a alterar a sua perspetiva ao longo das cinco edições do livro. Seguindo Sobral, esta última pergunta pode ser traduzida para: qual a orientação para a ação contida nessa viragem ocorrida na perspetiva de SBH?

Em resposta, podemos formular uma segunda conclusão: não existe, por si mesma, uma orientação para a ação na valorização da herança portuguesa em *Raízes do Brasil*, mas tão somente o propósito de melhor servir, em cada momento, a interpretação transformativa da realidade brasileira proposta pelo autor, essa, sim, com uma função orientativa clara, sofrendo ajustes à medida que o texto é adaptado a diferentes contextos históricos, políticos e ideológicos.

O passado colonial e a matriz cultural portuguesa constituem elementos marginais ou secundários em relação à função orientativa principal do livro e que são recolocados, posicionados e integrados de formas diferentes ao longo das edições, sobretudo entre 1936 e 1956, reagindo a fatores exógenos e endógenos, com destaque para os quadros conceptuais que o seu autor vai adotando ou abandonando, enquanto produtor de conhecimento que pretende intervir no mundo prático, ou seja e no caso em apreço, na sociedade brasileira do seu tempo.

Da mesma forma, em artigo supracitado, Arthur Alfaix Assis, baseia-se em conceitos desenvolvidos pelo teórico da história Jörn Rüsen, em particular as ‘funções de orientação’, ou seja, as intenções pragmáticas, práticas, circunstanciais, que guiam, em cada momento, a produção historiográfica de SBH para procurar melhor entender “*certa continuidade interpretativa*” entre *Raízes do Brasil* e *Do Império à República* (1972), em termos de perspetiva crítica da herança portuguesa, sendo notória “*uma descontinuidade*

³¹⁹ SOBRAL, José Manuel, “O que significa ser português? Algumas considerações a título de resposta”, In BELEZA, SILVA, GIL e OLIVEIRA (orgs.), *Olhares sobre as Migrações, a Cidadania, e os Direitos Humanos, na História e no Século XX*, Lisboa: Petrony, 2020, p. 174.

em relação aos textos por ele publicados entre as décadas de 1940 e 1960”, onde certos aspectos da colonização portuguesa são valorizados, nomeadamente aqueles relacionados com a expansão territorial bandeirante.³²⁰ Assis sustenta, aliás, que SBH tinha razoável consciência do carácter inescapável das ‘funções de orientação’ e cita, para ganho de causa, o próprio historiador paulista que, em 1976, assim analisa o seu mister:

*Eu diria, junto com Benedetto Croce, que toda história é história contemporânea. Ou seja, nós sempre privilegiamos um aspecto em função de nossa realidade ... Nós contamos a história a partir da vivência cotidiana de nossos problemas, de nossa realidade. Os historiadores sempre foram e sempre serão presa fácil de seu tempo.*³²¹

No quadro da relação, por vezes equivocada, entre Brasil e Portugal e o papel de *Raízes do Brasil* nessa dinâmica, cabe, em decorrência, uma **terceira conclusão: não nos parece fazer sentido inserir SBH e o seu livro de estreia numa linearidade de anti-lusitanismo brasileiro, se é que tal existe.**

Como já vimos, Portugal é periférico no pensamento de SBH e o sinal mais ou menos positivo que este atribuiu às origens lusas não é estável, antes resultante de outros elementos da equação já identificados. Não é crível que SBH tenha sido pró-luso até 1936, tendo ingressado nas fileiras do anti-lusitanismo em 1948. Antes de mais, porque são muitas as dúvidas sobre a natureza de tais fileiras e muitas as certezas sobre a sua impermanência.

Ao longo desta investigação, foi-se solidificando uma perspectiva dos diversos fenómenos de anti-lusitanismo no Brasil como um sentimento mais reativo que proativo, que se manifesta em contextos políticos específicos – não tanto como causa, mais como efeito ou necessidade pontual – e que não vemos constituir-se como vaga de fundo, constante, contínua, permanente. De forma não exaustiva, manifesta-se, desde logo, no processo de Independência, no que seria quase uma inevitabilidade, um requisito existencial da nova nação, apesar da continuidade dinástica ou, talvez, até mesmo por causa dela. Depois no episódio da Revolta da Armada e o circunstancial corte de relações diplomáticas com Portugal.

³²⁰ ASSIS, “A teoria da história como hermenêutica da historiografia”, 2010, p. 115.

³²¹ *Idem, Ibidem.*

Já referenciámos também Gladys Sabina Ribeiro e as reações provocadas pela massiva emigração portuguesa – que durou até ao primeiro quartel do século XX – não por lusofobia mas por escassez do mercado de trabalho.³²² Salta também à vista a fortíssima dependência económica e financeira de Portugal em relação ao Brasil: na década de 1880, as remessas dos emigrantes neste país garantiam nada menos que 50% das receitas fiscais do Estado Português, sendo que o mercado brasileiro consumia 25% das exportações portuguesas nos anos entre 1889 e 1895.³²³ A título comparativo, na atualidade este último valor situa-se em pouco mais de 3%.

Se Portugal era uma fraca mostra de si mesmo a nível económico também não o era menos a nível intelectual, conforme diagnosticado pela Geração de 70, com as ramificações já elencandas no pensamento social brasileiro. Com o advento de Oliveira Salazar e do Estado Novo, a situação não melhorou, pelo contrário, no plano político e das mentalidades, com restrições à liberdade, barreiras mentais e atavismos vários que se impuseram nos anos do ‘culto do espírito’, com cujos desafetos, exilados no Brasil, SBH conviveu com alguma proximidade.

A perceção de decadência de Portugal – que em 1822 viu reduzir de modo drástico a sua importância, perdendo a maior parcela do seu império, da qual se tornaria financeiramente dependente – não poderia deixar de se espelhar do outro lado do oceano. A ex-colónia teria dificuldade em rever-se na ex-metrópole. Mas Portugal mudou. Portugal está a mudar desde 1974. E, em determinados indicadores e planos, vem-se tornando um referencial positivo para o Brasil, com expressivo aumento das trocas e dos fluxos entre os dois países, em diversas áreas e com repercussão mediática deveras favorável. Muitos afirmam que Portugal está, hoje, mais ‘na moda’ no Brasil do que alguma vez esteve. Talvez seja verdade. Mas parecem-nos dinâmicas que padecem de superficialidade. Tememos que seja, precisamente, uma questão de modas. E que o pêndulo volte aonde estava, quando a moda passar.

Para vencer, de forma duradoura, preconceitos essencialistas – para os quais SBH e *Raízes do Brasil* acabaram por contribuir, não por anti-lusitanismo mas por todas as circunstâncias que vimos antes – é precisar trabalhar novas heteroimagens, dar-lhes

³²² Vd. MIRANDA, Giuliana, PAIXÃO, Mayara, Paixão, “Acadêmicos rechaçam tese de lusofobia entre brasileiros”, Folha de S. Paulo, 8 de janeiro de 2022.

³²³ CARVALHO, Thiago, “As Relações Luso-Brasileiras”, In MENESES e OLIVEIRA (orgs.), *A I.ª República Portuguesa: Diplomacia, Guerra e Império*, Lisboa: Tinta da China, 2011, pp. 180 e 197.

lastro. No emaranhado da (super)identidade luso-brasileira, entre viagem-que-vai e que viagem-que-vem, para melhor “*ver o outro nos próprios olhos*” deverá cada sujeito modificar também as formas de se ver a si mesmo nos olhos do outro. Por outras palavras, para as heteroimagens mudarem, talvez primeiro tenham que mudar as autoimagens.

Aqui chegados, **deveremos formular o que não será uma conclusão, mas antes uma interrogação: será que o ‘homem cordial’ de facto explica o Brasil atual?** Ou será que é apenas um conceito difuso, frágil, remendado por SBH, “*dinâmico no tempo, nada certo, fechado ou homogéneo*”,³²⁴ que retira a sua força e eficácia precisamente da sua imprecisão?

Será que o ‘homem cordial’ é um cavalo de tróia sem conteúdo, um *joker* que diz tudo e o seu contrário, um curinga³²⁵, um elemento polivalente que muda de valor, segundo a combinação em presença ou a conjuntura de cada momento, uma engenhosa conceção *catch-all*, sem verdadeira espinha dorsal no plano das ideias?

Porque razão o Brasil está ainda confortável com *Raízes do Brasil* e com o ‘homem cordial’ como chave interpretativa de si mesmo? De que forma as explicações desresponsabilizadoras já referidas nestre trabalho se interligam com ou entroncam no pensamento *cepalista*³²⁶, nas ligações de dependência, transferindo para o centro a persistência dos problemas nacionais, mesmo que Portugal seja ou não seja uma semi-periferia? Neste quesito, não poderemos passar, no âmbito deste trabalho do plano interrogativo.

Se o Brasil talvez deva abandonar o ‘homem cordial’ como explicação *one size fits all* da índole nacional, **outra ilação interrogativa se impõe do outro lado do Atlântico: será que Portugal já fez, à imagem de SBH, a sua mais completa “desfrenização”,** assumindo por inteiro a sua história colonial, no que teve de formidável engenho e audácia e no que teve, em igual medida e não menos que outros colonizadores, de desumanidade e exploração?

Em 1961, tendo visitado Lisboa, Lewis Hanke deu-nos testemunho de que:

³²⁴ Estas palavras são de Paulo Gustavo Franco, num email enviado ao autor a 3 de março de 2022.

³²⁵ Palavra com origem no quimbundo de Angola, muito em uso no Brasil, sem equivalente no português de Portugal, que designa algo genérico ou substitutivo e, enquanto tal, com valor especial convencionado.

³²⁶ CEPAL - Comissão Económica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe

*“Portuguese at all levels of society are thoroughly saturated with a sense of history – or the vice of history (...). To paraphrase the dictum of the nineteenth-century historian Edward A. Freeman that ‘history is past politics’, one sometimes feels that in Portugal today history tends to be present politics”.*³²⁷

Em 2020, Sobral dá-nos conta de um estudo que oferece prova quantitativa deste ‘vício’, na medida em que *“a maior fonte de orgulho para os portugueses reside na sua história (91,8%)”*, em patamares de auto-apreço pelo passado histórico só comparáveis aos da Venezuela (Bolívar explica) e dos EUA.³²⁸ A psicanálise mítica do destino português a que já nos convidava Eduardo Lourenço, em 1978, está longe de concluída.

É minha percepção que este sentimento dilatado de orgulho³²⁹ ‘atrapalha’ a relação com o Brasil porque carrega uma expectativa de reconhecimento ou gratidão,³³⁰ que o cidadão brasileiro comum não nutre, nem tem que nutrir; antes tem, isso sim, que responsabilizar-se completamente pelo seu destino, evitando determinismos retrospectivos – para os quais SBH também contribuiu – sobre problemas herdados, em lugar de enfrentar a reprodução (e, por vezes, até agravamento) das suas causas e efeitos ao longo de 200 anos, o que é também uma forma de infantilização, de não atingir a maioridade. Aspetos desviantes que ainda persistam de uma suposta relação pai-filho têm que ser superados por ambos os lados.

Um melhor entendimento não se construirá na base da exaltação constante dos feitos lusos, nem por quimeras sentimentalistas de continuidade luso-brasileira, como as vislumbradas por António Ferro³³¹ e as intelectualizadas por Jorge Dias, retórica que só

³²⁷ HANKE, Op. Cit., pp.45-46.

³²⁸ SOBRAL, “O que significa ser português?”, p. 178.

³²⁹ Não haverá mais perfeita materialização deste sentimento do que a desmesura do Palácio de S. Clemente, onde se situam atualmente a Residência e Chancelaria do Consulado-Geral de Portugal no Rio de Janeiro. Edifício a todos os títulos grandioso e de estilo ostensivamente neo-colonial, projetado para ser Embaixada, acabaria por ser inaugurado somente em 1961, quanto a capital já havia sido transferida para Brasília. O Palácio, até pela sua localização junto a comunidades cada vez mais problemáticas no bairro do Botafogo, que muito se descaracterizou, constitui, hoje, uma verdadeira metáfora em pedra das frustrações e descompassos entre brasileiros e portugueses, emblema de como a super-identidade portuguesa e a complexa relação com o passado continuam a projetar-se no Brasil atual.

³³⁰ *“Já uma vez me queixei a você da ingratidão dos brasileiros”*, escreve José Osório de Oliveira em carta enviada a Mário de Andrade, a 18 de setembro de 1940. Apud. SÁ, Marina Damasceno de, “Adeus à literatura brasileira: intercâmbio luso-brasileiro na correspondência entre Mário de Andrade e José Osório de Oliveira”, Disponível em: https://portalservicos.usp.br/apolo/apoObterAtividade?cod_oferecimentoatv=100370

³³¹ Escreve Ferro na revista Atlântico, na primeira metade década de 40: *“Todos nós portugueses vivemos assim esperando a ocasião de ir ao Brasil. Não significa isso que desejamos trocar a nossa terra por outra; mas que lá para nós, também é Portugal.”* Apud ASSUNÇÃO, Op. Cit., p. 46.

tem acolhimento em certas elites conservadoras que são, de certo modo, responsáveis e beneficiárias da manutenção, até hoje, de determinados aspetos das estruturas coloniais. O Brasil já foi Portugal mas agora é um país inteiramente estrangeiro, sem que nunca se perca de vista o valor patrimonial conjunto da nossa língua comum, o português.

O caminho tão pouco se fará, como alguns pretendem, por novas tentativas dirigistas de revisionismo histórico – bilateralmente acordado, como foi tónica nos idos da década de 40, ao tempo dos dois Estados Novos – que venham mudar, por milagre e por decreto, mentalidades e percepções mútuas. Quanto menos persistirem, dum lado, laivos e reminiscências do discurso do opressor, menos frequentes se tornarão, do outro lado, aparições do discurso do oprimido. E, bem sabemos, conforme analisámos *supra*, que é dos discursos que se fazem os processos identitários, compostos, como tudo nesta vida, “*de mudança, tomando sempre novas qualidades*”.

Pelo respeito que se devem merecer, pelas razões históricas e não só, é tempo de Portugal e Brasil começarem a olhar-se a si mesmos e um ao outro sob um prisma distinto, que não o do essencialismo: retrato tosco com duas ou três pinceladas grossas; espelho deformado de onde resulta um grau considerável desse tal erro de paralaxe, esse ligeiro descompasso no caminho que agora se faz lado-a-lado.

Uma quarta e última conclusão, portanto, uma assumida orientação para a ação ou uma recomendação para o futuro, que muito ainda reserva aos dois países e às suas relações: abandonar o essencialismo. Evitar chaves interpretativas fracas, porque simplicistas, pouco sofisticadas, “*demasiado dependentes das categorias de personalidade coletiva ou mesmo alma nacional*”, baseadas em recursos pobres e pouco complexos, num “*inventário de ‘elementos’ ou traços anímicos (como a saudade, o sentimentalismo, a adaptabilidade ou o individualismo)*”.³³²

Vimos que essa linieridade essencialista ressurgiu, de forma não assumida, em Jorge Dias e na sua autorepresentação da cultura portuguesa. Pois, da mesma forma que tem sido amplamente problematizada a “*personalidade psicosocial do povo português*”³³³ – mitificada por Dias e outros – também é preciso problematizar a ‘personalidade psicosocial do povo brasileiro’, quando esta parte dum suposto génio essencial do

³³² SILVA, Augusto Santos, Op. Cit., p. 16.

³³³ DIAS, Op. Cit., p. 2.

colonizador – mitificado por SBH e outros – o que tem sido feito, e bem, em muita da recente literatura aqui citada.

Tanto portugueses, como brasileiros deverão abandonar perspectivas estreitas e formatadas – numa palavra: essencialistas – sobre si mesmos e sobre o outro; rejeitar auto e heteroimagens arrojadas a certas ‘visões do Brasil’ alicerçadas sobre certas ‘visões de Portugal’, que há muito deveriam estar ultrapassadas. É preciso evitar – no trabalho historiográfico e sociológico, mas também no debate público sobre temas e problemas comuns ou próprios de cada país – lógicas que partam de causas traçadas com origem na ‘identidade de um povo’ ou na ‘personalidade-base de uma nação’ porque estas, simplesmente, inexistem.

Existem, sim, “*traços identitários, plurais e sempre em movimento. Não há dúvida de que existem traços partilhados por certas coletividades, mas esses traços são vividos e sentidos de uma forma muito diversa. Além disso, há também grande diversidade no que, dentro de uma coletividade, é considerado o elemento definidor mais importante. Os elementos identitários são numerosos e a sua hierarquização muito variável. Foi sempre assim ao longo da história, e continua a ser.*”³³⁴

Em 2015, Stefan Berger já nos falava da importância da historiografia na construção identitária dos coletivos sociais, em particular das nações, e de como as ciências históricas vieram a moldar as grandes narrativas nacionais, a partir da segunda metade do século XIX, com efeitos, por vezes, deveras nefastos, especialmente no contexto europeu, onde os historiadores se tornaram os ‘pais da nação’ e “*the preferred speech-writers of national historical cultures*”.³³⁵ Em livro editado no presente ano, *History and Identity*, o Professor de História Social da Universidade do Ruhr, citando Allan Megill, chama a nossa atenção para a importância de pensar a escrita historiográfica como “*something that critiques all historical identity-claims*”,³³⁶ ou seja, um exercício de crítica radical ao conceito de identidades coletivas e à sua politização, procurando um grau mais elevado de auto-reflexão sobre a natureza artificial de tais identidades.³³⁷

³³⁴ Estas palavras são de Pedro Cardim, num email enviado ao autor a 17 de janeiro de 2022.

³³⁵ BERGER, Stefan, CONRAD, Christoph, *The past as history: national identity and historical consciousness in modern Europe*, Basingstoke: Palgrave MacMillan, 2015, p. 224.

³³⁶ BERGER, Stefan, *History and Identity: how historical theory shapes historical practice*, Cambridge: Cambridge University Press, 2022, p. 1.

³³⁷ BERGER, Op. Cit., p. 32.

Na senda de Jörn Rüsen, Berger evidencia a forte correlação entre o desenvolvimento da historiografia profissional e a formação das identidades nacionais modernas e, nesse processo, como a escrita historiográfica construiu mecanismos de exclusão que visaram criar um “eu” coletivo de valor intrinsecamente superior ao ‘outro’.³³⁸ Uma dinâmica semelhante não poderia deixar de estar presente no pensamento social brasileiro, contendo, até como instrumento de consolidação da identidade nacional, uma certa dose de rejeição à herança da ex-metrópole. Mas, seguindo o trilho dos dois historiógrafos alemães acima referidos, convirá evitar uma escrita historiográfica baseada em definições cruas, essencializadas e maniqueístas de ‘nós’ contra ‘eles’, sobretudo tendo em conta os resultados negativo-exclusivistas, etnocêntricos e intolerantes que daí podem ser decorrentes.³³⁹

Stefan Berger considera essencial interiorizar o anti-essencialismo e exercitar um grau maior de auto-reflexão sobre a conexão entre a escrita historiográfica e os processos de formação de uma identidade coletiva, de forma a produzir narrativas históricas menos tóxicas e conducentes a uma apreensão mais completa da História.³⁴⁰ Para atingir esse desiderato, Jörn Rüsen será o proponente do enquadramento teórico mais desenvolvido e mais sofisticado para, segundo Berger, melhor servir uma prática histórica que procure modelos identitários não dependentes de formas negativas de alteridade.³⁴¹

Apesar de todas estas considerações, Rüsen e Berger consideram que a questão da identidade é fundamental e incontornável.³⁴² Conscientes deste facto, esmiuçámos, ao longo deste trabalho, a persistente preocupação de intelectuais brasileiros e portugueses em identificar traços unitários de identidade nas suas respectivas culturas. Para o futuro, consideramos mais produtivo manter o foco no ‘processo identitário’, em lugar de uma fugaz ou idealizada ‘identidade’. Será a melhor *“forma de evitar essencialismos e de salientar a dimensão processual dos traços definidores de um coletivo, ou seja, o carácter sempre dinâmico, mutável e nunca acabado, dos sentimentos de pertença”*.³⁴³

Por outro lado, é preciso nunca perder de vista que, como já aludimos antes, mesmo esse ‘processo identitário’ ocorre sobre representações e discursos (como o foi *Raíces do*

³³⁸ BERGER, Op. Cit., p. 10.

³³⁹ BERGER, Op. Cit., p. 12.

³⁴⁰ BERGER, Op. Cit., p. 33.

³⁴¹ BERGER, Op. Cit., p. 11.

³⁴² BERGER, Op. Cit., p. 10.

³⁴³ CARDIM (email ao autor, 17 de janeiro de 2022).

Brasil e o é também, inelutavelmente, este trabalho), partindo da fabricação de construtos ou artifícios, que reforçam e retroalimentam noções identitárias, que acabam por atuar sobre um processo histórico, onde, apesar de maior ou menor coesão do ser coletivo, reina a pluralidade. Há que questionar a construção da memória, refletindo e repensando qualquer noção simples ou já fechada de identidade que convide a olhar o passado de forma linear.

Será justo que aqui faça – ao final de 118 páginas, 6 capítulos, 4 teses explicativas, 2 perguntas operacionais e 4 conclusões – um repto semelhante àquele que António Hespanha promoveu quanto à responsabilidade dos portugueses de procurarem “*uma imagem não apropriativa, autónoma, justa e equilibrada dos outros*”, sendo estes outros, no caso, os asiáticos, os orientais, cuja imagem, “*há cerca de 500 anos*”, os portugueses mais contribuíram para modelar.³⁴⁴

Esperando ter evidenciado eficazmente que SBH ‘orientalizou’ o meu país, fazendo dele um estereótipo distante e exótico, apenas peço – insersectando Hespanha, Rüsen e Berger – que os frequentadores hodiernos de *Raízes do Brasil* procurem, após a sua leitura, entender os nexos historiográfico-identitários que permeiam o livro e os maniqueísmos essencialistas que lhe estão subjacentes e se esforcem por restaurar *uma imagem não apropriativa, autónoma, justa e equilibrada dos outros*, neste caso, os portugueses, cuja imagem, no Brasil, SBH muito contribuiu e continua a contribuir, desde há 86 anos, para modelar.

³⁴⁴ HESPANHA, “A história na cultura portuguesa contemporânea”, p. 346.

BIBLIOGRAFIA

ABDALA, Benjamin, Jr. Formação da literatura brasileira (Antonio Candido). In MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*, 1. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1999.

ALEXANDER, James, The Cambridge School, c.1875–c.1975, *History of Political Thought*, v. 37, n. 2, 2016.

ALMEIDA, Manuel António de, *Memórias de um sargento de milícias*, São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013.

AMORIM, António, “Raízes do Brasil” (resenha), *O Diabo*, 14 de fevereiro de 1937, Fundo Sérgio Buarque de Holanda – Siarq-Unicamp, Pt 176 P61.

ASSIS, Arthur Alfaix, A teoria da história como hermenêutica da historiografia: uma interpretação de ‘Do Império à República’, de Sérgio Buarque de Holanda. *Revista Brasileira de História*, v. 30, n. 59, 2010, p. 91-120. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882010000100006>.

ASSIS, Arthur Alfaix, “Friedrich Meinecke”. In MALERBA, Jurandir (org.), *Lições de história. Da historiografia científica à crítica da razão metódica*, Porto Alegre: FGV, ediPUCRS, 2013, p. 247-263.

ASSIS, Arthur Alfaix, Alexandre Herculano entre a imparcialidade e a parcialidade, *História da Historiografia*, v. 13, n. 32, , 2020, pp. 289-329. Disponível em: <https://doi.org/10.15848/hh.v13i32.1525>.

ASSUNÇÃO, Marcello, “Ver o outro nos próprios olhos: A revista Brasília e o projeto de lusitanização do Atlântico Sul (1942-1949)”, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Goiás, 2014.

AZEVEDO, Manuela Saraiva de, “Um autor e um livro que todos devem conhecer” (resenha), *Jornal do Comércio*, 17 de janeiro de 1943, Fundo Sérgio Buarque de Holanda – Siarq-Unicamp, Lista Complementar SBH DC 2004_58.

BELEZA, Tereza Pizarro, SILVA, Cristina Nogueira da, GIL, Ana Rita, e OLIVEIRA, Emellin (orgs.), *Olhares sobre as Migrações, a Cidadania, e os Direitos Humanos, na História e no Século XX*, Lisboa: Petrony, 2020.

BERGER, Stefan, CONRAD, Christoph, *The past as history: national identity and historical consciousness in modern Europe*, Basingstoke: Palgrave MacMillan, 2015.

BERGER, Stefan, *History and Identity: how historical theory shapes historical practice*, Cambridge: Cambridge University Press, 2022.

BERRIEL, Carlos Eduardo, “Modernismo foi expressão de domínio político da oligarquia do café”, *Folha de S. Paulo*, 31 mar. 2020. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2020/03/modernismo-foi-expressao-de-dominio-politico-da-oligarquia-do-cafe-diz-pesquisador.shtml>.

BERRIEL, Carlos Eduardo, “Da ficção historiográfica ao paulista como ‘raça superior’”, *Jornal da Unicamp*, Campinas, 04 de agosto de 2013 a 10 de agosto de 2013 – ANO 2013 – Nº 569. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/569/da-ficcao-historiografica-ao-paulista-como-raca-superior>.

BETHENCOURT, F. e CHAUDURI, K. (eds.), *História da Expansão Portuguesa – Último Império e recentramento*, Lisboa: Circulo de Leitores, 1999.

BEVIR, Mark, Mind and Method in the History of Ideas, *History and Theory*, v. 36, n. 2, 1997, p. 167-189. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/0018-2656.00009>.

BLOOM, Harold, *The Anxiety of Influence: A theory of Poetry*. 2a ed., New York, Oxford: Oxford University Press, 1997.

BONFIM, Manuel, *América Latina: males de origem*, Coleção Intérpretes do Brasil, v. I, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000.

BONIFÁCIO, M. Fátima, “O braço longo da História”, *Público*, 22 de abril de 2020, Disponível em: <https://www.publico.pt/2020/04/22/opiniao/noticia/braco-longo-historia-1912279>.

BORRO, André Luís, “Livro esmiúça as ligações do Modernismo com a elite do café”, *Jornal da Unicamp*, 24 de junho de 2019. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/index.php/ju/noticias/2019/06/24/livro-esmiuca-ligacoes-do-modernismo-com-elite-do-cafe>.

BOXER, Charles Ralph, *The Portuguese Seaborne Empire: 1415-1825*. Harmondsworth: Penguin Books, 1973 [1.^a ed. 1969]

BRASIL, António da Silveira Jr., “Pedro Meira Monteiro - Signo e Desterro” (resenha), *Tempo Social*, v. 29, n. 3, 2017.

CALDEIRA, J. R. de Castro (org.), *Perfis buarqueanos – Ensaios sobre Sérgio Buarque de Holanda*, São Paulo: Imprensa Oficial, 2005.

CARDOSO, Fernando Henrique, *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 [1.^a ed. 1962]

CARDOSO, Fernando Henrique, “Livros que inventaram o Brasil”, *Novos Estudos. CEBRAP*, n. 27, 1993 p. 21-35.

CARVALHO, Joaquim Barradas de, “A dualidade da civilização ibérica (A propósito de um ensaio de Robert Ricard)”, *Seara Nova*, n.º 1523, setembro 1972.

CARVALHO, Joaquim Barradas de, Carta a SBH, Paris, 05 fev.1973, Fundo Sérgio Buarque de Holanda – Siarq-Unicamp, Cp 318 P11.

CARVALHO, Raphael Guilherme de, “Autobiografia de *Raízes do Brasil*: lembrança e comemoração do ensaio nos anos 1970-1980”, *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 10, n. 24, out. 2017.

CARVALHO, Thiago, *Do Lirismo ao Pragmatismo: A dimensão multilateral das relações luso-brasileiras (1974-1976)*, Lisboa: Coleção Biblioteca Diplomática do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Portugal, 2009.

CASTELO, Cláudia, *O Modo português de estar do Mundo - O lusotropicalismo e a ideologia colonial portuguesa*, Porto: Edições Afrontamento, 1998.

CASTRO, Conrado Pires de, “Raízes do Brasil e o debate sobre a modernização da sociedade brasileira na década de 30”, TCC/UNICAMP, C279r, IE/717, julho de 1996.

CATROGA, Fernando, TORRALBA, Luís Reis, MENDES, José Amado, *História da História em Portugal*, Lisboa: Circulo de Leitores, 1996.

CAZETTA, Felipe Azevedo, “Fórmulas anti-democráticas em terras luso-brasileiras: análises em torno do Integralismo Lusitano e da Ação Integralista Brasileira (1914-1937)”, Tese (doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2016. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1817.pdf>

CERVO, Amado & MAGALHÃES, José Calvet de, *Depois das Caravelas*, Brasília: Editora UnB, 2000.

CORREIA, Joaquim Alves, “Raízes do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda” (resenha), *Seara Nova*, 1938, Fundo Sérgio Buarque de Holanda – Smaq-Unicamp, Pt 176 P61.

CORTESÃO, Jaime, “Aleixo Garcia – descobridor de humanidades”, *Diário de Notícias*, 18 de maio de 1952.

CORTESÃO, Jaime, “Obedeceu a um plano a expansão do Brasil?”, *Diário de Notícias*, 1 de junho de 1952.

CORTESÃO, Jaime, “Introdução ao debate sobre a ilha-Brasil”, *Diário de Notícias*, 13 de julho de 1952.

CORTESÃO, Jaime, “Portugueses e espanhóis na América”, *Diário de Notícias*, 27 de julho de 1952.

CORTESÃO, Jaime, *História da Expansão Portuguesa*, Obras Completas, vol. IV, Lisboa: INCM, 1993.

CORTESÃO, Jaime, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, São Paulo: Imprensa Oficial/ FUNAG, 2006.

CORTESÃO, Jaime, *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Fundap, 2012.

COSTA, Francisco Seixas da, *Tanto Mar? – Portugal, o Brasil e a Europa*, Thesaurus: Brasília, 2008.

COSTA, Sérgio, “O Brasil de Sérgio Buarque de Holanda”, *Sociedade e Estado*, Volume 29, Número 3, Setembro/Dezembro 2014.

CURTO, Diogo Ramada, “Um álbum fotográfico da Diamang”, *MULEMBA – Revista Angolana de Ciências Sociais*, 5 (10), 2015, Disponível em: <https://doi.org/10.4000/mulemba.1851>.

DIAS, Jorge, *Os elementos fundamentais da cultura portuguesa*, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1995.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990, 2 volumes.

EUGÊNIO, João Kennedy, “Um ritmo espontâneo: O organicismo em Raízes do Brasil e Caminhos e Fronteiras de Sérgio Buarque de Holanda”, Tese de doutorado, Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, 2010. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1276.pdf>.

EUGÊNIO, João Kennedy, *Ritmo espontâneo: Organicismo em Raízes do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda*, Teresina: EDUFPI, 2011.

FAORO, Raymundo, *Os donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*, São Paulo: Globo, 2017.

FAUSTO, Boris, *História Concisa do Brasil*, São Paulo: Edusp, 2018.

FAUSTO, Boris, *O pensamento nacionalista autoritário (1920-1940)*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FELDMAN, Luiz, *Clássico por Amadurecimento: Estudos sobre Raízes do Brasil*, Rio de Janeiro: Topbooks, 2016.

FINO, Carlos, “Raízes do estranhamento: a (in)comunicação Portugal-Brasil”, Tese de Doutorado em cotutela pela Universidade do Minho (Portugal) e pela Universidade de Brasília (Brasil), 2018.

FINO, Carlos, *Portugal-Brasil: Raízes do estranhamento*, Lisboa: Lisbon International Press, 2021.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.), *Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRANCHETTI, Paulo, “Amar e servir o Brasil é uma das melhores formas de ser português: uma apresentação de Jaime Cortesão”, *Revista Convergência Lusíada*, n.º 18, Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, 2001, p. 262-273

FRANCO, Maria Arruda, “De portugueses nos modernismos do Brasil – histórias por narrar”, *Intellèctus*, Ano XVIII, n. 1, 2019, pp. 48-75. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intellectus/article/download/40745/30676>.

FRANÇOZO, Mariana, “Os outros alemães de Sérgio: etnografia e povos indígenas em *Caminhos e fronteiras*”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.22, n.63, p.137-152, 2007.

FRANÇOZO, Mariana, “O Museu Paulista e a história da antropologia no Brasil entre 1946 e 1956”, *Revista de Antropologia.*, 48 (2), Dez. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-77012005000200006>.

FREYRE, Gilberto, *Casa Grande & Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal*, 14.^a edição, Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

FREYRE, Gilberto, *Palavras repatriadas*, São Paulo: Imprensa oficial do Estado SP, 2003.

FURTADO, André Carlos, “*Raízes do Brasil* e Sérgio Buarque de Holanda: relação simbiótica entre a obra e o intelectual”, XXVI Simpósio Nacional da ANPUH - Associação Nacional de História, São Paulo: ANPUH-SP, 2011.

GIANETTI, Eduardo, Depoimento para o site Fronteiras do Pensamento, Publicado em 8 jun 2020, Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Aav7mYmr4OE>.

GOBBI, Marcia Valéria Zamboni, FERNANDES, Maria Lúcia Outeiro, e JUNQUEIRA, Renata Soares, *Intelectuais portugueses e a cultura brasileira*, São Paulo: Editora UNESP, 2002.

GODINHO, Vitorino Magalhães, Carta a SBH. Lisboa, 17 nov.1962. Fundo Sérgio Buarque de Holanda – Siarq-Unicamp Cp 246 P9. Carta de SBH a Vitorino Magalhães Godinho. São Paulo, 20 dez. 1962. Ca 3 P5.

GODINHO, Vitorino Magalhães, “Trabalhar a história: o tempo de um mestre Entrevista de Vitorino Magalhães Godinho (1918-2011)”, *História da Historiografia*, Ouro Preto, n.º 10, dezembro 2012, pp. 14-31.

GOES FILHO, Synesio Sampaio, *Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas - Um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil*, Brasília: FUNAG, 2015.

GOES FILHO, Synesio Sampaio, *Alexandre de Gusmão (1695-1753): o estadista que desenhou o mapa do Brasil*, Rio de Janeiro: Record, 2021.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal, “À sombra das chancelarias: a preparação do Congresso Luso-Brasileiro de História (Lisboa, 1940)”, *Revista IHGB*, Rio de Janeiro, a. 168 (437), out/dez 2007.

HANKE, Lewis, “The Portuguese in Spanish America, with special reference to the Villa Imperial de Potosi”, *Revista de História de América*, México, N.º 51, Junho de 1961.

HERMANN, Jacqueline, AZEVEDO, Francisca L. Nogueira, e CATROGA, Fernando Catroga (Org.). *Memória, escrita da história e cultura política no mundo luso-brasileiro*, Rio de Janeiro: FGV, 2012.

HESPANHA, António Manuel, “A história na cultura portuguesa contemporânea”, *Panorama da Cultura Portuguesa no Século XX. Volume I. As Ciências e as problemáticas sociais*, 2003.

HESPANHA, António Manuel. “Depois do Leviathan”, *Almanack Braziliense*, n.º 05, maio 2007, p. 55-66. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/alb/article/view/11658>.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.), *História Geral da Civilização Brasileira (t. II). O processo de emancipação (v.1)*, São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

HOLANDA, Sérgio Buarque de, “An interview with Sérgio Buarque de Holanda”, *The Hispanic American Historical Review*, Duke University Press, Vol. 62, n.º 1, Fev. 1982, p. 3-17.

HOLANDA, Sérgio Buarque de, *Visão do Paraíso – os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*, São Paulo: Brasiliense, Publifolha, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque de, *Para uma nova história – textos de Sérgio Buarque de Holanda*, org. Marcos Costa, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque de, *Monções e Capítulos de expansão paulista*, 4.^a edição, São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

HOLANDA, Sérgio Buarque de, *Raízes do Brasil - Edição Crítica*, São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

HOLANDA, Sérgio Buarque de, *Raízes do Brasil*, 27.^a edição, São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

KASSAB, Álvaro, “Edgar de Decca leva a Lisboa o Brasil que descobriu Portugal.” *Jornal da UNICAMP*, Edição 232 - 5 a 12 de out. 2003. Disponível em https://www.unicamp.br/unicamp_hoje/ju/outubro2003/ju232pag05.html.

KANTOR, Íris, “Usos diplomáticos da ilha-Brasil: polémicas cartográficas e historiográficas”. *Varia historia*, Belo Horizonte, vol. 23, n.º 37, Jan/Jun 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v23n37/v23n37a05.pdf>.

LEAL, João, *Etnografias portuguesas (1870-1970): Cultura popular e identidade nacional*, Lisboa: Etnográfica Press, 2000. Disponível em: <https://books.openedition.org/etnograficapress/2592>.

LEMOS, Fernando e LEITE, Rui Moreira (org.), *A Missão Portuguesa*, São Paulo: Editora UNESP, 2003.

LEVITSKY, Steven, “A democracia ferida pelos eleitos”, *Veja*, 8 de agosto de 2018.

LIMA, Matheus Silveira, “Portugal e o Iberismo na Sociologia Política brasileira: miscigenação, patriarcalismo e centralização”, Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da UNESP, Março de 2011. Disponível em: https://agendapos.fclar.unesp.br/agenda-pos/ciencias_sociais/2338.pdf.

LOURENÇO, Eduardo, *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*, 3ª edição, Lisboa: Gradiva, 2004.

LOURENÇO, Eduardo, *O Labirinto da Saudade: psicanálise mítica do destino português*, Rio de Janeiro: Tinta da China, 2016.

MARRAS, Stelio (org.), *Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda*, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 2012.

MARTINS, André Jobim, “A flor e o espinho: a formação brasileira de Sérgio Buarque de Holanda”, Tese de doutorado, Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2020.

MARTINS, André Jobim, “Como o 'homem cordial' de Sérgio Buarque de Holanda explica o Brasil atual”. *Estado de S. Paulo*, 30 maio de 2020. Disponível em: <https://alias.estadao.com.br/noticias/geral,como-o-homem-cordial-de-sergio-buarque-de-holanda-explica-o-brasil-atual,70003318050>.

MARTINS, Renato, “Sérgio Buarque de Holanda e o estudo comparado dos imaginários ibéricos em *Visão do Paraíso (1959)*”, *Ler História*, n.º 72, 2018.

MARTINS, Renato (org.), *Sérgio Buarque de Holanda: encontros*, Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009.

MATA, Sérgio da, “Tentativas de desmitologia: a revolução conservadora em *Raízes do Brasil*”, *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 2016.

MATOS, José Maria Norton de, “*Raízes do Brasil*” (resenha), *Primeiro de Janeiro*, 5 de novembro de 1938, Fundo Sérgio Buarque de Holanda – Siarq-Unicamp, Pt 176 P61.

MATOS, José Maria Norton de, “Raízes do Brasil” (resenha), *Primeiro de Janeiro*, nas edições de 12 de novembro de 1938, Fundo Sérgio Buarque de Holanda – Siarq-Unicamp, Pt 176 P61.

MATOS, Sérgio Campos, *Consciência Histórica e Nacionalismo (Portugal – Séculos XIX E XX)*, Lisboa: Livros Horizonte, 2008.

MAXWELL, Kenneth Robert, *A Devassa da Devassa: A Inconfidência Mineira: Brasil-Portugal 1750-1808*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2001

MEDEIROS, Nuno Miguel de, “Influência e contrainfluência na inversão do poder tipográfico entre Portugal e o Brasil. Narrativa e atividade nos editores portugueses”, *História*, São Paulo, v.30, n.2, ago/dez 2011, p.179-195. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/4QYRkNS35JFDGtq5gKNbQGR/?format=pdf&lang=pt>.

MEGILL, Allan, *Historical Knowledge, Historical Error: A Contemporary Guide to Practice*, Chicago: Chicago University Press, 2007.

MEGILL, Allan, e ZHANG, Xupeng, “Questions on the history of ideas and its neighbours”, *Rethinking History*, 2013, Vol. 17, No. 3, pp. 333–353. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/13642529.2013.774720>.

MELLO, Evaldo Cabral de, “Raízes do Brasil e depois” (posfácio). In HOLANDA, S. B. de, *Raízes do Brasil*, 27.^a Edição, São Paulo, Companhia das Letras, 2017.

MENESES, Filipe Ribeiro de, e OLIVEIRA, Pedro Aires (orgs.), *A 1.^a República Portuguesa: Diplomacia, Guerra e Império*, Lisboa: Tinta da China, 2011.

MONTEIRO, Pedro Meira, *A queda do aventureiro: aventura, cordialidade e os novos tempos em Raízes do Brasil*, Campinas: Ed. Unicamp, 1999.

MONTEIRO, Pedro Meira e EUGÊNIO, João K. (orgs.) *Sérgio Buarque de Holanda – Perspectivas*, Campinas: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

MONTEIRO, Pedro Meira, “As raízes do Brasil no espelho de Próspero”, *Novos Estudos*, CEBRAP, n.º 83, São Paulo, Mar. 2009., pp. 159-182.

MONTEIRO, Pedro Meira, *Signo e Desterro - Sérgio Buarque de Holanda e a imaginação do Brasil*. São Paulo: Huitec, 2015.

MOOG, Viana, *Bandeirantes e Pioneiros: paralelo entre duas culturas*, 18.^a edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

MORAES, Mónica Isabel, “Duas raízes: o ensaísmo de Sérgio Buarque de Holanda.” Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. 2016.

MOREIRA, Rafael, “Pedro e Jorge Reinel (at.1504-60): Dois cartógrafos negros na côrte de d. Manuel de Portugal (1495-1521)”, *Terra Brasilis* (Nova Série), 4, 2015. Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/1209>.

MORSE, Richard M., *O espelho de Próspero: cultura e ideias nas Américas*, São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

MOTA, Carlos Guilherme MOTA, “Joaquim Barradas de Carvalho”, *Estudos Avançados - USP*, 8 (22), 1994, p. 289-295. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9712/11284>.

MOTA, Carlos Guilherme (Org.), *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*, São Paulo: Senac, 2000.

MOURA, Carlos André Silva de Moura, *Histórias cruzadas: intelectuais no Brasil e em Portugal durante a Restauração Católica (1910-1942)*, Lisboa: ICS – Imprensa de Ciências Sociais, 2018.

NABUCO, Joaquim, *O Abolicionismo*, Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

NEMÉSIO, Vitorino, “Conferências na Europa, por Gilberto Freyre” (resenha), *Revista de Portugal*, Vol. 2, nº 5, Universidade de Coimbra (Out. 1938). Disponível em: https://digitalis-dsp.uc.pt/bg4/UCBG-RB-38-41_3/UCBG-RB-38-41_3_master/UCBG-RB-38-42/UCBG-RB-38-42_item1/P146.html

NEMÉSIO, Vitorino, “Raízes do Brasil, por Sérgio Buarque de Holanda”, *Revista de Portugal*, Vol. 2, nº 5, Universidade de Coimbra (Out. 1938). Disponível em: https://digitalis-dsp.uc.pt/bg4/UCBG-RB-38-41_3/UCBG-RB-38-41_3_master/UCBG-RB-38-42/UCBG-RB-38-42_item1/P146.html

NICODEMO, Thiago Lima, *Urdidura do vivido: “Visão do paraíso” e a obra de Sérgio Buarque de Holanda nos anos 1950*, São Paulo: Edusp, 2008.

SECCO, Lincoln, e PERICÁS, Luiz B. (Org.), *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*, São Paulo: Boitempo, 2014.

NOVAIS, Fernando Antônio, “De volta ao homem cordial”, *Folha de S. Paulo*, 1 de maio de 1995. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/5/01/caderno_especial/1.html.

NOVAIS, Fernando Antônio, “A proibição das manufaturas no Brasil e a política económica portuguesa do fim do século XVIII”, *Revista de História*, 142-143 (2000), p 213-237.

NOVAIS, Fernando Antônio, *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, São Paulo: Editora 34, 2019.

OLIVEIRA, Alexandre, Herança de António Ferro: *O Museu de Arte Popular*, Casal de Cambra: Caleidoscópio/DGPC, 2019.

OLIVEIRA, Francisco Roque de Oliveira, e PAIVA, Daniel (org.), *Saberes Geográficos e Geografia Institucional - Relações luso-brasileiras no século XX*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 2019.

PARKIN, Frank, *Max Weber*. 2.^a edição, Oeiras: Celta Editora, 2000.

PENNAFORT, Roberta, “Nas caravelas, a origem da corrupção”, *O Estado de S. Paulo*: 3 de novembro de 2013.

PIVA, Luiz Guilherme, *Ladrihadores e semeadores: a modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920-1940)*, São Paulo: Editora 34, 2000.

PORTO, Walter, “Ensaio inédito discute rusga de Drummond com João Cabral de Melo Neto”, *Folha de S. Paulo*: 14 de Agosto de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/walter-porto/2020/08/ensaio-inedito-discute-rusga-de-drummond-com-joao-cabral-de-melo-neto.shtml?origin=folha>

PRADO, António Arnoni, *Dois letrados e o Brasil nação: a obra crítica de Oliveira Lima e Sérgio Buarque de Holanda*, São Paulo: Editora 34, 2015.

PRADO JR., Caio, *Formação do Brasil Contemporâneo*, São Paulo: Companhia das Letras, 2017 [1^a edição, 1942].

PRANDO, Rodrigo Augusto, “Os ‘donos do Congresso’ são, ainda, os ‘donos do poder’?”, *O Estado de S. Paulo*: 6 de agosto de 2018.

QUENTAL, Antero de, *Causas da Decadência dos Povos peninsulares nos últimos três séculos*, Rio de Janeiro: Tinta da China, 2016.

RAMOS, Rui, “Portugal e Brasil perante a primeira globalização: a crítica de Oliveira Martins (segunda metade do século XIX)”, *Relações Internacionais*, n.º 8, Dezembro 2005, pp. 73-90. Disponível em: http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/r8/RI08_04RRamos.pdf

RAMOS, Rui, CARVALHO, José Murilo, e SILVA, Isabel Corrêa da (coords.), *A Monarquia constitucional dos Braganças em Portugal e no Brasil (1822-1910): dois países, um sistema*, Alfragide: D. Quixote, 2018.

RAMOS, Rui, “As origens ideológicas da condenação das descobertas e conquistas em Herculano e Oliveira Martins”, *Análise Social*, vol. XXXII (140), 1997 (1.º), pp. 113-141.

REIS, José Carlos, “Sérgio Buarque de Holanda: a recusa das raízes ibéricas”, *Tempos Históricos*, n.º 1, v. 01, Março 1999, pp. 217-245.

REIS, José Carlos, *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*, 7.ª edição, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

RIBEIRO, Darcy, *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*, 3.ª edição, São Paulo: Global Editora, 2015.

RIBEIRO, David William Aparecido, “Uma exposição para o IV Centenário de São Paulo: um historiador português narra a ‘história bandeirante’”, *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, Nova Série, vol. 26, 2018, p. 1-65. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02672018v26e23>.

RICUPERO, Bernardo, *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*, 2.ª edição, São Paulo: Alameda, 2011.

RICUPERO, Rubens, *A diplomacia na construção do Brasil*, Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017.

ROCHA, António Penalves, *A recolonização do Brasil pelas Cortes – História de uma invenção historiográfica*, São Paulo: Editora UNESP, 2009

SAID, Edward, *Orientalismo: Representações ocidentais do Oriente*, Lisboa: Cotovia, 2004.

SALLES, Wesley Dartagnan, “A quebra do paradigma ‘Sentido da Colonização’: notas sobre o debate historiográfico do Brasil Colonial, Antigo Sistema Colonial e Antino Regime nos Trópicos”, *Almanack*, Guarulhos, n.º 15, p. 245.293,

SANCHES, Rodrigo Ruiz, “Sérgio Buarque de Holanda na USP”, *Sociedade e Estado* - Volume 26, Número 1, Janeiro/Abril 2011, pp. 241-259. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/QLsMYdg7cRGVLJLfQQJLXrn/?format=pdf&lang=pt>.

SANTOS, Diogo Godoy, “Os índios em Raízes do Brasil (1936-1948), de Sérgio Buarque de Holanda: entre o ‘moderno’ e o ‘nacional’”, Tese de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo, 2019. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-17052019-121341/publico/2019_DiogoDeGodoySantos_VCorr.pdf

SARAIVA, Arnaldo, *Modernismo brasileiro e Modernismo português: subsídios para o seu estudo e para a história das suas relações*, Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

SCHLEGEL, Rogerio, “Raízes do Brasil, 1936. O estatismo orgânico como contribuição original”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 32, núm. 93, fevereiro, 2017, pp. 1-37. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/107/10749805017.pdf>.

SCHWARCZ, Lilia Moritz, “Bolsonaro contou a história que quis, não aquela dos documentos”, *Folha de S. Paulo*: 31 de julho de 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz, *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*, São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz, *Sobre o autoritarismo brasileiro*, São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVA, Ana Teles da (org)., *Cartas do Brasil: correspondência de antropólogos e folcloristas brasileiros para Jorge Dias*, Lisboa: Etnográfica Press, 2021. Disponível em: <https://books.openedition.org/etnograficapress/7090>.

SILVA, Ana Teles da, «Correspondências de cientistas sociais brasileiros para Jorge Dias: duas margens de uma interlocução transatlântica», *Etnográfica*, vol. 20 (3), 2016, pp. 607-630. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/etnografica.4685>.

SILVA, Augusto Santos, “Como abordar a identidade nacional portuguesa?”, *Revista Todas as Artes*, Porto, Vol. 1, n.º 1, 2018, pp-10-21.

SILVA, Isabel Corrêa da, *Espelho Fraternal: O Brasil e o Republicanismo português na transição para o século XX*, Lisboa: Divina Comédia, 2013.

SILVA, Juremir Machado da, *Raízes do Conservadorismo Brasileiro: A abolição na imprensa e no imaginário social*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2017

SILVA, Rafael Pereira da, “Conversas com Sérgio Buarque de Holanda”, *História da Historiografia*, Ouro Preto: número 8, abril, 2012, p. 232-237. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/357/255>.

SILVA, Rafael Pereira da, *A morte do homem cordial: trajetória e memória na invenção de um personagem*, Jundiaí, Paco Editorial, 2016.

SOBRAL, José Manuel, “Jorge Dias”, in: MATOS, Sérgio Campos (org.), *Dicionário de Historiadores Portugueses: da Academia Real das Ciências ao final do Estado Novo*, Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, s.d., Disponível em: https://dichp.bnportugal.gov.pt/imagens/dias_jorge.pdf.

SOBRAL, José Manuel, “O Outro aqui tão próximo: Jorge Dias e a redescoberta de Portugal pela antropologia portuguesa (anos 70-80 do século XX)”, *Revista de História das Ideias, Imprensa da Universidade de Coimbra*, Vol. 28, 2007, p. 479-526. Disponível em: https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/41634/1/O_outro_aqui_tao_proximo.pdf.

SOBRAL, José Manuel. “Representações portuguesas e brasileiras da identidade nacional portuguesa no século XX”, *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, 41-2, 125-139, jul/dez 2010. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/463/445>.

SOBRAL, José Manuel, “O que significa ser português? Algumas considerações a título de resposta”, In BELEZA, SILVA, GIL e OLIVEIRA (orgs.), *Olhares sobre as*

Migrações, a Cidadania, e os Direitos Humanos, na História e no Século XX, Lisboa: Petrony, 2020.

SOUZA, Jessé, *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*, Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, Jessé, *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*, Brasília: Ed. UnB, 2000.

SOUZA, Jessé, *A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite*, São Paulo: LeYa, 2015.

THOMAS, William Isaac, e THOMAS, Dorothy Swaine, *The child in America: Behavior problems and programs*, New York: Knopf, 1928.

TOTA, António Pedro, *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*, São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VAINFAS, Ronaldo, “O imbróglio de Raízes: notas sobre a fortuna crítica da obra de Sérgio Buarque de Holanda”, *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 36, no 73, 2016.

VARGAS, Everton Vieira, *O legado do discurso: brasilidade e hispanidade no pensamento social brasileiro e latino-americano*, Brasília: FUNAG, 2007. Disponível em: http://funag.gov.br/biblioteca/index.php?route=product/product&product_id=676.

VASCONCELLOS, Gilberto, "Eça de Queirós, antibrasileiro? Brasil, Portugal e o progresso da decadência", *Folha de S. Paulo*, 21 de outubro de 2000. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2110200013.htm>.

VELOSO, Mariza, e MADEIRA, Angélica, *Leitura Brasileiras: Itinerários no pensamento social e na literatura*, São Paulo: Paz e Terra, 1999.

VILLELA, André Augusto Abreu, “Do IHGB a universidade: um diálogo entre os interpretes da geração de 30 do Brasil”, in: *Anais do 8º Seminário Brasileiro de História*

da Historiografia - Variedades do discurso histórico: possibilidades para além do texto, Ouro Preto: EDUFOP, 2014.

VILLELA, André Augusto Abreu. “Sérgio Buarque de Holanda, entre o modernismo carioca e paulista”, *Temporalidades*, UFMG, 2014

WAIZBORT, Leopoldo. Simmel no Brasil. *Dados*, v. 50, n. 1, Rio de Janeiro, 2007.

WAIZBORT, Leopoldo. “Raízes do Brasil: Inércia e transformação lenta”, in: HOLANDA, Sérgio Buarque de, *Raízes do Brasil - Edição Crítica*, São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

WEGNER, Robert, “Sérgio Buarque de Holanda e a tese da fronteira”, in: *Anais do XXII Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambú: ANPOCS, 1998. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/anpocs/wegner.rtf>

WEGNER, Robert, *A conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

WEGNER, Robert, “Caminhos de Sérgio Buarque de Holanda”, In BOTELHO, A. e SCHWARCZ, L. M., *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*, São Paulo: Companhia das letras, 2010.

ANEXOS

1. Anexo I – Entrevista a Fernando Henrique Cardoso

Esta entrevista foi realizada no dia 4 de fevereiro de 2020, na sede da Fundação Fernando Henrique Cardoso, em S. Paulo.

Fernando Henrique Cardoso (FHC): Eu já era, então, assistente. Mas não era assistente de Sociologia. Eu tinha trabalhado antes com uma historiadora chamada Alice Canabrava na Faculdade de Economia. Mas o Sérgio era de sociologia. E o Sérgio era muito interessante porque o Sérgio, pessoalmente, era muito simpático. Muito desorganizado. Ele se trajava muito mal. Ele era casado com uma senhora que é de uma família importante. Tudo, quem organizava lá, era a Maria Amélia. Ele tinha um bando de filhos, ele morava aqui no Pacaembu. Eu ia sempre ao aniversário dele. Ele tomava porres enormes lá. E o Chico, que é filho dele, Chico Buarque, não é? Ele fazia... cantava. Um dia chegou a aparecer com uma italiana bonita lá. Era muito brincalhão. Bonachão, boa pessoa, assim. Agora, o Sérgio nessa altura, era bastante respeitado. Ganhou uma cátedra aqui.

Tiago Serras Rodrigues (TSR): Isso foi em que ano? Em que ano é que o conheceu pela primeira vez?

FHC: Cinquenta e tanto. Sessenta, não me lembro bem. Sessenta, certamente sim. Cinquenta e tanto. Não me lembro exatamente. O facto é que o Sérgio ganhou a cátedra e passou a ter muita influência intelectual. Ele era desorganizado como professor. Não era bom para expor. Ele era muito mais para escrever do que para falar. Porque ele falava de um jeito meio estranho. Meio esquisito.

Agora, que eu me lembre, ele se dava muito bem com o Jaime Cortesão. E tinha um outro português que veio para cá. Como era o nome dele? Ele passou muitos anos aqui. Depois voltou para Portugal. Eu encontrei em 1960. Ou 61. Eu encontrei na França. Depois

voltou. Era bastante amigo do Sérgio também. Escrevia para o jornal o Estado de S. Paulo. Naquela época, Portugal era Salazar, não é? Não. Não lembro.³⁴⁵

Era a época do Salazar. E o Sérgio sempre foi bastante democrático. Você falou no nome do Gilberto Freyre e do Sérgio. O Sérgio, embora ele próprio seja também de lá – Buarque de Holanda é uma família de Pernambuco, eu acho. Embora também seja um pouco aristocratizante. A Maria Amélia nem se fale. Mas ele não tinha nada a ver com aquela formação do Gilberto Freyre. Que era tudo reinvenção de uma aristocracia nordestina brasileira.

TSR: Filho de [Senhor de] Engenho, não é?

FHC: O Sérgio não era isso. Quando ele escreveu aquele livro, o ensaio expressamente sobre o ladrilhador³⁴⁶, você vê ali um outro Sérgio, não é? No fundo, o Sérgio era um democrata. Coisa que não era, na época, conceitualmente elaborada. O Sérgio tinha raízes democráticas. Ele estudou as cidades. Faz aquela comparação entre a cidade brasileira e a cidade hispânica. A cidade portuguesa, na verdade. Que é toda desorganizada. Sobe o morro. A outra que é toda quadradinha. “*O semeador e o ladrilhador*”.

Enfim, ele ensinava, na verdade, a pensar o Brasil de uma maneira mais aberta, mais democrática, deixando de lado o culto que havia, de Gilberto Freyre, a uma coisa escravista, tradicional e tal. E no meio disso estava o Caio Prado. O Caio nunca foi professor aqui. Ele nunca foi professor. Ele fez o curso antes de toda essa gente, nos anos 30. Com os franceses. O Caio foi aluno do Braudel. A Alice Canabrava também. Eles eram influenciados pelo Braudel.

TSR: Pelos Anais.

FHC: Eu mesmo tive muitas aulas com os franceses e tal. Bem... O Sérgio, no meio disso, vem do Rio. Do Rio vem para cá, não é? Mas o Caio tinha uma vantagem, sobre essa gente, se é que isso é vantagem. O Caio era muito rico. E o Caio andava muito de

³⁴⁵ Acreditamos que FHC se esteja a referir a Joaquim Barradas de Carvalho.

³⁴⁶ *Raízes do Brasil* e o seu capítulo IV: “O semeador e o ladrilhador”.

automóvel e ele gostava de geografia. Os pais da geografia humana francesa foram professores aqui. O [Pierre] Deffontaines e não sei o quê.

TSR: E o Caio desenhava muito bem.

FHC: Muito bem! E o Caio tinha essa visão concreta das coisas. Depois o Caio misturou com dialética e ele escreveu um livro sobre dialética, que foi uma “bobajada” grande dele. Mas a análise dele sempre foi boa. E o Sérgio era amigo do Caio. O Sérgio não era de esquerda. O Sérgio sempre foi um liberal, democrata. Liberal, não sei... Foi um democrata! E naquela época havia muita luta aqui, havia um centro de escritores, o Sérgio foi presidente disso aí. O Sérgio sempre teve posições muito democratas. Tanto assim que ele me apoiou mais tarde para senador e entrou no PT.

TSR: Foi fundador.

FHC: Aí, ele já estava mais para lá do que para cá. Bom. E o Sérgio conhecia bastante geografia também. Se você ler os livros deles: Caminhos e Fronteiras...

TSR: Monções.

FHC: Monções. Ele conhecia a parte concreta das coisas.

TSR: Descobri recentemente que o primeiro capítulo de Monções, que é “Caminhos do Sertão”, foi publicado antes, em 44, numa revista portuguesa. Que se chama Litoral. Monções saiu em livro, ou seja, foi publicado aqui em 45. Portanto, é isso que eu ando à procura, essas ligações dele com Portugal.

FHC: Mas ele tinha ligações. Eu me lembro do Jaime Cortesão, cuja filha³⁴⁷ era casada com o Murilo Mendes, que é um poeta brasileiro. Eu cheguei a ver o Jaime. Eu não o conheci mas vi o Jaime Cortesão.

³⁴⁷ Maria da Saudade Cortesão, também poeta e tradutora.

TSR: E eles tiveram polémicas nos jornais. No Diário de Notícias. Publicaram artigos para trás e para a frente.

FHC: Isso. Então, o Sérgio conhecia muito a vida cultural portuguesa. Não era habitual. Eu mesmo fui estudar Ciências Sociais, Sociologia por influência de um português: Fidelino Figueiredo. Fidelino era professor aqui na Faculdade de Literatura. E eles tinham muita influência aqui nessa época. Não tanto quanto os franceses, que eram os donos do pedaço. Mas os portugueses eram muito respeitados. E, sobretudo, em história. E o Sérgio, como leu muito documento, documento português, espanhol, tudo isso...

O Sérgio tinha outra vantagem sobre nós: ele sabia alemão. Ele tinha vivido em...

TSR: ...em Berlim.

FHC: ...em Berlim. Não sei quanto ele sabia [alemão] mas sabia. O Sérgio era um homem culto. Muito culto. Muito desorganizado e muito, muito culto. Mas mau professor, mau expositor.

O Sérgio me examinou duas vezes: para doutoramento e na cátedra. Eu tenho até as anotações dele à mão. Devo ter por aí. Ele me deu depois as interrogações dele. E o Sérgio era um cara, realmente, excepcional. Ele teve grande influência, não como professor, como intelectual.

Agora, ligações com Portugal... O Sérgio sempre citava os portugueses. E nós todos torcíamos contra o Salazar. O Gilberto [Freyre] o contrário. Era Salazarista. Era acomodaticioso. Fazia aquelas viagens para África: “O mundo que o português criou”...

TSR: Sim. Deixou-se usar, de certa forma.

FHC: É. E havia, nessa época, uns colóquios luso-brasileiros nos Estados Unidos. E o Sérgio participava desses colóquios. Uns dois ou três. Colóquios luso-brasileiros. Eu, muitos anos mais tarde, fui professor nos Estados Unidos, em Brown, e tinha um

português lá, que era professor de literatura que participou desses colóquios³⁴⁸. Florestan Fernandes dizia, enfim... O Sérgio era bastante ligado. Nunca fui aluno dele. Quando ele entrou lá, eu já era assistente. Fui aluno do Florestan, do Fernando Azevedo e do António Cândido. Desses aí, quem mais sabia algo de Portugal era o António Cândido.

O Florestan era filho de português, mas não... Ele lia antropólogos ingleses e coisas assim. Não tinha... E o Sérgio quando falava, conhecia bem aquelas coisas portuguesas todas. Agora, de contacto pessoal, que eu me lembre, quem deve saber muito... Não sei se você conhece. É o Fernando Novais.

TSR: Conheço. Não conheço pessoalmente, mas já li artigos dele e também *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial*, a obra clássica dele.

FHC: Ele esteve lá em Portugal, o Fernando. E o Fernando era assistente de um professor de História que não era da mesma qualidade do Sérgio. Mas tinha uma certa influência aqui na faculdade³⁴⁹. O Fernando sabe, pode dar mais precisão do que eu a essa história. Agora, não que o Fernando tivesse mais ligação pessoal com o Sérgio. Eu tinha muita. Eu ia muito a casa do Sérgio. Mas nunca fui aluno dele. Só me examinou em tese, coisa assim. E o Sérgio gostava de festa também. Muito! Muito!

TSR: Pelo que li, a casa dele estava sempre aberta para quem visitasse. Pronto para tomar uma geladinha.

FHC: Sempre aberta... Veio aqui ao Brasil, naquela época, um americano que escreveu um livro sobre São Paulo. Ficou muito amigo do Florestan e do Sérgio também. E esse conhecia muito Portugal. Casou com uma caribenha. Como é que era o nome dele mesmo...? Morse, algo assim.³⁵⁰ Eu tenho o livro dele aí. Vivia conversando com o Sérgio e tal. Eles eram pessoas diferenciadas culturalmente, abertas politicamente. O Sérgio nunca foi getulista, nunca foi salazarista, nem nunca foi comunista. Ele sempre foi um espírito mais independente. Agora, eu não sei se ele teve formação em história.

³⁴⁸ Eventual referência a Onésimo Teotónio Almeida, Professor de Estudos Portugueses e Brasileiros na Universidade de Brown, Rhode Island, EUA.

³⁴⁹ Universidade de S. Paulo (USP)

³⁵⁰ Referência a Richard Morse e à sua obra *Formação Histórica de São Paulo*

TSR: Penso que não. Tanto que depois foi em 58 que ele teve que fazer o mestrado quase colado ao doutoramento. Apresentou o mestrado apenas dois meses antes da defesa do doutoramento para conseguir a cátedra de História da Civilização Brasileira.

FHC: Só em 58?

TSR: Penso que foi só em 58. Ele já tinha colaborado com a Universidade do Distrito Federal, mas não como quadro. Apenas como convidado. Quando foi convidado para a cátedra, teve que fazer o mestrado e o doutoramento. Tudo junto.

FHC: Para poder ter os requisitos.

TSR: Exatamente. E essa tese de mestrado está lá no arquivo da UNICAMP. Chama-se “Elementos formadores da sociedade portuguesa à época dos Descobrimentos”. E só pode ser vista localmente. Não pode ser requisitada. Acho que a família não permite reprodução ou requisição. Mas o arquivo é muito bom e consegui que me mandassem várias coisas de lá digitalizadas, por email. E uma das coisas que encontrei foi cartas entre ele e o Vitorino Magalhães Godinho, que mostram bastante proximidade.

FHC: Sim, eu sei quem é o Vitorino. Mas não é ao Vitorino que eu me refiro. É outro³⁵¹. E eu me lembro. Uma vez encontrei o Jaime Cortesão com o Sérgio.

TSR: Sim, sim. Eles também foram amigos e... inimigos.

FHC: Tinham desavenças.

TSR: Sim, tiveram desavenças intelectuais.

FHC: E o Sérgio – apesar de ter uma aparência bonachona, que ele era – ele brigava muito também. Ele tinha posições. Ele brigava. O grande amigo do Sérgio foi o António Candido, que é mais moço que ele. O António Candido. E tinha um outro chamado Décio

³⁵¹ Joaquim Barradas de Carvalho

de Almeida Prado. Já morreu. O Décio também escrevia no jornal Estado de São Paulo e era crítico de teatro especialmente. O pai do Décio tinha feito a Faculdade de Medicina. Ele é neto do Dr. Arnaldo, que é um médico famoso. Eles eram um pouco... Como é que eu vou dizer? Nenhum deles era paulista. O Décio era, mas o António e o Sérgio não. E um pouco aristocratizantes. E amavam ao povo. Esse era o estilo. O Sérgio era – não ele como pessoa, mas a origem – classe dominante. E de vocação: democracia. Ele era democrático. Os estudos dele levam a... Vai ver o último capítulo do...

TSR: Do *Raízes do Brasil*? “Nossa revolução”.

FHC: É isso aí. Ele mostrava a ascensão social, não sei o quê... E, certamente, a presença de São Paulo, a vida de S. Paulo, para ele, foi importante. Porque aquilo era um momento em que São Paulo começava a existir como cidade; mobilidade social grande.

TSR: E quanto às várias edições do *Raízes do Brasil*? Na primeira edição a primeira página do primeiro capítulo começa com um trecho em que diz algo deste género: “*Que o Brasil é o único esforço bem-sucedido de colonização nos trópicos*”. Depois, da segunda para a terceira edição, essa frase desaparece.

FHC: Cai.

TSR: Cai. Ainda na primeira página, tem outro trecho que diz: “*Para melhor compreensão das nossas raízes, das quais nos orgulhamos.*” Esse trecho (“*das quais nos orgulhamos*”), da segunda para a terceira edição, também cai.

FHC: Cai.

TSR: Isto são apenas dois exemplos, logo na primeira página. Porque, da minha análise, na primeira edição de *Raízes do Brasil*, há um certo equilíbrio entre elementos favoráveis à colonização portuguesa e elementos negativos. Ver o lado bom e o lado mau. Ao longo das várias edições, os aspetos positivos vão caindo e fica mais o aspeto negativo. E isso, em conjunto com o prefácio do António Candido, de 67 – que se tornou, digamos, uma leitura, um pórtico obrigatório para entrar no *Raízes do Brasil*; se o Senhor Presidente ler aquele prefácio e depois ler a primeira página que não tem esses elementos positivos, a

sua leitura fica virada para o negativo. E isso era a principal pergunta que lhe queria fazer. Porque é que acha que o Sérgio Buarque foi tirando esses elementos mais favoráveis à colonização portuguesa ao longo do tempo?

FHC: Eu acho que a ideia de uma colonização portuguesa positiva foi muito endossada por Gilberto Freyre. E o Gilberto Freyre era o grande alvo de tudo naquela época. O Gilberto Freyre morava em Pernambuco, não era universitário, tinha um prestígio enorme e era muito visto como pró-Portugal. Isso não era bem visto nos círculos aqui. Provavelmente, isso influenciou.

O António Candido – que era, pessoalmente, um aristocrata – era muito de esquerda. Não era muito de esquerda, ele era do Partido Socialista. Depois adotou o PT. O Sérgio nunca foi tão assim. E o Gilberto era o oposto disso. Então, você dizer que a colonização foi boa já era um desvio.

TSR: Já era *freyrista*. Isso é muito interessante. Portanto, o que está a dizer é que a colagem do Gilberto Freyre ao Estado Novo e ao Salazar acabou por ter um efeito...

FHC: ...efeito contrário nos outros.

TSR: ...contrário no Sérgio Buarque. Nos outros. De se distanciarem quase por reação. Isso é muito interessante. É um fator explicativo, sem dúvida.

FHC: Não esqueça que nós estávamos numa época de muita polarização política. Todo o mundo tinha posição, não sei o quê e tal.

TSR: Sim. Não dava para ficar no meio, não é?

FHC: É, não. Como agora.

TSR: Como agora. Exatamente.

FHC: Portanto, a minha hipótese é essa. O Sérgio tinha ligação com a Espanha, também. Não sei de que maneira mas tinha.

TSR: Isso era algo que lhe queria perguntar. Em *Raízes do Brasil* temos uma visão – nesse capítulo d’ “O semeador e o ladrilhador” – em que o português é o aventureiro, não é?

FHC: E o espanhol é o racional.

TSR: É o racional. Mais realista. De fazer. Por outro lado, mais à frente, no *Visão do Paraíso*, temos quase uma acusação ao português de ter um realismo pedestre. Como é que equilibra as duas coisas? Por um lado, o português é visto como aventureiro em *Raízes do Brasil*, em comparação com o espanhol. Mas depois, mais à frente, já é visto como demasiado realista.

FHC: Eu não saberia dizer. Mas *Visão do Paraíso* eu não leio há muitos anos. É um livro muito interessante porque, no fundo, revive toda aquela expansão contra Espanha. Pela via brasileira. Entradas e não sei o quê. É possível que isso tenha pesado um pouco no Sérgio. Se é assim.

Eu não sei se ele tinha uma visão na questão da cidade espanhola, que era racional. Eu não sei se era contra. Muita gente confunde o Sérgio com o negócio do homem cordial. Mas ele não era favorável. Cordial vem do coração. A emoção. Isso atrapalha. O espanhol tinha mais razão, mais racionalidade. Eu não creio que se possa dizer que o Sérgio visse o português como um ser aventureiro e com tanta emoção, como se isso fosse bom. Era um facto.

Não esqueça que o Sérgio, intelectualmente, ele era weberiano. Ele tinha formação alemã.

TSR: A propósito, não acha que ele – nessas oposições entre o aventureiro e o realista, o sonhador e o ladrilhador – não acha que ele abusa um pouco dos tipos ideais weberianos?

FHC: Abusa. Certamente. E não sei quanto ele compreendeu muito Weber também. Mas a ideia geral, não é? O tipo ideal. Quem conhecia bem o Weber era o Florestan. Eu fui aluno deles mas aprendi mais o Weber com o António Candido do que com o Florestan. O Florestan sabia mas não era tão claro como o António Candido, que sabia pouco de

Weber. Houve uma época em que nós todos virámos weberianos aqui. Era para fugir do Durkheim.

TSR: Sim. Ou uma linha da Sociologia ou outra.

FHC: É. Não estou dizendo coisas que eu tenha a certeza. Mais sensações do que análises.

TSR: Não quero dizer contradição mas essas diferentes formas de ver a colonização portuguesa ao longo do tempo é que me intrigam. Porque é precisamente essa visão inicial de *Raízes do Brasil*, do português aventureiro, mas depois em *Visão do Paraíso*, parece que o espanhol é que o mais místico. Via o El Dorado, tinha todas aquelas concepções de Paraíso, de cenários ideais aos quais ele queria chegar. Enquanto que o português seguia o seu caminho.

FHC: Mais terra a terra. O estereótipo que havia era esse. O português é terra a terra e o espanhol é o D. Quixote. Mas é estereótipo, não sei.

Você vê que tanto o Sérgio quanto... – o Florestan, não – mas o Gilberto e o António Candido, eles eram pessoas de ideias, de conceito, mais do que de análise. O Sérgio fazia. O Sérgio trabalhava com documentos e tal. Mas se você compara com o Florestan, que era uma coisa puramente empírica. Ele não. Ele era mais de sensação, não é? Caraterizar...

E o Sérgio nunca foi homem de se tomar a sério. Ele era brincalhão com ele mesmo. E, então, muda de ideia, muda de opinião.

TSR: Eu sei que ele, nos anos 60 – em 66 ou 67 – foi a Portugal com financiamento da Fundação Gulbenkian para fazer uma edição revista do Monções. Ele andava a estudar as entradas e as monções de Mato Grosso, aquela zona. Tem alguma recordação dessa viagem?

FHC: Não. Não me lembro. Anos 70, eu não estava no Brasil, boa parte do tempo. Porque teve o golpe de 64.

TSR: O seu episódio na USP, a exoneração, foi em 69, não foi?

FHC: Foi 69. Mas em 64 eu fui para o Chile. Eu voltei para o Brasil em 68. Dezembro. Para poder defender a tese. Em 68. Fui aposentado compulsoriamente em 69. E o Sérgio, em solidariedade foi embora também.

O Sérgio era um tipo fora de série, não é? Muito agradável. Muita posição correta. Aquela família caótica, a mulher dele tentando botar um pouco de disciplina. O Sérgio era completamente... Como vou dizer? Mais que liberal. Ele era um malandro carioca. Estilo Di Cavalcanti.

O Sérgio era um tipo fora de série. E simples. O Sérgio era muito simples. O Chico cantava umas bobagens lá. Quando eu fui candidato ao Senado, um dia o Chico me acordou cantando a musiquinha que foi o refrão da minha campanha. “*Cansou de cacique*”, “*não é hora mais não*”, uma coisa assim... Eu tinha muita ligação. Muita mesmo. E com o Sérgio, o filho dele, também. Que também é historiador. Deve saber mais coisas do que eu sobre o pai, sobre a família. E depois a Maria Amélia mudou para o Rio. Morreu com quase cem anos.

(...)

Eu escrevi alguns capítulos na História Geral da Civilização Brasileira.³⁵²

(...)

O meu segundo emprego foi na Faculdade de Economia com Alice Canabrava. Alice era ligada ao Sérgio. Escreveu *Comércio Português no Rio da Prata*. E era ligada ao Braudel. O Sérgio não era ligado ao Braudel, porque o Sérgio estava no Rio, nessa época. Mas conhecia, claro.

TSR: A sua tese de doutoramento é sobre capitalismo e escravidão no Brasil meridional: “O Negro na Sociedade Escravocrata no Rio Grande do Sul”. Essa tese de doutoramento

³⁵² Obra coordenada por SBH.

fala sobre o tipo de sociedade e as dinâmicas próprias que resultam da interação entre senhores e escravos e que são formadoras da sociedade e da economia brasileira. Uma das análises que se fazem sobre *Raízes do Brasil* em específico e sobre a forma como Sérgio Buarque analisou a sociedade brasileira é a pouca presença da questão escravocrata. Ou seja, não é o cerne da questão [para SBH]. Enquanto muitos acham que é o cerne da questão. Como a sua tese também foi sobre esse tema, gostaria que comentasse.

FHC: No Rio Grande do Sul não era o cerne. Porque é que eu fui estudar negro no Sul? Porque eu era assistente do Bastide, Roger Bastide, de quem o Florestan também era assistente. E o Bastide estudava religião negra. Candomblé, não sei o quê. E o Florestan assumiu a cátedra do Bastide e fez... Levou a vários – eu, o Octavio Ianni, um rapaz chamado Renato Jardim Moreira – para estudarmos o sul. Os negros do sul. A ideia era contrastar com Gilberto Freyre. Porquê? Porque o Gilberto pega o negro no latifúndio, no açúcar. E no Sul não tinha isso. E era pouco negro. [Analisar] qual é o papel do negro.

Então essa foi a razão que nos levou. Isso começou com um trabalho que a UNESCO pagou há muito tempo sobre a questão do preconceito em São Paulo, no Brasil. A ideia era de que havia democracia racial aqui. Essa era a ideia da UNESCO. Vieram aqui e propuseram fazer um estudo para provar que não tinha preconceito.

Bom, o Florestan e o Bastide fizeram um livro que eles publicaram, com uma hipótese, e começaram a botar em dúvida essa história. Bom... A grande ambição do Florestan, nessa época, não era escrever sobre o negro. Era fazer o que foi feito na Escola de Chicago, nos Estados Unidos. Que os sociólogos de lá fizeram um estudo sobre as cidades americanas, a urbanização, mobilidade social e tal.

Então, eles pegaram São Paulo um pouco como se fosse Chicago. E o negro entrou nessa história também. O Bastide era questão do negro. Eu era assistente dele, do Bastide. E vivíamos nas favelas fazendo pesquisa.

Aí, quando o Florestan ganhou a cátedra, eu fiquei assistente dele. Era do Bastide, passei para o Florestan. Aí ele fez projeto para estudar no Sul. E no Sul, você tem uma situação muito diferente do que é no Rio, Minas, para cima. São Paulo era mais como o Rio, que

tinha café. No Sul era pouco negro. E vocês tinham o negro numa situação muito especial, que era na charqueada³⁵³. Charqueada é urbana. *Saladero*, em espanhol. Onde salga a carne.

Nessa altura eu tinha lido ou estava lendo, até, com um grupo de pessoas aqui, *O Capital – Das Kapital*, do Marx. A história crítica da mais-valia. Eu conhecia muito aquele negócio todo. E nós tentámos imitar um pouco. Era uma confusão danada.

Em 1960, o Sartre veio ao Brasil. E o Sartre tinha escrito *Questions de méthode*, onde ele fazia uma mistura de dialética com existencialismo.

Bom, a dialética, tal como ela era dada no Brasil, era inútil para nós. Não era empírica, era conceitual. Foi através do Sartre que nós conseguimos entender a possibilidade de usar alguns conceitos para analisar processos sociais. Bom... Então o que é que eu fiz lá no Sul? Eu fui pegar isso aí, ver a estrutura da sociedade, como é que é a História... Eu tinha lido bastante os alemães, a Dialética do Senhor e do Escravo [de Hegel]. Só que no Sul, o que é que o escravo queria? Liberdade. Queria se igualar ao senhor. Não queria substituir o senhor. Enfim, eu procurei mostrar a especificidade dessa história.

E o Gilberto Freyre era pau para toda a obra. Eu não gostava de Gilberto Freyre. Eu não gostava, não por razões teóricas. Mas porque ele era o grande. Então eu tinha que disputar a primazia cultural com ele. E ele tem uma visão muito idealizada também.

TSR: Muito dulcificada.

FHC: Ideologizada. O negócio de Portugal e tudo isso. E aqui não. Uma coisa muito mais terra a terra.

Foi isso que o Sérgio me examinou na minha tese de doutorado. Que é um livro que tem uma introdução pedante, que era sobre o método. Naquela época tinha a mania de método . Mas o livro é um livro histórico de análise, com fontes e tal. E li muito sobre o negro, Rio Grande do Sul, essas coisas. Para fazer a distinção.

³⁵³ Area da propriedade rural onde se produz o charque.

No fundo, essa tese lá, sobre o negro, começou com Santa Catarina, com a mobilidade social. Publicámos o livro na Coleção Brasileira, que era famosa na época aqui. Eu e o Ianni. Cada um escrevia um pedaço. O Ianni era menos sofisticado intelectualmente. O outro não escreveu nada, Renato Jardim Moreira, mas entendia muito de técnica de pesquisa.

E então eu tentava juntar todas essas coisas: a minha formação aqui, com o Florestan; a visão abstrata das coisas, o Sartre; uma confusão danada...

Mas me serviu para uma coisa, que é para dizer assim: olha, tem especificidades. As aves que aqui gorjeiam não gorjeiam como lá.

TSR: Gonçalves Dias.

FHC: Gonçalves Dias. No fundo é isso. Parece que é igual, mas é diferente. Você tem que mostrar no que é que é diferente.

Isso, para mim, no meu desenvolvimento intelectual, foi o que serviu de base para um livro que ficou famoso, que eu escrevi anos depois: *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. O capitalismo está aqui e está lá. Mas o capitalismo daqui é diferente do de lá. Como é que estão as relações e tal.

No fundo, o negócio do Sul me serviu para mostrar isso também. Quer dizer, é escravidão, eu sei. A escravidão tem essas características em toda a parte, para ser escravo. Mas varia. A escravidão no Nordeste é de um jeito, no Rio Grande do Sul era de outro jeito. E, como a escravidão do Sul era urbana, em grande parte. Não toda. No campo havia pouco negro. Mais na cidade. No charque. O negro tinha oportunidade de ter ofício. E, então, criou uma pequena burguesia, bem pequena, negra no sul. Coisa que nunca houve de São Paulo para cima.

E o Sérgio analisou isso aí. Examinou. O Sérgio, o Caio Prado. Examinaram a minha tese de doutorado. O Florestan, o Sérgio, o Caio Prado... Tinha um mineiro que eu esqueço o nome agora, que era muito bom. E um professor de Direito.

TSR: Acha que houve alguma influência do Caio Prado? Há autores que consideram que o Sérgio – a partir da segunda edição de *Raízes do Brasil*, sobretudo a partir da segunda edição e também noutros livros, já depois do Formação do Brasil Contemporâneo do Caio Prado – se tornou mais economicista, mais materialista. Ou seja, que bebeu um pouco do Caio Prado, da visão dele.

FHC: Eu acho que sim. Mas todos naquela época. Caio Prado e depois Celso Furtado. A economia pesava. O Sérgio menos, que o Sérgio vem da história cultural. Agora, os que não vieram da história cultural... Mas certamente, nessa altura ele já tem noção [das teses económicas] por causa do Caio.

O Sérgio era muito amigo do Caio. E o Caio era uma pessoa esquisita. O Caio era um aristocrata. Ele morava aqui no Jardim América³⁵⁴. Na casa dele, nos Jardins, tinha um elefante enorme: Elefante de bronze.

E o Sérgio era muito amigo do Caio. E o Sérgio, quando dormia, roncava. E o Caio ficava louco, não conseguia dormir. Eles se davam muito bem, embora fossem teoricamente posições diferentes.

Isso aqui era um grupo pequeno. Enfim, poucas pessoas que tinham alguma importância cultural e tal. Embora fosse [um grupo] diversificado – uns são comunistas, outros democratas... – no fundo, mais ou menos se entendiam, não é? Era uma elite, na verdade. O Sérgio era muito isso. Agora, certamente, a influência do Caio foi grande. Sobre todo o mundo. O Caio, na época, era a grande referência.

Depois foi o Celso, o negócio de economia, não sei o quê. O Celso foi uma revolução. O Caio era marxista, o Celso não. O Celso foi formado pelo [Raúl] Prebisch. Portanto, ele era, na verdade, no limite, keynesiano. Mas o Celso era um cara muito inteligente. O Caio também. O Caio não era tanto. O Caio – acho até engraçado – o Caio mostra que uma pessoa não muito inteligente pode fazer coisas formidáveis. [risos]

É! Ele não era uma pessoa rápida. Assim... Ele era mais dogmático.

³⁵⁴ Bairro nobre da zona oeste da cidade de São Paulo. Forma parte da região da cidade conhecida como Jardins.

TSR: Mais esforço do que talento.

FHC: É. Mas ele tinha uma coisa, que ele olhava as coisas. A formação de geógrafo dele. Monbeig. Monbeig e Deffontaines.³⁵⁵ Eles estavam estudando o Paraná e o Caio foi percursor, na verdade. Porque o Caio nunca foi aluno. O Caio pertencia – o livro do [Claude] Lévi-Strauss conta bem isso – à elite cultural daquela época. O Lévi-Strauss eu não peguei. Peguei Lévi-Strauss muito mais tarde, não nessa época.

TSR: Conheceu-o aqui? O Lévi-Strauss?

FHC: Eu conheci o Lévi-Strauss. Não nessa época.

TSR: Não na altura do *Tristes Trópicos*, mais tarde.

FHC: Não, mais adiante. Uma vez ele veio aqui para uma tese de doutoramento. Na França, a minha mulher estudou com ele, a minha primeira mulher lá. Conheci Lévi-Strauss lá na França. Era uma pessoa abstrata, não é? Mas ele conhecia muita coisa concreta. Ele fazia pesquisa e tal. Teve influência. No Sérgio, não. No Caio, sim. O Caio conheceu toda essa gente.

São Paulo era pequenininho, eles tomavam chá aqui. Tomavam chá numa confeitaria que tinha aí. Os franceses gostavam muito dessa história de tomar chá com os alunos. Éramos poucos. Classe muito pequena. O Bastide nunca foi. O Bastide morava aqui no Centro [de S. Paulo], na Rua Araújo. Mas nunca foi dessa coisa social. Não era com o Bastide, que era mais bronco. O Bastide era protestante. Coisa rara entre os franceses que vieram para cá. Ele era mais protestante, era outra formação. Nem era durkheimiano.

Enfim, uma época boa, [em] que a gente podia brigar por razões teóricas.

TSR: Eu trouxe aqui o que será o índice da tese. No primeiro capítulo faço, primeiro, uma introdução, uma comparação entre várias narrativas coloniais ou várias heranças. E

³⁵⁵ Pierre Monbeig e Pierre Deffontaines, geógrafos franceses, iniciadores da cadeira de Geografia na USP, na década de 30.

depois um pequeno contexto: o chamado anti-lusitanismo, desde o tempo da Independência [do Brasil], a formação da nacionalidade, o florianismo, por aí fora. Acha que faz sentido inserir *Raízes do Brasil* nessa linha? E no que o Modernismo de 22 também tem como reação antieuropeia, digamos assim?

FHC: Sem dúvida. Você fala do florianismo aqui. Porquê o florianismo?

TSR: Porque nesse momento da implantação da República e nos primeiros anos houve a história da Revolta da Armada. Chegou a haver um corte de relações entre Portal e o Brasil, relações diplomáticas. E foi um período, digamos, agudo do antilusitanismo com muitas expressões ao nível da imprensa, nos jornais... Havia um jornal da época, *O Jacobino*, que era muito antiportuguês. E também porque havia, na altura, ainda uma elite comercial portuguesa...

FHC: ...importante.

TSR: ...importante. E, portanto, o português era visto ou como demasiado rico ou como demasiado pobre.

FHC: Ou usava tamanco ou era milionário. [risos]

TSR: Isso! Ambos eram negativos, não é?

FHC: É.

TSR: O que vai um pouco à questão do weberianismo, dos tipos ideais. Ou seja, parece que o português nunca é... uma pessoa normal. Nunca é um tipo médio. É sempre um tipo exagerado, um tipo weberiano. E eu acho que aí, o Sérgio Buarque vai um pouco nessa linha

FHC: Nessa direção.

TSR: Caracteriza. Caricaturiza o português, um pouco.

FHC: É possível. Você está a falar e é curioso, porque eu sou carioca. Minha avó, que é filha de português, falava com sotaque português. Quando eu era criança, eu ia ao teatro no Rio. E o teatro, todo o teatro era... Dulcina [de Moraes], famosa atriz e tal. Outra que morreu agora, a Bibi Ferreira. O pai Procópio (Ferreira). Eles falavam como se fosse em Portugal. A minha avó falava aporuguesado também. Por causa do pai dela.

E eu, quando vim para São Paulo, para mim foi um choque, desse ponto de vista. Porque São Paulo não era português. São Paulo era uma outra coisa. O Norte era português também. Maria Antunes era bastante portuguesa. O Rio era muito português.

Mas Floriano. O meu avô trabalhou muito com Floriano.³⁵⁶ E eles eram radicais, hein? Contra os ingleses, contra os americanos. Não sei se contra os portugueses também. Não sei.

TSR: Teve uma componente também.

FHC: Pode ser. Eram patriotas, eram locais.

TSR: Sim. Porque é uma questão de afirmação de...

FHC: Afirmação nacional.

TSR: Afirmação republicana e nacional.

FHC: O modernismo claramente é isso. 22 claramente é isso. Tentar resgatar o que é nosso. O índio...

TSR: Essa relação com o índio era algo que também lhe queria perguntar. O Senhor Presidente acabou de falar que São Paulo é uma situação à parte. É pouco português, nesse aspeto. E uma das questões que o Sérgio Buarque vai estudar muito é a questão da expansão territorial. E aí há um facto, que acho que é indesmentível, que é: quando o

³⁵⁶ Joaquim Ignacio Cardoso, avô paterno de FHC, atuou como ajudante-de-ordens do Presidente Floriano Peixoto, tendo participado nalguns dos principais episódios da chamada República Velha, a exemplo da Revolta da Armada (1893-1894) e da Revolução Federalista (1893-1895).

Brasil se tornou independente, o atual território já existia. Foi transferido da colônia. Enquanto, por exemplo, para comparar com os Estados Unidos, na altura da Independência...

FHC: ... era pouco.

TSR: Era um quinto [do atual território norte-americano]. Ou seja, toda a expansão territorial é pós-independência. E o Sérgio Buarque valoriza isso, mas quase que... Não queria dizer “anula” porque é muito forte, mas reduz. Reduz o papel do português nesse trabalho das bandeiras. Por um lado, diz que não havia papel da coroa portuguesa, que não havia determinismo. Mas, por outro lado, acusa o estado português de centralismo. Ou seja, é algo também um pouco contraditório. E aí o Jaime Cortesão insurge-se.

FHC: Entra.

TSR: Entra e argumenta forte. Isso é algo muito curioso. Algo que ele [SBH] valorizava muito, que eram as bandeiras, a expansão territorial, mas que também aí, é sobretudo o papel do indígena que é valorizado. E o Jaime Cortesão argumenta: “Então mas quem fez as bandeira... o índio, o indígena, sim, ajudou nos trilhos, nas técnicas, na ambientação. Mas o intuito...”

FHC: O comando não.

TSR: O intuito só podia ser português. Não podia ser de outra forma.

FHC: Português, claro. Luta contra os espanhóis, não é? Agora não faço mais isso, mas eu falei muitas vezes na Espanha, para provocar os espanhóis... Tinha uma carta do Rei de Portugal ao Governador-Geral do Pará. Província do Pará. Diz o seguinte: “*Olha, você tem que valorizar as mulheres indígenas. Sobretudo se tiverem filhos com portugueses. Porque mais vale meio português do que um espanhol.*” [risos] A briga era essa. Ocupar a América Espanhola. Botar barreira. Os portugueses fizeram fortaleza em toda a parte.

TSR: E Portugal era mínimo a nível populacional.

FHC: Se você for ver as fortalezas portuguesas no Amapá, em Mato Grosso, é uma loucura!

TSR: Príncipe da Beira...³⁵⁷

FHC: Tinham uma engenharia fantástica. E conheciam o terreno. E era contra o espanhol. A briga era contra o espanhol. São Paulo é uma coisa à parte. Inclusive, depois, o negócio dos Emboabas. Eles queriam caçar índio... Tirar negro e botar índio. Era isso. Eu fui aluno do Alfredo Ellis Júnior, historiador aqui na faculdade. E o Elis tinha a seguinte tese... Aqui em São Paulo tinha pouco negro, segundo ele, naquela época. Porque é que tinha pouco negro aqui? Porque o negro tem venta larga, nariz largo. E aqui ventava muito. Tudo preconceito. Morriam de tuberculose. Em São Paulo tinha essa mania. São Paulo é mameluco. O livro do Cafu, do Jorge Caldeira, mostra isso.

TSR: Era mestiço.

FHC: Índio e português aqui. E com veleidade e autonomismo paulista, também. Já do Rio para cima, até ao Pará, é tudo português. Minas, tudo é português. Mesmo o Pará, Manaus. Tudo português. Manaus não tanto. O Pará é português. O Sul já é outro mundo. Porque eles tinham que lutar contra os espanhóis. Mas tudo muito longe, não é? E também tinha autonomismo no meio. A revolta Farroupilha. Coisa local.

De facto, [ao nível] territorial foi herdado de Portugal, tal como era. Tinha sido feita a expansão. Aumentou muito pouco. O Amapá, o Acre, coisa assim. Mas a diversidade era muito grande. E o autonomismo. Pega a época do autonomismo. O pessoal quer é independência. Floriano é isso. Contra o estrangeiro. E o exército herdou isso. Guerra do Paraguai. Não gostavam dos hispânicos.

O Sérgio quando reflete é outra coisa, ele está noutra momento da história do Brasil. Mas são visões. Interessante isso aqui [apontando para o índice da tese].

³⁵⁷ Forte Príncipe da Beira, localiza-se em posição dominante na fronteira com a Bolívia, na margem direita do rio Guaporé, no estado de Rondônia.

TSR: O Thiago Lima Nicodemo tem um excelente trabalho, que é o *Urduidura do Vivido*. Eu tenho falado com ele. É, sobretudo, sobre *Visão do Paraíso*. Tenho trocado vários emails com ele, tem ajudado muito. E também um contributo importante tem sido do Luiz Feldman. Eu sei que o Senhor Presidente conhece, que já li um artigo seu [que o refere]. E eles desmontam um pouco a ideia do António Candido, de *Raízes do Brasil* como clássico de nascença. Mas sim como clássico em amadurecimento, em andamento, em progressão. E, de facto, é isso que eu pretendo analisar ao longo das cinco edições. Como a visão de Portugal do Sérgio Buarque foi mudando, foi sendo alterada pouco a pouco. E essa hipótese explicativa que deu, é muito interessante. Da reação ao Gilberto Freyre.

FHC: O Gilberto era avassalador na visão ideológica sobre o Brasil. Aquilo [o lusotropicalismo] passou a ser verdade. E não era. É curioso porque a diversidade é muito grande aqui. Eu mesmo. A minha família é portuguesa de origem. O meu bisavô foi governador de Goiás. Goiás não era nada. Então, você vendo o Brasil a partir do interior, é bem diferente do Brasil visto do Rio, visto de São Paulo. Como vir da costa do Nordeste é outro [prisma] também. Com essa diversidade tão grande, é difícil ter uma visão uniforme, não é?

A família do Sérgio é de Pernambuco. Pernambuco já é outra coisa. Pernambuco é negro e português. Agora, o interior do Brasil aí é índio e português. Goiás é isso. Bom, eu tenho dois bisavôs. Um foi presidente da Província de Goiás³⁵⁸, no Império. O outro do Grão-Pará. Mas é burocracia de origem portuguesa, na verdade. Tomar conta. Agora, fico imaginando muitas vezes: lá de Goiás, o que é que eles podiam saber? Nada... Sem comunicação nenhuma...

Sabe que uma vez eu fui a Alagoas. Eu tenho uma avó alagoana. Numa cidade lá, peguei um jornalzinho. Eles souberam da proclamação da república um mês depois. Estavam vivendo no Império [durante um mês], nem sabiam que tinha havido essa tal república.

Tem um historiador qualquer que pegou uma carta do meu bisavô para o meu avô. Meu avô era general. Morreu marechal, mas [na altura] era tenente. Dizia assim: “*Vocês aí no*

³⁵⁸ Felicíssimo do Espírito Santo Cardoso, general do Exército brasileiro, foi vice-presidente da província de Goiás, exercendo a presidência interinamente três vezes, de 11 de agosto a 20 de outubro de 1887, de 3 a 6 de janeiro de 1888 e de 20 de fevereiro de 1888 a 6 de março de 1889.

Rio fizeram essa tal de República. Aqui em Goiás não adiantou nada. Continuam mandando os Caiado de Castro.” Até hoje!

TSR: É verdade! A família Caiado [ainda está no poder].

Senhor Presidente, ainda bem que achou interessante a investigação. E muito obrigado pelo seu contributo.

FHC: Eu sei pouco dessas coisas. Eu estou esquecido.

TSR: Sabe muito. Foi, de facto, uma mais-valia este diálogo consigo. Pode ser que ainda o convide a escrever o prefácio.

FHC: Com o maior prazer! Se eu estiver vivo...